

JUL./AGO./88 - Nº 4

Ministério

Uma Revista Para Pastores e Obreiros

Adventista



Juízo ou Justificação

ARTIGOS

3 REAVIVANDO SUA IGREJA EM 1988
Mark Finley

7 JUÍZO OU JUSTIFICAÇÃO
Roy Adams

11 O EVANGELHO BÍBLICO DA SALVAÇÃO
Dr. Hans K. Larondelle

20 DEVEMOS CONCORDAR?
Alden Thompson

28 O PASTOR HOTTEL VAI À ASSOCIAÇÃO GERAL
Dr. Ron Graybill

32 PERDIÇÃO OU SALVAÇÃO?
Dr. Eric Claude Webster

38 A DINÂMICA DA SALVAÇÃO

47 LISTA DE LIVROS

51 LIÇÕES DE 1888 PARA OS LÍDERES DE 1988
Floyde Bresee

56 DELEGADOS PRESENTES EM MINEÁPOLIS

58 CRISTO, O CAMINHO DA VIDA
Ellen G. White

60 PERDÃO PARA MARTINHO LUTERO
Arnold V. Wallenkampf

Gerente Geral: Carlos Magalhães Borda; **Redator-Chefe:** Rubens S. Lessa; **Editor:** Almir A. Fonseca; **Diretor de Arte:** Paulo S. Gusmão; **Diagramadora:** Vilma B. Piergentile; **Colaborador Especial:** Daniel Belvedere; **Colaboradores:** João Wolff, Severino Bezerra, Pável Moura, Luís Nunes, Jefte de Carvalho; **Capa:** Harry Anderson.

Todo artigo ou qualquer correspondência para a revista O MINISTÉRIO ADVENTISTA devem ser enviados para o seguinte endereço: Caixa Postal 12-2600 — 70279 — Brasília, DF. Editado bimestralmente pela CASA PUBLICADORA BRASILEIRA. Rodovia SP 127 — km 106 — Caixa Postal 34 — 18270 — Tatuí, SP.

Reavivando Sua Igreja em 1988

Um século atrás, aqueles que aceitaram a mensagem da justificação pela fé experimentaram um reavivamento. Como pode sua igreja experimentar um reavivamento?

Por definição, reavivamento “significa uma renovação da vida espiritual, uma reanimação dos poderes da mente e do espírito, uma ressurreição da morte espiritual.”¹

Como pode a Igreja Adventista experimentar o reavivamento? Que medidas práticas podeis tomar como pastor adventista para iniciar o reavivamento em vossa igreja?

Periodistas viajaram de Londres até Gales para dar notícia de primeira mão sobre os maravilhosos acontecimentos do grande reavivamento galês na passagem do século. Sobre esse reavivamento de Gales um deles perguntou a um policial onde estava localizado o Reavivamento Galês. Empertigando-se todo, o policial colocou a mão sobre o coração e disse orgulhosamente: “Senhor, o reavivamento galês está neste uniforme.”

Caso a minha igreja deva ser reavivada, devo sê-lo eu mesmo. A menos que algo aconteça comigo, não acontecerá muita coisa feita por meu intermédio! A não ser que Deus faça alguma coisa em meu favor, Ele fará pouco comigo. O reavivamento começará em nossas igrejas quando, como pregadores, clamarmos: “Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova em mim um espírito reto” (Salmo 51:10). Enquanto nossos corações estiverem contaminados pelo pecado, não estaremos preparados para tomar parte no derramamento do Espírito Santo que Deus deseja enviar-nos.

Nos tempos bíblicos, quando Israel se desviava do ideal de Deus, Ele enviava profetas

com mensagens diretas e candentes, que apelavam ao reavivamento. Num tempo de piedade exterior, mas de rebelião interna, o profeta Isaías clamou: “Lavai-vos, purificai-vos, tirai a maldade de vossos atos de diante dos Meus olhos; cessai de fazer mal. Aprendei a fazer bem; praticai o que é reto, ajudai o oprimido, fazei justiça ao órfão, tratai da causa das viúvas” (Isaías 1:16 e 17).

Cada apelo do profeta ao arrependimento, encerrava elementos semelhantes. Continha um chamado urgente para um retorno a Deus, combinado com um apelo prático ao arrependimento de pecados específicos que haviam interrompido aquele relacionamento. Oséias apelou bondosamente: “Vinde, e tornemos para o Senhor, porque Ele despedaçou e nos sarará; fez a ferida, e a ligará” (Oséias 6:1).

O profeta Joel apelou insistentemente a seu povo por uma revolução espiritual interior que levasse a uma feliz obediência exterior à vontade de Deus. “Ainda assim, agora mesmo diz o Senhor: Convertet-vos a Mim de todo o vosso coração; e isso com jejuns, e com choro, e com pranto. Rasgai o vosso coração, e não os vossos vestidos, e convertet-vos ao Senhor vosso Deus; porque Ele é misericordioso, e compassivo, e tardio em irar-Se, e grande em beneficência, e Se arrepende do mal” (Joel 2:12 e 13).

O apelo de Joel foi em favor de um serviço sincero, não fingido ou feito com o coração dividido. Em contraste com uma forma externa, Joel apela para que o seu povo se volte para Deus de toda a sua alma, e de-

posite nEle todas as suas afeições. Como disse o velho Gregory: "Qualquer que seja o grau em que nossas afeições estejam dispersas entre as coisas criadas, aí está também enfraquecida a conversão do coração."

Uma vez mais, nos últimos dias, o povo de Deus permitiu que a casca da religião substituísse o âmago da fé viva. Durante os anos que antecederam a conferência de Mineápolis de outubro de 1888, Deus chamou poderosamente Seu povo ao arrependimento. Uma vez mais, usou Deus a influência do dom de profecia. Por intermédio de Ellen White, este chamado para arrependimento foi dirigido de maneira apropriada à necessidade da Igreja. A voz de Deus falou ao povo de Deus. Notai estas declarações expressas, escritas em 1887, aqui apresentadas em ordem cronológica:

"A observância de formas externas jamais satisfará o grande desejo da alma humana. Uma mera profissão de Cristo não é suficiente para preparar o indivíduo para ficar de pé na prova do juízo."²

"Há muita formalidade em nossa igreja. ... Aqueles que professam ser guiados pela Palavra de Deus, podem estar familiarizados com a evidência de sua fé e, contudo, ser como a pretensiosa figueira que ostentava sua folhagem perante o mundo, mas quando pesquisada pelo Mestre estava destituída de fruto."⁵

"Necessitamos de fé viva para apoderar-nos da promessa, e dizer: Deus disse que a bênção me pertence; devo obtê-la, e creio que a obterei; e conservar a mente em Cristo, apegando-nos firmemente a Ele e, ao mesmo tempo, a Ele nos entregando; e verificaremos que Cristo surgirá. Teremos a habitar conosco a Sua presença."⁴

Um dos mais fortes apelos de Ellen White em favor do reavivamento e reforma foi publicado na *Review and Herald*, de 22 de março de 1887, com o título de "A Grande Necessidade de Cristo". Esse artigo foi publicado novamente em *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, págs. 121-127. "Um reavivamento da verdadeira piedade entre nós, eis a maior e a mais urgente de todas as nossas necessidades. Buscá-lo, deve ser a nossa primeira ocupação" (pág. 121). "Temos muito mais a temer de dentro do que de fora. Os obstáculos à força e ao êxito são muito maiores da parte da própria igreja do que do mundo" (pág. 122). "Divisões, e até amargas dissensões que infelicitarão qualquer comunidade mundana, são comuns

nas igrejas, porque há tão pouco esforço para controlar os sentimentos errôneos, e reprimir toda palavra de que Satanás se possa aproveitar" (pág. 123). "Não há coisa alguma que Satanás tema tanto como que o povo de Deus desimpeça o caminho mediante a remoção de todo impedimento, de modo que o Senhor possa derramar Seu Espírito sobre uma languesciente igreja e uma congregação impenitente. Se Satanás pudesse fazer o que ele queria, nunca haveria outro despertamento, grande ou pequeno, até ao fim do tempo" (pág. 124). "Levante-se a igreja e arrependa-se de suas prevaricações diante de Deus. ... Não temos a mínima razão para congratulação e exaltação própria" (pág. 126).

Reconhecendo a impotência espiritual decorrente do não dissimulado orgulho, formalidade e amor ao mundo, Ellen White apelou à igreja para voltar a uma experiência viva com Cristo. Ela apelou de modo especial ao ministério. Havia falta de poder para conduzir o povo de Deus às fontes de água viva, quando seus próprios corações estavam como um deserto ressequido. Se seus próprios cestos espirituais estavam vazios, como poderiam eles eventualmente repartir o pão da vida com um mundo faminto? Muitos dos nossos ministros eram argumentadores. Eram hábeis defensores da fé, mas faltava profundidade espiritual.

A igreja necessitava de reavivamento. Um mês antes do concílio outonal de outubro em Mineápolis, Ellen White escreveu: "Os [ministros] não podem confiar em apresentar velhos sermões a suas congregações; pois esta série de palestras pode não ser apropriada para o momento, nem para satisfazer as necessidades das pessoas. Há assuntos lamentavelmente negligenciados, sobre os quais se deveria insistir."⁵

Quais eram esses assuntos lamentavelmente negligenciados? "Mostrei a vossos ouvintes a Jesus em Sua condescendência para salvar o homem caído. Mostrei-lhes que Aquele que foi o seu penhor teve que tomar a natureza humana, e levá-la por entre o temor da maldição de Seu Pai, por causa da transgressão pelo homem de Sua lei; pois o Salvador Se fez homem."⁶ Jesus devia ser o ponto focal de todo reavivamento. Sem uma visão clara do Cristo vivo, não seria possível o reavivamento. Disse Jesus: "E Eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a Mim" (São João 12:32). Nem todos os que estavam presentes em Mineápolis na-

quele outono experimentaram o reavivamento. Muitos estavam contentes por apegar-se às formas externas do cristianismo. Houve, porém, os que se dispuseram a ouvir a mensagem da justificação em Cristo, que foi proclamada. Quando Jesus foi levantado, eles foram atraídos para Ele. Seus corações foram tocados. Pecados foram renunciados. Vidas mudadas. Arrependimento, confissão e a oração fervorosa prepararam o caminho para o reavivamento. O Espírito foi derramado, e os sussurros daquele reavivamento são sentidos ainda hoje!

Prescrição para o reavivamento

A prescrição para o reavivamento é claramente esboçada em II Crôn. 7:14: “Se o Meu povo, que se chama pelo Meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a Minha face e se converter dos seus maus caminhos, então Eu ouvirei dos Céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra.” Quando, de joelhos, contemplo a perfeita e imaculada justiça de Jesus, verifico que pecador eu sou. “Que é justificação pela fé? É a obra de Deus em lançar no pó a glória do homem, e fazer por este o que ele não pode fazer por si mesmo.”⁷ A luz de Sua perfeição, minha falta de comprometimento, meu amor ao mundo, meu apego às coisas terrenas, minha maneira humana de ver as circunstâncias tudo se torna mais patente. Em profundo arrependimento, eu exclamo: “Cobre, Jesus, a minha deformidade com a Tua imaculada justiça. Faze por mim o que jamais poderia fazer por mim mesmo. Transforma-me! Ergue minha mente acima daquilo que é terreno! Desvia-me os pensamentos para as correntes celestiais!”

O genuíno reavivamento não se baseia nos impulsos do momento. Ele não se ancora em um emocionalismo sensacional de curta duração. O genuíno reavivamento fundamenta-se na oração sincera e no dedicado estudo da Bíblia. Em 1887 Ellen White escreveu: “Nosso Pai celeste está mais disposto a dar Seu Espírito Santo àqueles que Lho peçam, do que pais terrenos o estão a dar boas dádivas a seus filhos. Cumpre-nos, porém, mediante confissão, humilhação, arrependimento e fervorosa oração cumprir as condições estipuladas por Deus em Sua promessa para conceder-nos Sua bênção. Só podemos esperar um reavivamento em resposta à oração.”⁸

Não podemos esperar reavivamento,

quando nossos corações são mais voltados para os programas de televisão do que para a oração. Não podemos esperar reavivamento enquanto estivermos mais interessados na página matinal de esportes do que nas devoções matinais. Não podemos esperar reavivamento enquanto nossa violação da mensagem da reforma da saúde nos estiver obstruindo o cérebro, de maneira que não possamos discernir a voz do Espírito. Não podemos esperar reavivamento enquanto nossas mentes estiverem cheias de preocupações com a moda, em lugar de o estarem com pensamentos sobre a imaculada veste da justiça de Cristo.

Podemos esperar o reavivamento, enquanto as reuniões sociais da igreja, acompanhadas de bolos açucarados, encham as casas, ao passo que as reuniões de oração atraem dois ou três fiéis? Quando as reuniões de mesa de nossa Igreja se degeneram em lutas pelo poder entre facções opostas, em lugar de sessões estratégicas para conquistar os perdidos para Cristo? Podemos esperar o reavivamento quando nossos sermões exigem pouco estudo da Bíblia e oração, e são preparados entre chamados telefônicos na sexta-feira à noite?

Não podemos esperar o reavivamento enquanto não encararmos honestamente o fato de que há contradição entre o ensinamento da Igreja e suas práticas. Não poderemos ter o reavivamento a menos que reconheçamos que tanto a Bíblia como o Espírito de Profecia apelam para uma entrega ao Cristo vivo que revolucionará totalmente as nossas vidas.

Não podemos esperar o reavivamento se, como indivíduos ou como um corpo organizado, seguirmos práticas obviamente contrárias ao que Deus revelou por intermédio de Seus inspirados profetas.

Há um preço a pagar pelo reavivamento — não porque Deus não esteja disposto a no-lo conceder de graça, mas pelo fato de não estarmos preparados para recebê-lo. O preço do reavivamento é hoje o mesmo de todas as épocas: arrependimento! Oração fervorosa! Confissão de pecado conhecido! Um realce sobre o estudo da Bíblia. Tempo na presença do Senhor. Não há nenhum atalho. Nenhuma solução fácil. O preço do reavivamento é relacionamento íntimo, vivo e diário com Jesus. Em passando tempo em Sua presença, alegrar-nos-emos em fazer Sua vontade.

O reavivamento virá! Todo o Céu está pronto para fazer grandes coisas em benefício da

Igreja, a fim de que ouça o último apelo de misericórdia de Deus a um mundo enfermo. "Antes de os juízos finais de Deus caírem sobre a Terra, haverá, entre o povo do Senhor, tal avivamento da primitiva piedade como não fora testemunhado desde os tempos apostólicos. O Espírito e o poder de Deus serão derramados sobre Seus filhos."⁹

Quando Deus tiver um povo inteiramente dedicado, Ele derramará o ilimitado poder. O Espírito descerá. A chuva serôdia cairá! O alto clamor do terceiro anjo, que começou na revelação de Cristo, nosso Redentor que perdoa o pecado, iluminará a Terra com a glória de Deus.

Ponde novamente em ordem vossas prioridades! Aquilo que não é essencial pode esperar. Sem mais demora, dedikai uma parte do vosso tempo cada dia ao relacionamento com Cristo. Pedi que revele as atitudes de vossa vida que não estão em harmonia com Sua vontade. Pedi que o Espírito Santo vos impressione com setores específicos nos quais estais violando Seu conselho. Com genuíno arrependimento, entregai essas áreas. Suplicai, pela fé, o Seu perdão. Crede que Ele vos aceita agora! Recebei o Seu poder para a vitória. Implorai a Deus o poder da chuva serôdia para testemunho eficaz, convincente e afetuoso.

Se desejais que vossa igreja experimente o reavivamento, organizai grupos de oração de cinco a sete pessoas. Juntos, pedi a Deus renovação espiritual. Lede juntos a seção de *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, intitulada "Reavivamento e Reforma" (págs. 120-152). Convidai todos os membros do grupo de oração a passar tempo ajoelhados, só meditando nas cenas finais da vida de Cristo. Há seis capítulos da Bíblia especialmente sobre a morte de nosso Senhor: Isaías 53, Salmo 22, São Mateus 27, São Marcos 15, São Lucas 23 e São João 19. Combinai esta profunda meditação com estudos dos últimos 28 capítulos de *O Desejado de Todas as Nações*, começando com

o capítulo intitulado "A Lei do Novo Reino".

Mediante uma vital ligação com o Cristo vivo, vós e vossa igreja podereis experimentar o reavivamento. Jesus foi o Caminho em 1888. Ele é o Caminho hoje. Não há outro.

Perguntas para discussão

1. Necessita minha igreja do reavivamento?
2. Que sintomas me indicariam que minha igreja estaria experimentando um reavivamento?
3. Qual o papel do pastor em trazer o reavivamento à igreja?
4. Estaria eu disposto a suportar a perseguição, como o fizeram os profetas, se soubesse que meu sofrimento traria o reavivamento a minha igreja?
5. Que pensais serem os "aspectos externos da religião"?
6. Como podemos "controlar os maus sentimentos" para com os outros na igreja?
7. Qual a base do genuíno reavivamento?
8. Que parte desempenha a reforma da saúde em assegurar a realização do reavivamento?
9. Dar-se-ia o caso de uma parte de um pequeno grupo de oração ajudar-me a experimentar reavivamento individual?

Referências

1. *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, pág. 128.
2. *Review and Herald*, 25 de janeiro de 1887, pág. 491.
3. *Idem*, de 15 de fev. de 1887, pág. 97.
4. *Idem*, 12 de julho de 1887, pág. 433.
5. *Idem*, 11 de set. de 1888.
6. *Ibidem*.
7. *Special Testimonies*, Série A, pág. 321.
8. *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, pág. 121.
9. *O Grande Conflito*, pág. 466.

Juízo ou Justificação?

Pode a doutrina do juízo investigativo ser reconciliada com a mensagem de 1888?

Historicamente, os adventistas têm entendido o juízo investigativo como representando a segunda e final fase do ministério sacerdotal de Cristo em favor da humanidade. O juízo, atualmente em sessão, envolve o exame individual do professo povo de Deus, mortos e vivos.

Provavelmente, nenhuma outra doutrina ensinada pelos Adventistas do Sétimo Dia tenha ocasionado mais ridículo e desdém do que a do juízo investigativo. Virtualmente todos os teólogos não adventistas reagem negativamente. Mesmo na Igreja Adventista, líderes preeminentes têm, de tempos em tempos, expresso fortes dúvidas sobre o conceito.¹

Essa reação negativa parece surgir da percepção de que um juízo investigativo desaparece diante da justificação pela fé e da certeza do cristão. Este foi o caso do destituído ministro evangelista adventista, Albion Ballenger (1861-1921)²

A experiência de Ballenger é interessante neste ano de aniversário. Por alguma circunstância, ele iniciou seu ministério na Igreja Adventista nos anos 1880. E embora seja difícil dizer com certeza até onde foi ele influenciado pelo debate da justificação de 1888, é fora de dúvida que foi esta doutrina que finalmente veio a dominar a sua teologia.³

Mas enquanto o debate de 1888 tinha que ver com o realce antagônico ou rival sobre lei *versus* graça, a preocupação de Ballenger com a justificação pela fé tinha pouco que ver, se é que tinha alguma coisa, com

um exagerado realce adventista sobre a lei. “Sua denúncia se baseava, antes, na compreensão do adventismo da doutrina do santuário...” Para ele, isto era o cerne do legalismo adventista.⁴

Por conseguinte, quando ele levou a efeito sua interpretação radical da doutrina adventista do santuário, fê-lo para erradicar todos os elementos do legalismo. Curiosamente, apenas com uma exceção, ele reteve todos os principais componentes da teologia tradicional adventista do santuário. A exceção: o juízo investigativo. Este ensinamento ele repudiou por completo.⁵ Como outros críticos dessa doutrina adventista, ele a achava totalmente contrária à justificação pela fé e à certeza do cristão.

Avaliação rudimentar da crítica

Os Adventistas do Sétimo Dia são antigos alvos da oposição e do ridículo; e os críticos têm sido repetidas vezes frustrados por nossa habilidade para absorver suas afrontas teológicas. A Igreja faz ouvidos moucos especialmente quando a crítica é fundamentalmente falha, como neste caso. Pois se o conceito de um juízo *investigativo* é contrário à justificação pela fé e à certeza do cristão, então, *ipso facto*, a noção de juízo, por si, também deve ser.

Como, porém, pode alguém negar em sua consciência que o juízo é um ensino fundamental do Novo Testamento? Notai como o conceito emerge claramente destes textos: “Porque, se pecarmos voluntariamente, de-

pois de termos recebido o conhecimento da verdade, já não resta mais sacrifício pelos pecados, mas uma certa expectativa horrível de juízo, e ardor de fogo, que há de devorar os adversários. ... Porque bem conhecemos Aquele que disse: Minha é a vingança, Eu darei a recompensa, diz o Senhor. E outra vez: O Senhor julgará o Seu povo" (Heb. 10:26, 27 e 30).*

"Porque todos devemos comparecer ante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o que tiver feito por meio do corpo, ou bem, ou mal" (II Cor. 5:10).

"Porque já é tempo que comece o julgamento pela casa de Deus; e, se primeiro começa por nós, qual será o fim daqueles que são desobedientes ao evangelho de Deus?" (I Ped. 4:17).

* Todas as citações são da Almeida Revista e Corrigida.

Se nossa necessidade de certeza ou nosso realce sobre a justificação pela fé, por mais válidos que sejam, obscurecem o ensino bíblico do juízo, então permitimos que eles se tornassem uma obsessão. A justificação pela fé e a certeza cristã são, deveras, ensinamentos fundamentais do Novo Testamento. Mas o juízo também o é. Nada lucrarmos, seja teológica ou experimentalmente, por tentar negar ou neutralizar qualquer deles.

Como teólogos e estudiosos da Bíblia, não criamos a teologia; descobrimo-la. Isto significa que paramos (ou melhor, ajoelhamonos) diante da Palavra, sem preconceito, e ouvimos. Permitir que um realce bíblico domine nosso pensamento a ponto de tornar-se uma prova tornassol da validade de todos os outros, é provocar a interrupção do processo de dar atenção. Esta foi a obsessão que levou Martinho Lutero, o grande reformador, a recusar o livro de Tiago.

A maturidade teológica procura manter o equilíbrio (às vezes na animosidade) os vários temas bíblicos fundamentais. Assim, embora a justificação pela fé seja importante, e desejável a certeza cristã, não podemos omitir o juízo e continuar fiéis às Escrituras.

Entendendo nossos críticos

À luz das inequívocas afirmações do Novo Testamento sobre o juízo, por que as continuas e vigorosas críticas à posição adventista? Nossa observação neste ponto, sugere

re duas possíveis razões, ambas essencialmente psicológicas.

A primeira relaciona-se com a natureza contemporânea do juízo investigativo. O veterano advogado Louis Nizer lembra que "na manhã de julgamento, todo indício físico de perturbação insuportável torna-se claro. As mãos tornam-se pegajosas, a testa... enrugada, a face... enrubescida ou ligeiramente pálida, os olhos... com bordos avermelhados, a voz... rouquenha, há bocejos artificiais, lábios ressecados e... freqüentes visitas ao banheiro."⁶

Os adventistas sempre ensinaram que o juízo está em sessão *agora*, um anúncio potencialmente irritante para alguém que já foi citado a comparecer à sala de uma corte humana, e que ainda se lembra da voz estridente do escrivão chamando a todos para se levantarem quando o julgamento se inicia. Um juízo no final do tempo ou depois do milênio não tem o mesmo impacto psicológico. A distância tem a tendência de diminuir o temor a ele. Menos perturbadora ainda é a invenção teológica que põe este juízo na cruz — muito tempo atrás e muito distante.

Mas um juízo em sessão agora! Isto é ameaçador!

A segunda razão está intimamente ligada à primeira, e gira em torno da palavra *investigativo*. Ligada à natureza contemporânea do acontecimento, esta palavra evoca a imagem dos cristãos sob vigilância por um órgão de investigação celestial de capa e espada, que gira os ponteiros do relógio.⁷

Para aumentar ainda mais a tensão, alguns pregadores adventistas têm insinuado que a qualquer momento que esse tribunal celestial se ocupa do caso de qualquer pessoa viva, isto se torna em um juízo final, e nesse instante termina o período de graça para esse indivíduo. Se isto se der num momento em que houve indulgência com o mais leve pecado ou má ação na vida, a pessoa estará perdida para sempre.⁸ É interessante notar que este era o ponto de vista defendido por Ballenger sobre o juízo investigativo, antes que ele rejeitasse a doutrina como um todo.⁹

Nem sempre tem sido fácil dar uma demonstração correta das Escrituras sobre a noção de um juízo *investigativo*. Não obstante, o conceito de uma decisão pré-advento permeia completamente o apocalíptico bíblico.

Por exemplo, em Daniel 12:1, somos in-

formados de um tempo escatológico de crise, do qual só os que “forem achados escritos no livro” serão livrados. E na contagem apocalíptica de Mateus, aprendemos que, no tempo da *parousia*, um alto som de trombeta ajunta os “escolhidos desde os quatro ventos” (São Mat. 24:30 e 31). O contexto destas duas passagens implica claramente uma decisão antecipada da situação espiritual desses indivíduos.

Em Apocalipse 16, as sete últimas pragas, à semelhança de misseis teleguiados, perseguem apenas aqueles que têm “o sinal da besta”. Obviamente, foi necessário um assentamento antecipado, a fim de afixar “legalmente” a marca em uns e em outros não.

O *locus classicus* de um juízo pré-advento é Daniel 7. Nessa passagem apocalíptica, o profeta observa em visão as atividades perversas da ponta pequena sobre a Terra e, simultaneamente, vê uma cena de juízo no Céu. Ele se volta da Terra para o Céu, estudando aquelas duas cenas notáveis, até que a ponta pequena é destruída e o juízo dado aos santos (Dan. 7:22). Em sua tese recente, Arthur Ferch demonstrou com sucesso que essas duas atividades ocorrem no tempo histórico, e que portanto, o juízo de Daniel 7 é pré-adventista.¹⁰

Não se deve antecipar o inútil argumento de que uma vez que Deus sabe todas as coisas, o conceito de um juízo pré-advento é especulativo e desnecessário. Semelhante maneira de pensar, levada a suas conclusões lógicas, rejeita toda a noção bíblica do juízo. Ela advém de uma superficialidade teológica que não pode conceber mundos e sistemas de inteligências criados além do nosso próprio; que, se o Universo quiser estar seguro, deve estar satisfeito com a integridade da escolha de Deus. E o grande conflito gira em torno do fato de que nem todas estas inteligências são amistosas.

Ampliando o escopo do juízo

Os primeiros adventistas bem podem ter achado a expressão *juízo investigativo* suficiente, em parte, por causa de seu próprio conceito limitado da natureza e escopo da atividade envolvida. Eles percebiam apenas o aspecto *subjetivo* desse juízo, que se relaciona com nossa situação pessoal diante de Deus. E, da mesma forma como a preocupação com a justificação pela fé cega alguns para o realce bíblico sobre o juízo, sua preocupação com este aspecto do juízo

cegou-os para seus outros componentes importantes.

Colocando-se, como o fazem, sobre os ombros desses pioneiros, os teólogos adventistas contemporâneos têm-se tornado cada vez mais conscientes do escopo universal da atividade do juízo. Esta convicção os tem levado a perguntar se a palavra *investigativo* é suficientemente compreensível para descrevê-lo.

Isto se torna claro especialmente a partir da consideração sobre Daniel 7. A ponta pequena de que fala este capítulo é, claramente, o principal objeto do juízo. Por si só, este fato é suficiente para mostrar que este juízo tem um quadro muito mais amplo de referência do que nossos pioneiros eram capazes de ver em sua época.

As dimensões se ampliam ainda mais quando se comparam as atividades descritas em Daniel 7 com as de Apocalipse 12-14.¹¹ Tal comparação torna claro: 1) Que este juízo é posterior à cruz, vindo, portanto, após o fim dos 42 meses ou 1.260 anos mencionados nos dois relatos; e 2) que seu escopo é universal.

Apocalipse 12 e 13 desmascara o poder que acompanha a besta (a ponta pequena de Daniel 7), descrevendo-o como o dragão, a “antiga serpente, chamada o diabo, e Satanás, que engana todo o mundo.” (12:7-9; cf. 13:1-3). Através de seus atos, este gênio do mal profere blasfêmias contra Deus, contra o nome de Deus, contra o santuário de Deus e os que habitam no Céu (Apoc. 13:6). Em outras palavras, o próprio Deus é acusado! E aqui está o aspecto do juízo que nossos pioneiros não viam claramente — o lado *objetivo*.

Com efeito, este juízo separa os santos de Deus das multidões que Lhe usam falsamente o nome e, nesse sentido, pode ser chamado “investigativo”. Tende em mente que nessa grande sessão os “livros” são abertos. Além disso, seja o que for que isto signifique, a idéia de avaliação, de escrutínio, de *investigação*, se me permitis, não pode ser ignorada. “Nem todo o que Me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos Céus, mas aquele que faz a vontade de Meu Pai, que está nos Céus” (S. Mat. 7:21). A avaliação é parte indispensável desse juízo, e foi este aspecto que impressionou os nossos pioneiros. Perturbador? Sim. Mas era dessa aflição de alma que tratava o *Yom Kipur* (Lev. 23:26-32).

O escopo deste juízo, porém, é muito mais

amplo. A vindicação é a sua principal preocupação — vindicação do santuário de Deus, vindicação do nome de Deus, vindicação do povo de Deus.

Naturalmente, não podemos imaginar todas as ramificações desse juízo. Seu ponto focal, porém, é certamente o santuário celestial, o trono da lei e do governo de Deus, o centro nevrálgico da salvação humana. Sobre esta vindicação paira a segurança do Universo. Daí, o significado teológico desta declaração enigmática de Daniel 8:14: "Até dois mil e trezentos dias, então o santuário será purificado" (Versão King James).

Esta mensagem do dia de juízo é difícil de ser aceita pelos que estudam a teologia evangélica hoje. Mas é uma mensagem que leva na mais alta conta a realidade como a conhecemos por meio da experiência e da revelação.

Anterior ao segundo advento, o juízo agora em sessão esclarece a questão do amor e da justiça de Deus. Ele confirma a validade e legalidade do plano da salvação, e leva em sua sentença a vindicação final do povo de Deus. É nesse contexto que entendemos o brado de júbilo do mensageiro celestial: "Alegra-te sobre ela, ó Céu, e vós, santos apóstolos e profetas; porque já Deus julgou a vossa causa quanto a ela" (Apc. 18:20).

Que segurança! Que certeza!

Questionário:

1. Por que acham alguns que o conceito adventista de um juízo investigativo é incompatível com a justificação pela fé?

2. Como relacionaríeis a justificação pela fé e o juízo?

3. Que apoio bíblico há para um juízo investigativo ou pré-advento?

4. Como Adams mostra, os primeiros adventistas pensavam que apenas as pessoas que professaram obediência a Deus em alguma época de suas vidas fossem réis no juízo investigativo. Em tempos recentes, as publicações e o ensino adventista têm sugerido que, neste juízo, também o próprio Deus deve ser vindicado. Deveríamos limitar nossas crenças doutrinárias às que foram defendidas pelos pioneiros adventistas — ou são legítimos o desenvolvimento e a mudança de realce? Se achais que as mudanças são naturais, que limites imporíeis a essas mudanças?

5. Em que sentido está o juízo investigativo relacionado com o santuário?

1. Desmond Ford tem uma lista de todas as obras adventistas sobre a doutrina, a respeito das quais ele alega ter feito sérias restrições. Ver Desmond Ford, "Daniel 8:14, The Day of Atonement and Investigative Judgement" (Manusc. Não Publicado, 1980), págs. 47-147 *passim*. O próprio Ford diz francamente que a doutrina não está na Bíblia. (*Idem*, pág. 14.)

2. Roy Adams, *The Sanctuary Doctrine: Three Approaches in the Seventh-day Adventist Church* (Berrien Springs, Michigan: Andrews University Press, 1981), págs. 104-107, 135-140. Cf. Ford, pág. 42.

3. Adams, págs. 104-107.

4. *Idem*, pág. 107.

5. *Idem*, pág. 136.

6. Louis Nizer, *My Life in Court* (Nova Iorque: Pyramid Publications, Inc., 1944), pág. 39.

7. É a expressão conhecida? Esta é uma questão delicada. Ela soa muito como brincar com os fundamentos. Mas o termo *investigativo* não é inteiramente indispensável para tornar a questão favorável à doutrina — os pioneiros foram capazes de fazer isso por vários anos sem ele.

A expressão *juízo investigativo* parece ter sido usada em primeiro lugar por Ellen Everts em uma carta ao editor de *Review* de 17 de dezembro de 1856, e publicada no número de 1 de janeiro de 1857 (Paul Gordon, *The Sanctuary, 1844, and the Pioneers* (Washington, D.C.: Review and Herald Pub. Assn., 1983, pág. 87). Quatro semanas depois, Tiago White usou a terminologia em um artigo, e logo ela passou ao uso geral entre os primeiros adventistas, entre os quais, naturalmente, Ellen G. White. Era preciso uma expressão conveniente, e nem todos estavam satisfeitos com ela. Uriah Smith sugeriu que ele mudaria para uma terminologia mais apropriada se esta pudesse ser encontrada (Adams, pág. 81, nº 3).

A expressão pré-advento seria um bom substituto (ver *idem*, págs. 260-262). Quatro razões:

I. *Aceitação na igreja*. O pré-advento já foi provado — a expressão esteve em uso em círculos adventistas nos últimos 27 anos (ver W. E. Read, *Doctrinal Discussions* (Washington, D.C.: Review and Herald, n. d.) capítulos III e IV), e sua aceitação está crescendo entre o adventismo contemporâneo.

II. *Apologéticos*. O pré-advento evita a desnecessária bandeira vermelha de nossos críticos que o *investigativo* parece envolver.

Contudo, surge um ponto importante: este juízo especial precede a *parousia*.

III. *Facilidade de demonstração*. Nem sempre tem sido fácil apresentar pelas Escrituras uma demonstração coerente da noção própria de um juízo investigativo. Todavia, como salienta o meu artigo, o conceito de uma decisão pré-advento permeia completamente o apocalíptico bíblico.

IV. *Propriedade de linguagem*. Como sugere o meu artigo, *investigativo* pode ser uma palavra muito limitada para este juízo. O *pré-advento* oferece um escopo mais amplo, que inclui conceitos construídos sobre o fundamento que o juízo investigativo dos pioneiros derribou.

8. Esta interpretação assustadora, que ouvimos do púlpito recentemente na reunião campal de verão, infelizmente não pode ser substituída no adventismo autêntico.

9. Adams, págs. 135 e 136.

10. Para um resumo destas constatações, ver Arthur Ferch, "The Pré-Advent Judgment", *Adventist Review*, 30 de outubro de 1980, págs. 4-6.

11. Que estas duas seções apocalípticas

das Escrituras são paralelas e complementares é fora de dúvida: Por exemplo:

a. Em Daniel 7:25, os santos de Deus são perseguidos "por um tempo, tempos, e metade de um tempo". Ao mesmo tempo, Apocalipse 12:14 descreve a mulher, por causa da perseguição, fugindo para o deserto "por um tempo, e tempos, e metade de um tempo".

b. Em Daniel 7:25, a ponta pequena profere palavras "contra o Altíssimo" e continua por três tempos e meio (ou 42 meses). Em Apocalipse 13:5, a besta profere "grandes coisas e blasfêmias" contra Deus, e continua "por quarenta e dois meses".

c. Em Daniel 7:25, a ponta pequena procura mudar os tempos e a lei. Em Apocalipse 12:17 o dragão se ira contra os que guardam a lei de Deus.

d. Em Daniel 7:22, 25-27, a perseguição do povo de Deus é seguida pelo julgamento contra seu perseguidor e uma decisão a seu favor. Em Apocalipse 14:6 em diante, é anunciado o juízo contra os perseguidores, e apresentada uma decisão em favor dos santos (versos 12 e 13).

DR. HANS K. LARONDELLE — Professor de Teologia no Seminário Teológico Adventista e Escritor

O Evangelho Bíblico da Salvação

Que é justificação pela fé?
É apenas perdão, ou requer
retidão moral?

A salvação, ou redenção, é a pre-ocupação central da Bíblia. A história bíblica mostra que toda a raça humana necessita da salvação, pois o pecado como centralização no eu e rebelião contra Deus

é um fenômeno universal. O pecado prejudicou todo o relacionamento humano: com o Criador, com outras pessoas, com o ambiente e mesmo com a compreensão da posse de nós mesmos. O mundo se tornou des-

truidor de si mesmo.

A salvação completa deve proporcionar, por essa razão, não apenas o perdão divino dos pecados, mas também a restauração da imagem moral de Deus no crente arrependido e, como resultado, a redenção eterna da humanidade, que inclui nosso corpo e a dominação que Deus nos deu — o planeta Terra. O apóstolo Paulo referiu-se a essa salvação total em sua maravilhosa consideração escatológica de Romanos 8.

Correspondentes às necessidades do homem relacionadas com o passado, o presente e o futuro, há basicamente três aspectos da mensagem bíblica da salvação: justificação, santificação e glorificação. Todos compreendidos no inalterado e imutável evangelho.

Para compreendermos o significado da justificação, santificação e glorificação, e sua correlação dinâmica, precisamos ir às suas raízes nas Escrituras hebraicas. O Antigo Testamento é o alicerce do evangelho do Novo Testamento. Jesus e os escritores do Novo Testamento valeram-se freqüentemente do Antigo Testamento para demonstrar a continuidade de seu evangelho com revelações antecipadas de Deus a Israel (ver São Mat. 5:17-19; Rom. 4:1-8; I Ped. 1:15; Tiago 2:21-26; Heb. 8). Paulo declara que o Antigo Testamento como um todo sustenta e confirma seu evangelho apostólico da salvação: "Mas agora uma justiça de Deus, separada da lei, tornou-se conhecida, da qual testificam a Lei e os Profetas" (Rom. 3:21, NIV).

As Escrituras hebraicas precisavam anunciar que a justiça de Deus é um dom gratuito de Deus, oferecido a judeus e gentios na pessoa do Messias de Israel (ver Isa. 11:1-9). Os sacerdotes, profetas e reis funcionavam apenas como tipos divinamente apontados que prefiguravam a missão do prometido Redentor. Por fim, esse Messias julgaria todas as nações e restauraria na Terra uma sociedade justa que prosperaria em uma paz eterna (Sal. 2; 72; Isa. 9:7; Jer. 23:5 e 6). Era essencial à fé profética de Israel a expectativa de que o Messias vindouro fosse enviado por Deus primeiramente para sofrer de maneira vicária por "muitos" e entregar a vida como sacrifício expiatório que envolvia uma culpa e punição estranhas (ver Isa. 53:6 e 10; cf. Lev. 6:1-7). Mediante Sua própria morte sacrificial, Deus reconciliaria consigo mesmo o mundo. Mais do que isto, expressava-se a esperança de que o justo Servo de Deus *declarará muitos justos* ao levar sobre Si mesmo as suas faltas (ver Isa. 53:11, Bi-

blia de Jerusalém). Assim "o bom prazer do Senhor prosperará na Sua mão" (Isa. 53:10).

O Novo Testamento anuncia o cumprimento dessa antiga esperança de Israel. O evangelho proclama que Jesus Cristo transcendeu a todas as ofertas de animais ao Se tornar ao mesmo tempo a Vítima sacrificial e o Sacerdote oficiante que agora medeia a justificação e a paz para todos os israelitas e gentios arrependidos (Atos 5:30 e 31; Heb. 7:25).

Israel como o povo redimido de Deus

Israel experimentou sua libertação e saída da opressão do Egito como uma salvação divina, rememorada como o feriado da nação, o tempo em que se tornou o povo do concerto, a comunidade adoradora de Deus (ver Êxo. 20:1). Moisés ensinou a Israel que a salvação do Êxodo serviria como a motivação duradoura para adorar a Deus e manifestar-Lhe gratidão e obediência: "Falou mais Moisés, juntamente com os sacerdotes levitas, a todo o Israel, dizendo: Escuta e ouve, ó Israel! neste dia vieste a ser por povo ao Senhor teu Deus. Portanto obedecerás à voz do Senhor teu Deus, e farás os Seus mandamentos e os Seus estatutos que hoje te ordeno" (Deut. 27:9 e 10).

Deus desejava que Sua divina santidade fosse refletida na sociedade de Israel. Na verdade, Deus conhecia a conduta justa de Noé, Daniel e Jó (Ezeq. 14:14 e 20; Gên. 6:5; Dan. 6:5 e 22; Jó 1:1 e 8). Muitos israelitas amavam ao Senhor de todo o seu coração (Deut. 6:5) e obedeciam a todos os Seus mandamentos. Sua sagrada lei foi-lhes grava no coração: "Porque esta palavra está muito perto de ti, na tua boca, e no teu coração, para a fazeres" (Deut. 30:14). Um caráter justo era a condição para a entrada no santuário de Deus em Sião (ver Sal. 5; 15; 24). Mas *quem* decidia quem entre Israel pertencia aos justos ou aos pecadores?

A teologia da salvação do santuário de Israel

Os sacerdotes levitas eram comissionados a julgar se a vida de um adorador era ou não aceitável a Deus (Êxo 22:7-11; Núm. 5:11-15; Deut. 17:8-13; 21:5). Os sacerdotes deviam obstar os pecadores presunçosos (os "ímpios") de entrarem no santuário (Sal. 5:4-6; 15; 24). Apenas os justos podiam entrar pelas "portas da justiça" (Sal. 118:19-21). Assim, no santuário era determinado

quem devia pertencer aos justos e quem faria parte dos ímpios. Por meio de uma fórmula prescrita, o sacerdote oficiante declarava se um sacrifício apresentado por um pecador era ou não sem defeito e aceitável aos olhos de Deus. (Lev. 1:3; 22:18, 19, 21 e 23-25).

O julgamento feito pelo sacerdote, do animal sacrificial, identificava-se com o indivíduo que fazia o sacrifício, quando o adorador colocava a mão sobre a cabeça do animal (Lev. 1:4; 4:3 e 4, 13-15). As Escrituras tornam clara a validade do julgamento sacerdotal: “Vossa oferta será *contada* (verb. *hashab*) para vós” (Núm. 18:27); “aquele homem será *considerado* (*hashab*) culpado de derramamento de sangue” (Lev. 17:4); “não será aceito. Não será *creditado* (*hashab*) para aquele que o ofereceu” (Lev. 7:18). Deus imputou a justiça a Abraão com base na expressão de sua fé: “E Ele *creditou* (*hashab*) isto a ele como justiça” (Gên. 15:6). Os sacerdotes levitas, que serviam de intérpretes de Deus, mantiveram esta declaração de justiça imputada ao aceitarem seus sacrifícios e ministrarem o sangue da expiação; eles tranqüilizavam os adoradores com a certeza do perdão divino (Lev. 17:11; 4:26, 31 e 35).

A justificação de um Israel arrependido

Zacarias, profeta do pós-exílio, pintou um quadro dramático da justificação da parte de Deus de um Israel culpado, que de novo buscou a Sua graça (Zac. 3:1-7). Um remanescente de Israel acabava de retornar a Jerusalém, procedente do exílio em Babilônia. Josué, o sumo sacerdote, apareceu diante de Deus e de Seus anjos, representando Israel. Embora Josué, que aparecera vestido de roupas sujas (cf. Isa. 64:6), estivesse sendo acusado por Satanás de transgressão da lei de Deus, Deus, não obstante, ordenou que lhe fossem trocadas as vestes sujas, explicando: “Eis que tenho feito com que pases de ti a tua iniquidade, e te vestirei de vestidos novos” (Zac. 3:4). A nova santidade de Israel é aqui descrita como uma justiça judicialmente imputada por Deus. O Senhor declarou assim justo este povo do novo êxodo.

Com o chamado divino para servir a Deus para sempre, esta justificação se seguia imediatamente: “Se andares nos Meus caminhos, e se observares as Minhas ordenanças, também tu julgarás a Minha casa, e também guardarás os Meus átrios, e te darei lugar entre os que estão aqui” (Zac. 3:7). A justificação divina está inseparavelmente

ligada ao chamado de Deus para a santificação, que é ampliada pela glorificação. Só refletindo o caráter de Deus na vida religiosa e social, poderia Israel bendizer com eficiência a todas as nações (ver Zac. 8:13-17). Asafe escreveu uma impressionante descrição da maneira em que poderia o Israel de Deus alcançar a glória externa: “Guiar-me-ás com o Teu conselho, e depois me receberás em glória” (Sal. 73:24).

O caráter moral de Israel

O povo do antigo concerto recebia de Deus mais do que o perdão para seus pecados. Eles desfrutavam também de livramento do poder contaminador do pecado. Depois de confessar seu pecado, Davi orou: “Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova em mim um espírito reto” (Sal. 51:10). Davi recebeu esta resposta do Senhor: “Instruir-te-ei, e ensinar-te-ei o caminho que deves seguir; guiar-te-ei com os Meus olhos” (Sal. 32:8). Em Salmo 19, Davi pede a Deus tanto o perdão como a graça protetora: “Quem pode entender os próprios erros? Expurga-me Tu dos que me são ocultos. Também da soberba guarda o Teu servo, para que se não assenhereie de mim” (Sal. 19:12 e 13). Isto mostra que Deus esperava dos israelitas uma vida santa que fosse vitoriosa sobre o pecado (ver Sal. 119).

A liturgia do santuário de Israel tornou o Decálogo a pedra de toque da fé e do culto aceitável (Sal. 50).¹ O Senhor não ficava satisfeito enquanto Sua santa lei não era plenamente restaurada no coração e na vida de Israel (Sal. 37:31; 40:8; Jer. 31:33). Com base no poder que os libertou do Egito, Deus ordenou a Israel: “Para que sejais santos, porque Eu sou santo” (Lev. 11:45). Ele deseja desenvolver um povo que reflita Sua santa imagem de justiça.

Os justos em Israel não eram em absoluto pessoas sem pecado, que já não necessitavam da graça perdoadora ou da expiação. Eram, antes, homens e mulheres que andavam com Deus e permaneciam dentro da relação de concerto com seu Redentor e seus irmãos de fé (Miq. 6:8). Quando eles caíam em pecado, arrependiam-se com sinceridade, confessando e restaurando o que podiam, e depois buscavam renovado poder vitorioso no santuário (Sal. 32:51; Prov. 24:16; Miq. 7:8, 9, 18 e 19).

Em suma, justos eram aqueles israelitas es-

pirituais que experimentavam o poder salvador e santificador de Deus (ver Sal. 1; 19; 119).

A “perfeição” no Antigo Testamento

A idéia bíblica de perfeição pouco tem que ver com os conceitos especulativos das filosofias populares que definem perfeição, seja como a ética ideal das virtudes morais ou da razão humana, quer como estando em plena harmonia com a ordem natural. A palavra *tamin*, “perfeito” ou “perfeição”, ocorre mais de 130 vezes no Antigo Testamento, e se aplica tanto a Deus como ao Seu povo. *Tamin* é usada para descrever um relacionamento de concerto perfeito entre Deus e Seu povo escolhido.

A perfeição, portanto, não descreve nem a Deus nem à humanidade isolado um do outro. A verdade bíblica acerca da perfeição é, assim, perfeição em ação, sempre lidando com alguma situação histórica definida, na qual Deus cumpre Seu concerto com Seu povo.

No Antigo Testamento, Deus mesmo é a norma de perfeição, de justiça, de santidade, verdade e graça. Passagens que tratam diretamente com a perfeição divina, como Deuteronômio 32:4, II Samuel 22:31 e Salmo 19:7, aplicam *tamin* à dinâmica revelação de Deus de Si mesmo, que salva a Israel e o mantém salvo: “Sua obra é perfeita”, “Seu caminho é perfeito”, Seu Torah é perfeito. As frases paralelas nestes versos indicam que as ações de Deus são perfeitas porque cumprem Sua promessa de livramento: “Um Deus fiel que não erra” (Deut. 32:4, NIV); “Ele é um escudo para todos que nEle se refugiam” (II Sam. 22:31, NIV); “refrigera a alma” Sal. 19:7).

A perfeição de Deus refere-se a Seus atos salvadores a fim de estabelecer e manter relação com Seu povo do concerto. Sua perfeição significa Seu poder ou vontade não dividida para salvar Seu povo e conservá-lo salvo, a despeito da infidelidade deste (Oséias 11:1-7; Ezeq. 16).

O profeta Miquéias chama atos de Deus, tais como a condução de Israel para fora do Egito e a entrada a salvo na terra da promessa, a *tsidqot Yahweh*, a justiça do Senhor (Miq. 6:5), também traduzida como “os atos salvadores do Senhor” (RSV). Outros escritores do Antigo Testamento se referem a estes atos como “os triunfos” (Juízes 5:11, RSV) ou “feitos salvadores do Senhor” (I Sam. 12:6, RSV). Em resposta à justiça de

Deus, Seu povo é chamado a manifestar perfeição humana em uma caminhada perfeita ou comunhão com o seu Criador. Foi assim que Noé foi chamado “homem justo, inculpável (*tamin*) entre as pessoas do seu tempo e andou com Deus” (Gên. 6:9). A Abraão, disse Deus: “Eu sou o Deus todopoderoso; anda em Minha presença e sê perfeito (*tamin*)” (Gên. 17:1). Jó é descrito como “perfeito e reto; temia a Deus e abstinha-se do mal” (Jó 1:1; cf. vs. 8, NIV). E o Salmo 119 pronuncia uma bênção sobre aquele “cujo caminho é reto, que anda na lei do Senhor!” (vs. 1, NIV).

Deus deu o sábado à humanidade a fim de que as pessoas jamais buscassem a dignidade ou a justiça em si mesmas, em lugar de na bênção da vida dadivosa do relacionamento com Deus e em Seu repouso divino. Assim, o sábado permanece como o emblema de união e continuidade entre o plano da criação de Deus e Seu plano de redenção. O antigo Testamento jamais descreve a perfeição humana como uma perfeição necessária como tal, mas como o relacionamento pleno com Deus, como o andar humildemente com Deus, no qual o indivíduo recebe diariamente o perdão e o poder protetor para a vida vitoriosa.

A salvação no Novo Testamento

No Novo Testamento, Cristo chamou de justificação a aceitação graciosa de Deus por um arrependido coletor de impostos: “Digo-vos que este desceu justificado para sua casa, e não aquele (o fariseu)” (S. Luc. 18:14). Assim Jesus introduziu o evangelho da salvação como uma mensagem de justificação gratuita de Deus aqui e agora para qualquer pecador arrependido. A mensagem central das parábolas de Cristo é a justificação divina — o processo pelo qual os pecadores são livrados da condenação divina e absolvidos no juízo celestial. As parábolas da ovelha perdida (S. Mat. 18:10-14), do filho pródigo (S. Luc. 15:11-32), do rico e Lázaro (S. Luc. 16:19-31), do credor incompassivo (S. Mat. 18:21-25), e das bodas e o vestido nupcial (S. Mat. 22:1-14) anunciam a maravilhosa mensagem de que Deus aceita e justifica os pecadores arrependidos por Sua graça e misericórdia. Embora Jesus empregasse a palavra *justificado* apenas uma vez nos Evangelhos, Sua mensagem foi basicamente a mesma de Paulo: “Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores, ao ar-

rependimento” (S. Mat. 9:13).

Desde o início, Jesus anunciou que entrar no reino de Deus era uma possibilidade presente, ainda que uma responsabilidade, para Israel (S. Mat. 11:11-13; 21:31; 23:13; S. Luc. 11:52; 16:16). O que havia de novo em Seu ensino era que o reino de Deus estava representado nEle, o Messias-Rei. A missão de Jesus visava tornar mais real tanto a salvação presente como a futura. Ele afirmou ao arrependido cobrador de imposto, Zaqueu: “Hoje veio a salvação a esta casa... Porque o Filho do homem veio buscar e salvar o que se havia perdido” (S. Luc. 19:9 e 10). Essa espécie de busca da vontade paternal de Deus é ilustrada na parábola de Jesus sobre o filho pródigo. Quando o errante filho retorna a seu pai e começa a confessar seus pecados, o pai já o envolveu com os braços e diz a seus servos: “Trazei depressa o melhor vestido, e vesti-lhe, e ponde-lhe um anel na mão, e alparcas nos pés; e trazei o bezerro cevado, e matai-o; e comamos, e alegremo-nos; porque este Meu filho estava morto, e reviveu, tinha-se perdido, e foi achado” (S. Luc. 15:22-24). O perdão dos pecados é mais do que um ato legal. Significa a restauração à plena comunhão com Deus como nosso Pai.

Jesus reviveu a motivação original da obediência ensinada na Torah. Como o Messias, Ele resumiu a Torah em seu duplo requisito de amor: amor a Deus e ao próximo (S. Mat. 22:34-40; cf. Deut. 6:5; Lev. 19:18). Ele deu ainda a estes dois mandamentos de amor uma prioridade significativa: Destes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas” (S. Mat. 22:40). Ele também estendeu universalmente o mandamento do amor ao explicar que nosso próximo é aquele que necessita de nossa ajuda (S. Luc. 10:25-37). Mais do que tudo, porém, Seu desprendimento e entrega de Si mesmo em favor de outros, revelam uma nova espécie de amor.

Atrás da exigência radical de Cristo em favor do amor e da pureza moral (S. Mat. 5:21-48), encontra-se Sua convicção de que nEle a norma soberana de Deus está presente. No relacionamento salvífico do crente com Cristo, Sua ordem: “Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos Céus” (S. Mat. 5:48), não é apenas uma promessa escatológica, mas também uma bênção evangélica a ser aplicada aqui e agora.

Em resumo, Jesus considerava a justificação e o perdão conceitos idênticos que im-

plicam tanto a restauração legal da correta relação com Deus, como os frutos imediatos do renascimento espiritual. Por Seu exemplo, Cristo ensinou mais que o crente justificado está na obrigação de viver uma vida de amor santificado para a glória de Deus. Para isso, ele assegurou a glorificação máxima: “Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus” (S. Mat. 5:8).

A fé cristã e a fé hebraica

Paulo considera a declaração de Moisés de que Abraão creu em Deus e de que o Senhor lhe imputou isso como justiça (Gên. 15:6), de fundamental importância. Ele expõe mais fortemente o seu significado em sua argumentação contra a farisaica justificação pelas obras: “Ora quando um homem trabalha, seu salário não lhe é creditado como uma dívida, mas como uma obrigação. Entretanto, ao homem que não trabalha, mas confia no Deus que justifica o ímpio, sua fé lhe é creditada como justiça” (Rom. 4:4 e 5, NIV).

Paulo acentua o caráter pessoal da fé do cristão em Deus. Essa fé estabelece uma relação de confiança entre o crente e Deus. Crer não é apenas um assentimento intelectual. Cremos de fato apenas quando confiamos ao Promitente, junto com o nosso coração, o trono de nossa vontade: “Pois o homem crê com o coração, e assim é justificado” (Rom. 10:10, NIV).

O segundo aspecto notável da declaração de Paulo em Rom. 4:5 é que Deus justifica o ímpio que crê. Obviamente, o ímpio não se esforça para alcançar méritos de Deus. Contudo, em resposta ao atrativo poder de Deus, pode ele arrepender-se sinceramente e confiar na promessa de Deus. Semelhante fé é aceitável ao Deus de Israel e é reconhecida, ou creditada, como justiça (Rom. 4:5). Eis a estarrecedora nova que livra a consciência do fardo de culpa diante de Deus e desobriga os pecadores de esforços para obter a aceitação de Deus.

Para mostrar que sua mensagem é essencialmente a mesma que o ensino da fé e culto litúrgico de Israel, o apóstolo faz referência ao Salmo 32: “Assim também Davi declara bem-aventurado o homem a quem Deus imputa a justiça sem as obras, dizendo: Bem-aventurados aqueles cujas maldades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa o pecado” (Rom. 4:6-8).

Ao passo que Davi falou do perdão divino

como livramento da culpa, Paulo anuncia que o perdão é igual à justificação por Deus, do pecador arrependido. Ele interpreta a bem-aventurança que Davi recebeu como ato da justiça atributiva de Deus a ele, independentemente de obras.

Paulo tencionava que suas ilustrações de Abraão e Davi servissem como exemplos de como a justificação divina é oferecida agora, na nova fase do tempo messiânico. O pecador só pode exercer fé em Deus agora, como Criador e Redentor, se reconhecer o novo ato da criação de Deus — a ressurreição de Jesus — e nEle confiar como Senhor e Salvador. “Ora não só por causa dele está escrito, que lhe fosse tomado em conta, mas também por nós, a quem será tomado em conta, os que cremos nAquele que dos mortos ressuscitou a Jesus nosso Senhor; o qual por nossos pecados foi entregue, e ressuscitou para nossa justificação” (Rom. 4:23, 24 e 25).

Essa progressão de pensamento representa a passagem da fé hebréia para a fé cristã. A fé no Senhor torna-se a fé em Jesus como o Messias do Senhor. A doutrina do Novo Testamento, de justificação pela graça de Deus mediante a fé está, portanto, centralizada na pessoa e na missão de Jesus de Nazaré como o Messias prometido. Colocado em termos teológico, a soteriologia baseia-se em sua cristologia.

As duas referências de Paulo a Habacuque 2:4, confirmam mais esta conclusão. Como ele cita e aplica a declaração de Habacuque, “o justo viverá pela sua fé” (hebraico' *emunah*, fidelidade, a fé perseverante é instrutiva): “Pois no evangelho se revela uma justiça de Deus, justiça que é do princípio ao fim pela fé, como está escrito: ‘O justo viverá pela fé’” (Rom. 1:17, NIV), ou, traduzido de outra maneira: “‘Aquele que pela fé é justo, viverá’” (Rom. 1:17, RSV). “É claro que ninguém é justificado diante de Deus pela lei, pois ‘O justo viverá pela fé’” (Gál. 3:11, NIV), ou, traduzido de outra maneira: “Ora é evidente que ninguém é justificado diante de Deus pela lei; pois ‘aquele que pela fé é justo, viverá’” (Gál. 3:11, RSV).

Nestas declarações-chave, Paulo se concentra exclusivamente na questão de como a pessoa se torna justa aos olhos de Deus. Ele declara que ninguém pode alcançar tal justiça por qualquer esforço para observar a lei de Deus. “Concluimos pois que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei” (Rom. 3:28). Não a justiça conquistada pela pessoa, mas a que é graciosamente da-

da por Deus, justifica o crente. O evangelho de Deus é a mensagem com respeito a Seu Filho (Rom. 1:1-4). A justiça de Jesus Cristo é a justiça de Deus que, portanto, é revelada como a justiça de Deus (Rom. 1:17; cf. Filip. 3:9).

Só mediante a fé pode o crente apropriar-se desse dom — “mediante a fé, pela fé” (Rom. 1:17, NIV). Essa fé existe apenas como resposta ao evangelho. Pela fé em Cristo, é a pessoa reconhecida como justa diante de Deus. O evangelho de Deus é revelado como “o evangelho de Seu Filho” (Rom. 1:9). A fé no Deus de Israel, portanto, estende-se à fé em Cristo Jesus.

Isto não é o desvio da confiança em um Deus pessoal para a fé em um credo cristão, mas uma extensão da confiança no Pai para confiar no Filho, dentro da fé hebraica na unicidade de Deus. “Se confessardes com a boca: ‘Jeus é Senhor’, e crerdes em vosso coração que Deus o ressuscitou dos mortos, se-reis salvos. Pois é com o coração que credes e sois justificados, e é com a boca que confessais e sois salvos. Como diz a Escritura: ‘Todo aquele que nEle crê jamais será envergonhado’. Pois não há diferença entre judeu e gentio — o mesmo Senhor o é de todos e abençoa ricamente a todos que clamam a Ele, pois ‘todo aquele que clama pelo nome do Senhor será salvo’” (Rom. 10:9-13, NIV). Paulo usa aqui *justificação* e *salvação* como sinônimos, citando Isaías e Joel para mostrar a relação de continuidade de sua mensagem com as Escrituras hebraicas. A morte e a ressurreição de Jesus encerravam, na opinião de Paulo, significado escatológico, isto é, livram o crente da ira de Deus no juízo final: “Logo muito mais agora, sendo justificados pelo Seu sangue, seremos por Ele salvos da ira” (Rom. 5:9). A ressurreição do Jesus morto é, portanto, necessária à certeza de vida eterna do cristão (Rom. 4:25). O apóstolo transforma e renova assim a *emunah* de Israel ao identificá-la com sua vibrante confiança e fervorosa esperança em Jesus Cristo (Rom. 6:8; I Tess. 4:14). Ele pode mesmo referir-se a Cristo e à fé de maneira intercambiável (Gál. 3:22-25). Isto realça o caráter centralizado em Cristo da fé do Novo Testamento.

Quando apela para a fé de Abraão, Davi e Habacuque como seus exemplos de fé salvadora e justificadora, Paulo diz para exercitarmos essencialmente a mesma fé confiante em Jesus Cristo. Dir-se-ia que Paulo batizou a *emunah* hebraica a fim de que ela

se tornasse a fé em Cristo.

Paulo não centralizou primeiramente sua mensagem aos gálatas e romanos em como o cristão justo deve viver (santificação), mas na ardente questão de como a pessoa se torna justa diante de Deus (justificação). Sua argumentação mostra a necessária continuidade da fé cristã e hebraica com relação á justificadora graça de Deus. (cf. Rom. 3:21).

Em Cristo

No conceito de Paulo, a essência da fé cristã deve estar “em Cristo”, e não mais “em Adão” (I Cor. 15:22). A teologia de Paulo é determinada pelo conceito de personalidade corporativa — uma pessoa representando muitas diante de Deus. Como Adão representou toda a raça humana e dessa forma decidiu sua relação com Deus, assim Deus indicou a Jesus Cristo para representar a humanidade pecadora como o segundo Adão (I Cor. 15:21, 22 e 45-49; Rom. 5:12-21). Paulo resume a mensagem do seu evangelho como segue: “Estamos convencidos de que um morreu por todos, e, portanto, todos morreram. E Ele morreu por todos, para que aqueles que vivem já não vivam para si mesmos, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou de novo” (I Cor. 5:14 e 15, NIV). Para o apóstolo, no conceito de Deus a morte de Cristo significou a morte de toda a raça humana corporativamente (Rom. 5:12, 18, 19; cf. I S. João 2:2; 4:10).

“Deus estava reconciliando o mundo consigo mesmo *em Cristo*, não imputando os pecados dos homens contra eles... Deus fez com que Aquele que não tinha pecado *Se tornasse pecado por nós*, a fim de que *nEle pudéssemos tornar-nos justiça de Deus*” (II Cor. 5:19 e 21, NIV). Paulo ensinava que o perdão dos nossos pecados se baseia no ato de Deus de reconciliação na morte de Cristo. Mais precisamente, Deus o Pai ordenou (Atos 2:23) que Cristo “Se tornasse pecado por nós” (cf. Gál. 3:13), o que pode ser entendido melhor à luz de Isaías 53. De fato, Paulo parece ter escrito II Coríntios 5:18-21 baseado em Isaías 52:13-53:12 e 50:6-10.

A participação divina na morte de Cristo, torna a Deus o reconciliador ativo; Ele nos reconciliou não pelo fato de polidamente ignorar Sua condenação do homem pecador, mas ao absorver em Si mesmo o pecado dos homens — “não imputando os pecados dos homens contra eles”, restaurando assim a

humanidade ao Seu favor *em Cristo*. Este propósito divino é expresso nestas palavras excepcionais: “A fim de que *nEle* fôssemos feitos justiça de Deus” (II Cor. 5:21).

O apóstolo declara assim que nossa reconciliação com Deus ocorreu por meio de um ato de Deus em Cristo. Deus considera a morte de Cristo como a nossa e nos imputa Sua justiça.

A compreensão que Paulo tinha da morte de Cristo pode ser melhor explicada nos termos do pensamento hebraico: Pelo fato de Cristo ser sem pecado (cf. II Cor. 5:21), Sua morte foi tão meritória diante de Deus que, aqueles que com Ele se identificam estão livres da “maldição da Lei” (Gál. 3:13).² Mediante a fé em Cristo, o crente aceita esta identificação com Seu corpo e sela sua fé através do batismo (Rom. 6:3-6). O crente é agora reconhecido como estando em Cristo e participa da justiça de Deus, tanto legalmente por meio da justificação, como dinamicamente através de uma união de fé como Cristo.

Justificação e pecado

Desde o início alguns entenderam mal o evangelho da justificação pela fé ensinado por Paulo — como se a justificação fosse apenas uma mudança de *status* legal diante de Deus, que tornasse intocáveis a vida e o caráter do crente. Sua maior objeção era que Paulo ensinava o erro do antinomismo por meio de sua ficção da justificação. Paulo era, portanto, acusado de incentivar as pessoas a pecarem, a fim de que a graça pudesse abundar (ver Rom. 3:8; 6:1 e 5). Da mesma forma, muitos objetam hoje, dizendo: Se Deus justifica o ímpio, qual a vantagem da obediência à lei de Deus?

Paulo responde à acusação de que a doutrina forense da justificação é exclusivamente sua, com uma radical negativa: “De maneira nenhuma!” (Gál. 2:17; cf. Rom. 6:2; 3:8). Se o crente continua a pecar depois da justificação, é prova apenas de que é um “transgressor da lei” (Gál. 2:18). Ele não pode responsabilizar a Cristo por seu estilo de vida. Paulo refuta então as falsas acusações, explicando que a justificação pela fé significa a morte real do antigo eu, a fim de que Cristo possa viver em nós: “Porque eu pela lei estou morto para a lei, para viver para Deus. Já estou crucificado com Cristo; e vivo não mais eu, mas Cristo vive em mim” (Gál. 2:19 e 20).

A genuína fé em Cristo é selada no ato sacramental do batismo, quando Deus Se une ao crente "em Cristo Jesus", que significa especificamente união na morte de Cristo. Paulo explica: "Estávamos mortos para o pecado... Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na Sua morte? De sorte que fomos sepultados com Ele pelo batismo na morte; para que como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida... Sabemos isto, que o nosso homem velho foi com Ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito, para que não sirvamos mais ao pecado. Porque aquele que está morto está justificado do pecado" (Rom. 6:2-4, 6 e 7).

O apóstolo baseia a renovação moral do cristão em sua união de fé com a morte e sepultamento históricos de Cristo. Por meio do batismo, o crente se une a Cristo em Sua morte e participa, na morte, do seu próprio "corpo do pecado". O poder pecaminoso do eu findou na cruz de Cristo. No batismo, o crente "morreu com Cristo" (Rom. 6:8) e, portanto, "morreu para o pecado" (Rom. 6:2). Deus coloca a nova vida do crente sob o domínio do Cristo ressuscitado; o mesmo poder divino, pois, que ressuscitou a Cristo, motiva essa nova vida (ver Rom. 8:11).

Baseado nesta realidade redentora (o indicador da salvação) diante de Deus, Paulo exorta os cristãos: "Não reine portanto o pecado em vosso corpo mortal, para lhe obedecerdes em suas concupiscências... E libertados do pecado, fostes feitos servos da justiça... tendes o vosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna" (Rom. 6:12, 18 e 22). Paulo pede aos cristãos que se considerem mortos para o pecado, mas livres para Deus em Cristo (Rom. 6:11). Isto envolve uma fé que apreende, que se apropria, e se aplica ao crente no acontecimento da salvação em Cristo.³ Ao participar da morte de Cristo e do poder da ressurreição, o crente se transformou radical e permanentemente. Ele é uma "nova criatura" em Cristo (I Cor. 5:17). Paulo se centraliza nesta união de fé com Cristo como seu argumento concludente de que o crente justificado viverá uma vida santificada diante de Deus e dos homens. Para o apóstolo, a justificação não é uma transação legal abstrata. É a realidade da morte do eu e da nova vida com Deus. Paulo completa o uso que faz da metáfora legal, com a linguagem vívida da morte-ressurreição. (Rom. 5:17-19; 6:1-7;

Gál. 2:16-29).

O apóstolo não deixa nenhuma dúvida quanto à justiça moral da nova vida vivida pela fé em Cristo. A fé se expressa em amor (Gál. 5:6). Ele avalia essa fé viva e frutífera como genuíno cumprimento da lei sagrada, aceitável e agradável a Deus. Ele ainda conclui que essa nova obediência é o objetivo supremo da morte expiatória de Cristo. Ele morreu e ressuscitou para que "o mandamento da lei possa encontrar cumprimento em nós, cuja conduta, não mais sob o controle de nossa natureza inferior, é dirigida pelo Espírito" (Rom. 8:4, NEB). Através do Espírito de Cristo, a promessa do novo concerto torna-se cada vez mais real: a lei sagrada está novamente escrita e viva no coração e mente dos filhos de Deus (Jer. 31:31-34; Ezeq. 36:26 e 27; Heb. 8:8-12). Por ser Cristo a encarnação tanto da lei como da graça de Deus, "somos transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor" (II Cor. 3:18).

Santificação e juízo

A justificação pela graça traz os frutos da paz com Deus e do amor de Deus ao coração, e da nova esperança pela glorificação futura. "Sendo pois justificados pela fé, temos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo; pelo qual também temos entrada pela fé a esta graça, na qual estamos firmes, e nos gloriamos na esperança da glória de Deus. E não somente isto, mas também nos gloriamos nas tribulações, sabendo que a tribulação produz a paciência, e a paciência a experiência, e a experiência a esperança. E a esperança não traz confusão, porquanto o amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado" (Rom. 5:1-5).

A justificação divina traz paz imediata e reconciliação com Deus. Essa certeza da salvação é descrita também como a purificação de nossa consciência, que agora conhece a "plena certeza de fé" e a inabalável esperança da herança prometida (Heb. 9:14, 15; 10:22 e 23). Verdade é, não obstante, que Paulo pode também falar da justificação como um veredicto divino futuro, no juízo final. Alguns teólogos têm ignorado ou negado este aspecto teológico da teologia de Paulo, ainda que ela faça parte integral da mensagem de salvação do Novo Testamento. Dando continuidade às Escrituras hebraicas, Paulo declara com respeito ao juízo

zo final: Deus “recompensará cada um segundo as suas obras” (Rom. 2:6; Sal. 62:12). “Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei não de ser justificados” (Rom. 2:13).

O apóstolo não está falando aqui da observância exterior da lei, apenas, mas do compromisso interno da obediência prazenteira; não das palavras da lei, mas dos frutos da fé que são agradáveis à vista de Deus.⁴ A idéia de Paulo de uma justificação futura como veredicto final de Deus, está em harmonia com a declaração de Cristo em S. Mat. 7:21; 25:34-40, e com a de Tiago 1:22 e 25; 2:12. Paulo aponta para a justificação futura do cristão novamente em sua carta aos Gálatas. “Mas pela fé aguardamos ansiosamente por meio do Espírito a justiça pela qual esperamos” (Gál. 5:5); ou traduzido mais literalmente: “Pois através do Espírito, pela fé, aguardamos a esperança da justiça” (RSV).

A justiça por que Paulo espera, com certeza é a ratificação ou veredicto final de absolvição no juízo divino.⁵ O que terá valor naquele dia não serão obras realizadas para consentir externamente com a lei, mas obras feitas em Cristo, isto é, obras da fé mediante o Espírito Santo. Paulo explica que a fé em Cristo não é eticamente indiferente, cheia de frutos de amor: “Porque em Jesus Cristo nem a circuncisão nem a incircuncisão tem virtude alguma; mas sim a fé que opera por amor” (Gál. 5:6). “A observância dos mandamentos é o que se leva em conta” (I Cor. 7:19).

Uma nova criatura (Gál. 6:15) prova-se a si mesma pelos frutos do Espírito, expressos como “amor, alegria, paz, paciência, bondade, benignidade, fidelidade, mansidão e domínio-próprio” (Gál. 5:22 e 23). Paulo vê finalmente a vida inteiramente santificada à luz perscrutadora do juízo final: “Não erreis: Deus não se deixa escarnecer; porque tudo o que o homem semear, isso também ceifará. Porque o que semeia na sua carne, da carne ceifará a *corrupção*; mas o que semeia no Espírito, do Espírito ceifará a *vida eterna*. E não nos cansemos de fazer bem, porque a seu tempo ceifaremos, se não houvermos desfalecido” (Gál. 6:7-9).

Paulo está dizendo que a vinda da colheita — veredicto final de Deus — corresponderá a nossa sementeira moral.

Segundo Paulo, Deus nos julgará finalmente de acordo com a colheita de nossa apropriação e aplicação do evangelho. Nossos pensamentos e ações formam nossos caracteres individuais — para que sejamos

responsáveis. Crescer em santidade e em fazer o bem é sagrada responsabilidade do cristão (ver Gál. 6:9; II Tess. 3:13; Tito 2:11-13; II Ped. 1:4-11; 3:11 e 18). A vida santificada será tida como evidência da fé que salva no dia do juízo (Rom. 2:7).

Conseqüentemente, a justificação presente não isenta o cristão do juízo final. O cren-te justificado é convidado a continuar a “operar”, isto é, converter em realidade a salvação em santo temor e tremor (Filip. 2:12). Operar a salvação não significa trabalhar pela salvação, mas tornar prática a salvação. A justificação deve ser demonstrada por meio de uma vida santa que revele livramento da servidão do pecado e da culpa.

A declaração que Paulo faz logo após o que ele diz a respeito de operarmos nossa salvação, revela que Deus gera no crente tanto a vontade de viver corretamente, como o eficaz poder para realizar isto: “Porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a Sua vontade” (Filip. 2:13). Pelo fato de Deus fortalecer constantemente os verdadeiros crentes (Efés. 3:2), podem eles corresponder-Lhe com retidão moral. Enquanto a vida do cristão for cheia “de frutos de justiça, que são por Jesus Cristo, para glória e louvor de Deus” (Filip. 1:11), precisamos fazer com que estes frutos de boas obras sejam gerados pelo próprio Deus: “Aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até ao dia de Jesus Cristo” (Filip. 1:6; também Efés. 2:8-10).

Questionário

1. Por que a salvação plena deve incluir mais do que o perdão dos pecados?
2. De que maneira o julgamento do sacerdote do Antigo Testamento sobre as ofertas apresentadas nos ajuda a entender o conceito da justiça imputada?
3. Como a mensagem de Deus, transmitida por Zacarias, liga a santificação com a justificação?
4. Eram as pessoas justas, em Israel, totalmente sem pecado? Se não, por que eram chamadas justas?
5. O que o sábado tem que ver com a santificação?
6. Credita-nos Deus a justiça por causa de nossas obras?
7. Como podem os seres humanos “se tornarem os justos de Deus”?

8. Qual é o significado do batismo em relação com a justificação e a santificação?

9. O que significa "operai a vossa salvação"? (Filip. 2:12).

a. Ver H. LaRondelle, *Deliverance in the Psalms*, (Berrien Spings, MI: Primeira Impressão, 1985, págs. 149-156).

b. Ver H. D. Betz, *Galatians* (Filadélfia: Fortress Press, 1979), pág. 151.

c. Ver Ivan T. Blazen, *Death to Sin According to Romans 6:1-14* Princeton, New Jersey, 1979, pág. 383.

d. Ver C.E.B. Cranfield, *The Epistle to the Romans, International Critical Commentary*, vol. 1, pág. 155; H. Ridderbos, *Paul: An Outline of His Theology* (Grande Rapids, Michigan: Eerdmans, 1975), pág. 180.

e. H. N. Ridderbos, *The Epistle of Paul to the Churches of Galatia, New International Commentary of the New Testament* (Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1965, 4ª edição), pág. 189.

ALDEN THOMPSON — Decano do Walla Walla College, Washington

Devemos Concordar?

Ellen White era favorável a certa quantidade de debates na igreja. Cria ela que a unidade da Igreja devia ser mantida por outros meios que não a legislação ou pronunciamentos de pessoas de importância da Igreja.

O ano de 1888 rivaliza com 1844 como a data mais interessante da história da denominação dos Adventistas do Sétimo Dia. Naquele ano, poderosas tendências conflitantes e ilusórias correntes subjacentes revolteavam juntas de maneira que cativavam indistintamente a leigos, clérigos e intelectuais.

Naquele tempo, da mesma forma que agora, a igreja enfrentou uma atordoante série de desafios. Se ela aprendeu ou não lições acertadas da experiência de 1888 é muito discutido. Do lado negativo do livro razão, os anos imediatamente posteriores à conferência de 1888 testemunharam alguns retrocessos desorientadores. Elementos-chave na

Igreja, entre os quais J. H. Kellogg, A. T. Jones e E. J. Waggoner, abandonaram as fileiras dos obreiros denominacionais. Jones e Kellogg saíram completamente da Igreja. Como medida de precaução, Kellogg levou consigo o mostruário da instituição de saúde da denominação, o Sanatório de Battle Creek.

Mesmo entre os líderes que continuaram fiéis, as atitudes e práticas estavam longe de ser exemplares. Em 1901, Ellen White voltou da Austrália e assistiu à sua primeira Conferência Geral em dez anos. Colocando-se diante dos delegados em assembléia, exclamou ela: "Preferiria pôr um dos meus filhos na sepultura" a vê-lo ir à Review and Herald Publishing House para ver os princí-

pios do Céu “desfigurados e pervertidos”. Depois, falando especificamente da liderança da Igreja, declarou ela: “Aquilo que estes homens deveriam pôr em um lugar sagrado, para ser como a voz de Deus para o povo, como outrora críamos fosse a Associação Geral — está no passado.”¹

As instituições da Igreja também tinham seus problemas. Depois de abandonar seu Colégio de Battle Creek em favor de um sítio na zona rural de Berrien County, a igreja transferiu também sua sede e a casa publicadora para fora de Battle Creek, acossada por incêndios espetaculares tanto na imprensa como no sanatório.

Do lado positivo, contudo, esses mesmos anos difíceis testemunharam fenomenal crescimento na obra educacional e na missão da Igreja. Mesmo a Conferência Geral de 1901, na qual Ellen White pronunciara palavras tão contundentes a respeito dos líderes da denominação, testemunhara uma mudança de atitudes e foram dados alguns passos significativos no sentido da reorganização. Foi também durante aqueles anos que Ellen White esteve produzindo algumas de suas literaturas mais valiosas sobre a vida de Cristo: *Caminho Para Cristo* (1892), *O Maior Discurso de Cristo* (1896), *O Desejado de Todas as Nações* (1898), *Parábolas de Jesus* (1900) e *A Ciência do Bom Viver* (1905).

A diversificada história da Igreja, quanto aos resultados da Conferência Geral de 1888, convida a análise cuidadosa. Quer tenha a Igreja aprendido as lições durante esse tempo quer não, a experiência de 1888 pode hoje oferecer-nos valiosas sugestões que podem levar-nos à renovação e à unidade como um povo. Este artigo apresenta algumas dessas sugestões, dispensando atenção especial a comentários de Ellen White sobre os acontecimentos da época.

A igreja adventista nos anos 1880

As tensões que se espalharam na abertura da Conferência Geral de 1888, estiveram a firmar-se por alguns anos. Uma serenidade superficial, contudo, pode ter disfarçado o problema da Igreja em geral.

De acordo com o ponto de vista de Ellen White, tal serenidade deveria ter-se constituído numa advertência. A paz e o sossego na Igreja podem ser sintomáticos de indolência espiritual. Após a conferência, Ellen White afirmou: “Onde quer que o povo de Deus esteja crescendo na graça, estará

constantemente obtendo uma compreensão maior de Sua Palavra”.² Em contraste, o declínio na vida espiritual é marcado pela tendência de os crentes “ficarem satisfeitos com a luz já recebida da Palavra de Deus e desestimularem qualquer investigação a mais das Escrituras. Eles se tornam conservadores e procuram evitar discussão.”³ Assim, a ausência de “controvérsia ou agitação” entre o povo de Deus não é necessariamente um sinal salutar. “Se não for suscitada nenhuma interrogação nova pela investigação das Escrituras, se nenhuma divergência de opinião surgir que leve os homens a investigarem a Bíblia por si mesmos para estarem certos de que têm a verdade, muitos haverá agora, como nos tempos antigos, que se apegarão à tradição e ao culto do que eles não conhecem.”⁴

Nos anos de 1880, a idéia de que a vida salutar da igreja estaria marcada por um certo fermento perigoso não foi universalmente aceita pela liderança adventista. Da Califórnia, Jones e Waggoner estiveram apresentando, através das páginas de *Signs of the Times*, perspectivas novas a respeito da justificação pela fé. No distante leste, o editor da *Review and Herald*, Uriah Smith, não ficou convencido por meio de seus artigos, e disse isso na imprensa. E o presidente da Associação Geral, Pastor George I. Butler, ficou desorientado com os acontecimentos no oeste. Por motivo de doença, Butler não pode assistir à conferência de 1888, onde Jones e Waggoner apresentaram pessoalmente suas mensagens. Mas ele revelou sua intenção em um telegrama aos delegados, instando com elas para que “defendessem os marcos divisórios”.

Na conferência propriamente dita, a tendência reacionária foi forte o suficiente para dar origem a uma resolução que deveria proibir os professores do Battle Creek College de apresentarem em suas salas de aula qualquer novidade que não tivesse sido aprovada pela Comissão da Associação Geral. Parece que Jones estava indicado para ensinar em Battle Creek; a resolução era uma tentativa de restringir a divulgação de seu dogma da “justificação pela fé”.

Ellen White estava presente quando a resolução veio à tona. Como relata LeRoy Froom, ela reagiu com espanto, questionando a resolução em um tom de voz “bem decidido”. A resolução foi anulada, mas mesmo a presença e a oposição verbal de Ellen White não impediram que um irmão

votasse pela restrição com as duas mãos.⁵

Dirigindo-se aos pastores em 21 de outubro de 1888, Ellen White explicou por que devia a Igreja estar constantemente crescendo e se desenvolvendo. A natureza de seus comentários sugere que tanto o telegrama sobre os “marcos divisórios” de Butler como a resolução sobre o ensino restritivo estavam bem vívidos em sua mente. “As várias circunstâncias que têm ocasião em nosso mundo, requerem esforço que satisfaça a estes acontecimentos peculiares”, declarou ela. “Jamais se deveria restringir os instrutores de nossas escolas, dizendo-lhes que devem ensinar apenas o que foi ensinado até agora. Fora com estas restrições.”⁶

Depois, reportando-se ao arsenal de lemas adventistas, ela pinçou uma frase que poderia proporcionar o elemento contrastante adequado para os “marcos divisórios” de Butler. A “verdade presente”, uma frase tirada da Versão King James, em II Pedro 1:12, era a designação abreviada adventista para a penetração dinâmica e convencional da verdade quando aplicada às necessidades contemporâneas da Igreja e do mundo. “Aquilo que Deus outorgou a Seus servos para pregarem hoje”, afirmou ela, “talvez não fosse verdade presente vinte anos atrás, mas é a mensagem de Deus para este tempo.”⁷

Em suma, pois, o adventismo dos anos 1880 parecia estar satisfeito consigo mesmo e com sua compreensão da verdade; a Igreja tornara-se bastarda. Um mundo em mudança, porém, requeria que a Igreja fizesse novas conquistas e realces. Os “antigos marcos” não são suficientes. A Igreja necessita da “verdade presente”. Como, porém, pode a Igreja encontrá-la?

Lidando com a controvérsia e a mudança

Nem toda mudança na Igreja é polêmica. Quando os desenvolvimentos são graduais e quase imperceptíveis, a Igreja experimenta grandes mudanças sem jamais ter tomado uma decisão bem delineada para realizar isto. Em tais circunstâncias, é provável que a controvérsia surja apenas se, e quando, a Igreja despertar e procurar decidir se, e como, voltar ao que era antes.

Em princípio, os adventistas andavam em dificuldade nos anos 1880, não por causa de mudanças imperceptíveis, mas em razão de se recusarem a mudar. Em seus métodos de

aproximação e seu corpo de doutrinas, a Igreja havia resvalado em uma rotina. Ellen White descreve isto da seguinte maneira: “Como um povo, temos pregado a lei até nos tornarmos como os montes de Gilboa, que não recebem orvalho nem chuva.”⁸

Ao recusar-se a crescer (ou mudar), porém, em sua compreensão das Escrituras e da doutrina, a Igreja havia, na verdade, mudado onde mais interessava; nomeadamente, na qualidade dinâmica de sua vida espiritual. Jones e Waggoner estavam recuperando a “antiga” experiência por meio de nova penetração nas Escrituras. Quando, porém, tentaram partilhar os avanços doutrinários e escriturísticos que lhes haviam transformado a própria experiência, encontraram tenaz resistência. Uma vez que seus detratores não eram sensíveis à diminuída qualidade de vida espiritual da Igreja, tão-somente reagiram contra as mudanças nas velhas interpretações das Escrituras.

No decorrer da controvérsia de 1888, vários métodos possíveis de lidar com a ameaça à unidade da Igreja vieram à tona. A análise desses métodos pode ser proveitosa para a Igreja hoje, diante de circunstâncias semelhantes.

1. *Legislação: a brevidade das resoluções.* Referências espalhadas pelos relatórios da conferência de 1888, sugerem que muitos dos irmãos desejavam resolver suas pendências, especialmente a que envolvia a compreensão da lei em Gálatas 3, votando o assunto. Na palestra de Ellen White, dirigida aos delegados em 1º de novembro, observou ela: “Há alguns que desejam que se tome sem demora uma decisão quanto à maneira correta de encarar o assunto em discussão. Como isso agradaria ao Pastor B., seria aconselhável que esta questão fosse resolvida definitivamente. Estão, porém, as mentes preparadas para uma decisão como esta? Eu não poderia sancionar este procedimento, pois nossos irmãos estão possuídos por um espírito que lhes move os sentimentos e inflama os impulsos, de molde a lhes controlar o julgamento. Enquanto estiverem sob excitação tão grande como o que agora existe, não estão preparados para tomar decisões seguras.”⁹

Poucos anos mais tarde, com a experiência de 1888 ainda a formar o pano de fundo de suas advertências, Ellen White fez mais comentário sobre a interpretação das Escrituras: “A Igreja pôde ir de resolução em resolução para fazer calar toda divergência de

opiniões, mas não podemos forçar a mente e a vontade, e assim acabar com a divergência. Estas resoluções podem ocultar a discordância, mas não podem extingui-la e estabelecer o perfeito entendimento.”¹⁰

Enquanto pode ser necessário levar a votação certos assuntos, a fim de que a Igreja possa agir com base num acordo, Ellen White torna bem claro que votar não era a maneira apropriada de lidar com a interpretação das Escrituras. Na verdade, até onde lhe dizia respeito, a unidade da Igreja não dependia da unidade na interpretação das Escrituras em sentido algum. O manuscrito de 1892, acima citado, faz explicitamente esta observação: “Não podemos então assumir a posição de que a unidade da Igreja consiste em examinar cada texto das Escrituras exatamente à mesma luz.”

Quanta diversidade pode ser tolerada, é assunto discutido abaixo. A muita diversidade pode destruir a unidade; não permitir diversidade suficiente, tem um efeito igualmente mortífero. Mas independente do rumo que a Igreja possa tomar, a legislação não é a maneira de lidar com as ameaças à unidade da Igreja.

2. *Uma decisão pelos que exercem autoridade.* Outra maneira de tratar com a controvérsia na Igreja é pedir aos que exercem autoridade que decidam a questão. Em 1888, a Igreja poderia ter confiado nos homens de posição mais antigos entre eles, nos oficiais eleitos pela Igreja, ou na autoridade carismática de Ellen White. A própria Ellen White não defendeu nenhuma dessas opiniões.

Obreiros mais velhos. Parece que alguns na conferência se ressentiram com a juventude de Jones, 38 anos de idade, e Waggoner, 33 anos. Não foi o caso de Ellen White. Quando se dirigiu aos delegados em 21 de outubro, declarou ela que era tempo de os “antigos porta-estandartes agirem como conselheiros dignos e testemunhas vivas”, mas que “seus irmãos mais jovens e mais vigorosos deviam levar os fardos pesados”. Eram os obreiros mais jovens que deviam “planejar, delinear e executar”, enquanto olhavam para os obreiros mais idosos como “conselheiros e guias”.¹¹

Oficiais eleitos. Ellen White parecia realmente alarmada com a tendência de alguns, ao confiarem nos oficiais eleitos pela Igreja para resolverem assuntos de fé e interpretação bíblica. Da Austrália, escreveu ela em 1896: “Foi-me mostrado que é um erro su-

por que os homens que ocupam posições de responsabilidade especiais em Battle Creek tenham sabedoria muito superior à de homens comuns. Os que acham que eles a possuem, supondo que eles têm iluminação divina, confiam no julgamento humano desses homens, tomando-lhes os conselhos como se fosse a voz de Deus.”¹²

Na edição de *Obreiros Evangélicos* de 1893, ela havia escrito algo muito semelhante: “Aqueles que não têm cultivado o hábito de pesquisar a Bíblia por si mesmos, ou o peso da evidência, têm confiança nos homens que lideram, e aceitam as decisões que eles tomam; e dessa forma, muitos rejeitarão as próprias mensagens que Deus envia a Seu povo, caso estes irmãos que lideram não as aceitem.”¹³

Na conferência, em 24 de outubro, Ellen White expressou seu espanto quanto à posição que o Pastor R. M. Kilgore havia tomado, em especial o fato de que os tópicos controversos não fossem discutidos porque o presidente da Associação Geral ali não estava. Disse ela: “Tivesse o irmão Kilgore andado em harmonia com Deus, jamais teria entrado nesse assunto como o fez ontem, e feito a declaração que fez, no tocante à investigação que está em andamento.”¹⁴ Pouco depois, ela voltou ao assunto: “Deve o Pastor Butler vir e dizer-nos o que são estas verdades que estivemos manuseando durante anos? Ora, importa que possuamos senso comum. Não deixemos uma impressão tal sobre estas pessoas.”¹⁵

Guia carismático. Com respeito à tendência dos adventistas modernos de apoiarem-se nos escritos de Ellen White para interpretar as Escrituras, é notável a posição que ela expressou em 1888, no que tange ao seu próprio papel. Seu pronunciamento de 1º de novembro, feito aos delegados, é o mais esclarecedor, nesse sentido. Ela desejava “ser ensinada como uma criança”, disse. “Embora o Senhor tenha achado por bem conceder-me grande luz, sei, contudo, que Ele dirige outras mentes, e que a elas desvenda os mistérios de Sua Palavra; e desejo receber cada raio de luz que Deus me enviar, embora este venha através do mais humilde dos Seus servos.”¹⁶

Ela defendeu entusiasticamente a Waggoner, porque sua mensagem global “se harmoniza perfeitamente com a luz que Deus Se agradou conceder-me durante todos estes anos de minha experiência”. Embora concordasse com a introdução global de sua

mensagem, contudo, ela ainda discordava de alguns de seus pontos de vista sobre as Escrituras: "Algumas interpretações das Escrituras, dadas pelo Dr. Waggoner, não considero corretas". Todavia, "o fato de que ele defenda honestamente alguns pontos de vista sobre as Escrituras, diferentes dos nossos *ou meus*, não é razão para que o tratemos como um pecador ou como um homem perigoso."¹⁷

Então o irmão Waggoner podia discordar livremente da irmã White? Certamente. Ela mesma declara: "Não tenho razão alguma para pensar que ele não é tão estimado por Deus como qualquer dos meus irmãos, e o considerarei como irmão em Cristo, enquanto não houver nenhum indício de que ele é indigno."¹⁸

Em resumo, Ellen White não considerava ser seu papel servir de estudante da Bíblia para a Igreja. Ela orientaria e admoestaria, mas não interviria para cercear o estudo da Palavra.

Se a unidade da Igreja não pode ser restaurada nem pela legislação nem por meio de pronunciamento de figuras importantes da comunidade, como a Igreja chega a um elemento comum em favor da ação? É para este assunto que nos voltaremos agora.

Unidade em Cristo

No manuscrito não publicado de 1892, referente à unidade da Igreja, Ellen White indica dois desvios e depois a maneira correta de proceder.

Os desvios são: a) crer que a unidade da Igreja consiste em "ver cada texto das Escrituras segundo a mesma luz"; e, b) resoluções votadas, que podem "dissimular a discordância, mas... não podem extingui-la e estabelecer a perfeita concordância".

O procedimento que ela recomenda é coerente, mas, de certo modo, intangível: "Coisa alguma pode aperfeiçoar a unidade na Igreja senão o espírito de tolerância semelhante ao de Cristo." Ela aconselha o crente a "assentar-se na escola de Cristo e aprender de Cristo". Se de Ele aprendermos, os "cuidados cessarão e encontraremos descanso para nossas almas".

Isto é útil, mas difícil de pôr em prática. O parágrafo seguinte, contudo, apresenta uma sugestão que podemos usar como um princípio formador. Aqui ela simplifica a es-

sência da fé e prática do cristão: "As grandes verdades da Palavra de Deus são tão claramente apresentadas que ninguém precisa cometer um erro ao entendê-las. Quando, como membros individuais da Igreja, amardes a Deus supremamente e ao vosso semelhante como a vós mesmos, nenhuma necessidade haverá de envidar esforços para estardes em união, pois como resultado natural haverá unidade em Cristo."

Em outras palavras, os dois grandes mandamentos de Jesus (S. Mat. 22:37-40) formam a pedra de toque mediante a qual provamos todas as nossas ações, doutrinas e interpretações das Escrituras. Especial atenção aos dois grandes mandamentos, farão com que nossas diferenças sem importância caiam em perspectiva. Seremos um em Cristo porque todos estamos entregues a um alvo simples e claramente definido.

Tal posição permite diversidade, mas não diversidade para diminuir o alvo primário. Na verdade, a diversidade bem pode ser necessária para atingir esse alvo primário; ela não é apenas um estimulante que deve ser mantido em níveis mínimos. Em *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, Ellen White mostra que a diversidade, mesmo na interpretação das Escrituras, é necessária caso a Igreja deva trabalhar com eficiência. Diz ela que é em virtude de divergirem as mentes dos homens, que temos os quatro Evangelhos escritos, em lugar de um apenas.

Pela mesma razão, nossos jovens não deveriam ter o mesmo professor de Bíblia ano após ano. "Professores diversos deveriam tomar parte na obra, embora nem todos eles possuam ainda uma compreensão tão cabal das Escrituras."¹⁹ Em seguida, numa afirmação ainda mais desconcertante, diz ela: "Dessa forma, o Senhor não impressiona hoje todas as mentes da mesma maneira. Muitas vezes, por meio de experiências incomuns, em circunstâncias especiais, concede Ele a alguns estudiosos da Bíblia aspectos da verdade que outros não puderam entender. É possível à maioria dos professores cultos não alcançar o alvo de ensinar tudo o que deviam ensinar."²⁰

Nossa tarefa não termina assim que estabelecemos o princípio da unidade por meio da diversidade. Cumpre que nos dediquemos ainda à questão dos limites, e dos métodos por meio dos quais estes limites são estabelecidos. São estes os assuntos aos quais vamos dedicar-nos agora.

Um modelo para a Igreja

Creio que a Igreja necessita de dois tipos de limites, representados em forma de diagrama por meio de dois círculos concêntricos (ver figura). O círculo de dentro representa os pontos cruciais da fé e prática que todos os adventistas têm em comum. Esta é a essência do adventismo, a cola que nos mantém unidos. É o eixo da roda.

O círculo externo representa os limites além dos quais uma pessoa não pode ir e ainda continuar parte da comunidade — o aro da roda, por assim dizer.

A discussão livre e desimpedida pode ocorrer na área entre o centro (o eixo) e o limite exterior (o aro). A discussão capacita a Igreja a adaptar sua mensagem às necessidades do mundo.

Que assuntos estão nessa área “discutível”? O vegetarianismo, a conduta no sábado, a aliança de casamento, certos aspectos da natureza de Cristo e até a maneira de entendermos a justificação e a santificação. Estes são todos os assuntos que os adventistas gostam de discutir. E precisamos discuti-los, lembrando-nos de que podemos não concordar com todos — nem devemos fazê-lo.

Mas necessitamos também de perguntar que espécie de coisas se encontra no eixo, o centro que todos os adventistas aceitam. Podemos responder a esta pergunta de várias maneiras. Primeiro, de um ponto de vista parcial, o sábado e o advento são realmente dois elementos firmes como a rocha que mantém os adventistas unidos em todo o mundo. Creio que já existem milhões de adventistas, entre os quais alguns alunos de colégio americano, que não apreciam os pontos delicados da declaração doutrinária votada em Dallas em 1980. Contudo, são adventistas fiéis.

Se recuarmos na história da fundação de nossa denominação, encontraremos um círculo interior que consiste de um conciso pacto de compromisso: “Nós, os abaixo-assinados, pelo presente, associamo-nos como uma igreja, tomando o nome de adventistas do sétimo dia, prometendo guardar os mandamentos de Deus e a fé de Jesus Cristo.”²¹

Voltando ao tempo do Novo Testamento, podemos pôr os dois grandes mandamentos no centro — destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas (S. Mat. 22:37-40). S. Mateus 7:12 e Gálatas 5:14 fornecem um enfoque semelhante.

Em certo sentido, os irmãos suscitaram a questão do centro em 1888, ao se descreverem como defensores dos “marcos divisórios”. Um ano depois da conferência, Ellen White falou sobre este mesmo assunto, escrevendo que alguns irmãos haviam fechado a mente à luz vinda da palavra de Deus, pois “havia considerado que era erro grave remover os ‘antigos marcos divisórios’, quando não era a remoção de uma estaca dos antigos marcos divisórios, mas eles tinham idéias pervertidas daquilo em que consistiam os antigos marcos divisórios.”²²

Vale a pena citar na íntegra o parágrafo que vem depois desta declaração, pois ele esclarece com precisão o relacionamento entre a história adventista e o enfoque central sobre os mandamentos de Deus e a fé de Jesus: “A passagem do tempo em 1844 foi um período de grandes acontecimentos, abrindo para nossos abismados olhos a purificação do santuário que ocorria no Céu, e que tinha relação decisiva com o povo de Deus na Terra; [também] a mensagem do primeiro e do segundo anjos, e do terceiro, desfraldando a bandeira na qual estava escrito: ‘Os mandamentos de Deus e a fé de Jesus’. Um dos marcos divisórios dessa mensagem era o templo de Deus, visto no Céu por Seu povo que ama a verdade, e a arca que continha a lei de Deus. A luz do sábado do quarto mandamento fazia incidir seus fortes raios no caminho dos transgressores da lei de Deus. A não imortalidade dos ímpios é um antigo marco divisório. Não posso lembrar-me de nada mais que possa receber a designação de antigos marcos divisórios. Todo este alarido em torno da mudança dos antigos marcos divisórios é inteiramente imaginário.”²³

Em resumo, as doutrinas do estado dos mortos e do santuário são vistas como estando firmemente arraigadas no meio do adventismo. A doutrina do santuário foi o meio de trazer convicção aos pioneiros quanto ao sábado. O debate sobre o significado preciso do santuário será vigoroso e estará em andamento; será um acontecimento que tem lugar entre os dois círculos, mas a doutrina está firmemente arraigada no centro, iluminando “os mandamentos de Deus e a fé de Jesus.”

Em todas as ocasiões, o centro deve ser relativamente simples, caso deva satisfazer as necessidades do mundo. E mesmo o centro, sempre incluirá elementos que se estenderão à área discutível. A Igreja deve aceitar como uma tarefa em andamento a defi-

nição dos limites estabelecidos pelos círculos interior e exterior.

O concílio de Jerusalém, de Atos 15, apresenta um exemplo bíblico interessante do processo de definição na obra. Depois de acalorado debate, o concílio colocou a circuncisão, uma das práticas essenciais do judaísmo, na categoria opcional da cristandade.

Esse mesmo concílio colocou a proibição do uso de alimento oferecido a ídolos no foco do centro. Mas I Coríntios 8 mostra Paulo levando o assunto do centro para área discutível. Em países ocidentais dos nossos dias, o assunto tornou-se completamente discutível. Já vistes algum adventista olhando um aviso no armazém para certificar-se de que o alimento foi oferecido aos ídolos? Os tempos mudaram; as questões mudaram; a Igreja mudou.

Eis a razão por que a Igreja deve estar consciente de seu universo e estar a par da tarefa de definir e redefinir seus limites. Será uma luta constante, pois as tendências liberais e conservadoras estarão em oposição. Os conservadores lutam com a diversidade, e podem querer por todas as maneiras empurrar o círculo interior para o limite exterior — até que haja apenas um círculo e não dois. Os liberais, por outro lado, inclinam-se a empurrar os limites exteriores até que estes desapareçam — ao ponto em que a Igreja deixa de ser Igreja. Seja qual for a natureza da comunidade, necessita de parâmetros. Raramente uma comunidade de crentes constitui exceção.

Para ser eficiente, necessitará a Igreja de procurar um ponto de equilíbrio entre os conservadores e os liberais. Com plena simpatia por todos, e inteira consciência das necessidades do mundo, deve a Igreja estabelecer os limites para seus dois círculos — suas crenças fundamentais e seus limites exteriores.

Como, pois, deve a Igreja definir os seus dois círculos? Por meio do estudo individual e em conjunto, mediante discussão e oração constantes, por meio da orientação do Espírito. Atos 15 indica-nos o caminho. Dos nossos próprios domínios, o conselho de Ellen White em toda a controvérsia de 1888 salienta a necessidade de ir juntos ao Senhor, cuidando uns dos outros, orando uns pelos outros, buscando fervorosamente uma compreensão mais clara da vontade do Senhor.

Em conclusão, seria apropriado citar um parágrafo de *Conselhos aos Professores*,

Pais e Estudantes, que resume o ponto de vista de Ellen White sobre como é estabelecida a unidade. Após escrever sobre a necessidade da diversidade entre os professores de Bíblia, aconselha ela: “Nossas escolas seriam grandemente beneficiadas se fossem feitas com frequência reuniões regulares nas quais todos os professores se unissem no estudo da Palavra de Deus. Eles deveriam pesquisar as Escrituras como o fizeram os nobres bereanos. Deveriam sujeitar todas as opiniões preconcebidas e, tomando a Bíblia como seu livro de texto, comparando passagem com passagem, aprender o que ensinar a seus alunos e como treiná-los para o serviço aceitável.”²⁴

Eis um modelo para a Igreja. Nossas discussões podem ser vigorosas, intensos nossos argumentos; se, porém, nossa experiência doutrinária for igualmente vigorosa e intensa, o Espírito atenderá a oração de Jesus, de S. João 17 — seremos um nEle.

Gráfico Para Acompanhar o Artigo de Thompson

Os Dois Círculos da Igreja o Centro e os Limites Exteriores

1. O eixo — o meio do centro contendo as crenças e práticas essenciais defendidas em comum por todos os membros da comunidade.
2. Os raios — a área espaçosa contendo os aspectos da doutrina e prática que ainda são discutíveis e onde as diferenças de opinião são ainda possíveis na comunidade.
3. O aro — a linha que indica os limites além dos quais a pessoa não pode ir e ainda ser membro da comunidade.

Questionário

1. Que espécie de “serenidade” deveria caracterizar a vida da Igreja — e que espécie não deveria?
2. Que espécies de “controvérsias”, “agitação” e “diferenças de opinião” deveriam ou não deveriam fazer parte da vida da Igreja?
3. Em *Testimonies for the Church*, vol. 5: págs. 706 e 707, Ellen White adverte que, quando a vida espiritual declina, as pessoas se tornam conservadoras. O que ela queria

dizer?

4. Que espécie de controle deveria exercer a Igreja sobre o que aqueles que estão ensinando em suas escolas estão apresentando em suas aulas?

5. O que é a “verdade presente” agora? Por que dizeis isto?

6. Quão importante é para a unidade da Igreja ter pontos de vista semelhantes sobre passagens escriturísticas? Há diferença de importância entre “ver cada texto das Escrituras à mesma luz” e concordar sobre as principais passagens ou doutrinas bíblicas? Como definiríeis essa diferença?

7. Quem tem autoridade na Igreja? Que espécie de autoridade têm eles? Em que áreas de vida da Igreja? Quem decide as doutrinas da Igreja?

8. Que função e autoridade desempenham os escritos de Ellen White na interpretação das Escrituras?

9. Como aplicaríeis “amar a Deus supremamente e ao teu próximo como a ti mesmo” à unidade da Igreja?

10. Deveria a Igreja ensinar doutrinas diferentes a pessoas de diferentes culturas a fim de conquistar tantas quantas for possível?

11. O que considerais como constituindo o principal centro do adventismo, e onde traçaríeis o limite exterior além do qual adventista algum deveria ir? Que argumento apresentaríeis para a posição que tomastes?

12. Está, tudo o que a Igreja crê, sujeito a discussão e aceitação ou rejeição pela

Igreja como um corpo?

13. Necessita a Igreja tanto dos conservadores como dos liberais?

Bibliografia

1. *Boletim da Associação Geral*, 3 de abril de 1901, pág. 25.
2. *Testimonies*, vol. 5, pág. 706 (1889).
3. *Idem*, págs. 706 e 707.
4. *Idem*, pág. 707.
5. LeRoy Froom, *Movement of Destiny* (Washington, D.C.: Review and Herald Pub. Assoc., 1971, rev. 1978), págs. 253 e 254.
6. Citado do Apêndice A em A. V. Olson, *Thirteen Crisis Years* (Washington, D.C.: Review and Herald Pub. Assoc., 1981), pág. 282.
7. *Ibidem*.
8. *Review and Herald*, 11 de março de 1890.
9. Olson, pág. 304.
10. Manuscrito 24 de White, 1892 (incluído em *The Ellen G. White Materials* (Washington, D.C., Ellen G. White Estate, 1987), vol. 3, págs. 1087-1095).
11. Olson, pág. 288.
12. Citado de *Testemunhos Para Ministros*, págs. 106 e 107.
13. *Ibidem*.
14. Olson, pág. 300.
15. *Idem*, pág. 301.
16. *Idem*, pág. 303.
17. *Idem*, pág. 304 (realce suprido).
18. *Ibidem*.
19. Pág. 432.
20. *Idem*, pág. 433.
21. Ver Richard Schwarz, *Lightbearers to the Remnant* (Mountain View, Califórnia: Pacific Press Pub. Assoc., 1979), pág. 96.
22. Manuscrito 13, 1889, citado em *Counsels to Writers and Editors*.
23. *Idem*, págs. 30 e 31.
24. *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*, pág. 433.

O Pastor Hottel Vai à Associação Geral

Entre as relíquias históricas guardadas nos arquivos da Associação Geral, encontra-se o diário do Pastor R. Dewitt Hottel, um pastor adventista que servia em Virgínia durante os últimos anos da década de 1880. Hottel assistiu às reuniões da Associação Geral e manteve um diário em forma de esboço de sua experiência.

Embora o diário de Hottel seja o seu principal ingrediente, este artigo inclui também vislumbres e informações respigadas de várias outras fontes. A combinação destas fontes oferece um relato diário de como a Conferência Geral de Mineápolis pôde ser sentida por um delegado típico.

As fontes usadas para completar o relatório de Hottel incluem as anotações que W. C. White fez sobre os sermões apresentados na sessão, relatos encontrados na *Review and Herald*, memórias escritas por Ellen G. White e recortes de jornais do *Minneapolis Journal*. Em outras palavras, embora Hottel não tenha realmente escrito tudo o que está aqui, bem poderia tê-lo feito, pois ele, ou outros como ele, devem ter tomado parte em todas aquelas experiências. As notas no rodapé identificam o material vindo de outras fontes que não o diário de Hottel.

Terça-feira, 9 de outubro, Quicksburg, Virgínia

Mollie e eu jantamos bem. Saí por volta das 5 horas para a estação. Enderecei minha mala para Battle Creek, Michigan. Mollie chorava quando parti. Eu não gostava de deixá-la sozinha, mas achava que devia ir. Confiava em que o Senhor nos guardaria a ambos.

Quinta-feira, 11, Battle Creek, Michigan

Cheguei aqui depois das três, e me dirigi ao escritório da *Review and Herald*. Procurei o irmão Henry e fiz arranjos para meia diária.

Sexta-feira, 12 de outubro, Chicago, Illinois

Parti para Chicago a 1:20 da manhã, sem dormir, chegando às 8:30. Uma vez que o trem em que eu estava não partia de novo antes da tarde, saí para ver algumas coisas. Andei pela Rua do Estado, Avenida Wabash, Avenida Michigan. Fui ver “Jerusalém no Dia da Ressurreição”. Valeu a pena. Saí às 5:30 da tarde e rodamos toda a noite. Chovia um pouco. Eu estava um pouco gripado, não me sentia bem.

Sábado, 13 de outubro, Mineápolis, Minnesota

Chegamos a Mineápolis às 8:30 desta manhã. Tomei o bonde para a nova igreja na quarta Avenida e na Rua Trinta. Vejo o jornal de hoje chamar-nos de um “povo estranho”.¹ A igreja é um edifício amplo situado na esquina, com terrenos vagos ao redor. Contudo, a cidade cresce nessa direção. A sala de reuniões fica no andar superior, enquanto no andar inferior eles providenciaram salas para a Escola Sabatina e para a Sociedade de Tratados e a Sociedade Missionária. A Sociedade de Tratados construiu um depósito próximo da igreja.

A Reunião da Associação Geral esteve

funcionando desde quarta-feira. Hoje o irmão Smith falou em favor da Escola Sabatina no *Signs of the Times*. À tarde a irmã White falou livremente e com poder. Ela tomou como texto básico “Vede quão grande amor nos tem concedido o Pai!” Como não houve nenhuma discussão sobre as dez pontas, sua mensagem foi muito bem recebida. Os corações foram alimentados e 62 testemunhos fervorosos foram dados em rápida sucessão. Em nosso culto de pôr-do-sol, oramos pelo irmão Butler, que está muito doente para assistir. À noite o irmão Jones falou sobre a imagem da besta.²

Encontrei um bom número de irmãos que eu conhecia. Estou cansado e com sono.

Domingo, 14 de outubro

Meus calções foram levados para meu quarto na casa de tábuas e colocados em cima de algumas roupas limpas. Boas reuniões o dia inteiro. Às 10:30 da manhã o Pastor Jones falou sobre as três pontas que foram arrancadas.

Choveu um pouco. Dei uma volta pela vizinhança.

Segunda-feira, 15 de outubro

Levantei-me às 5:30 da manhã, e desci para o desjejum às 6. A Sra. White falou nesta manhã, confirmando muitos pontos que estava querendo saber. Mas os ânimos começaram a acalorar-se quando o irmão Smith falou às 10 horas sobre os chifres. Ele disse que achava que o assunto era inteiramente desnecessário e tendia para o mal. Disse que o ponto de vista antigo se havia “comprovado por 40 anos” e que o novo ponto de vista precisava comprovar-se por espaço de tempo tão longo. Isto não era reforma, disse ele, mas a “destruição” das verdades antigas. De minha parte, disse ele, “não ficarei sentado indiferentemente para ver as pedras fundamentais de nossa mensagem serem removidas por mãos impiedosas.”

Ele disse que estava agindo com desvantagem porque não sabia que a questão seria levantada. Depois acrescentou, sarcasticamente, que alguns pareciam ter sabido e “se influenciado em bibliotecas” de fontes materiais.

A questão parece ser que a enumeração dos dez chifres que geralmente fazemos deve ser mudada, e os Alemanni devem substituir os Hunos.

Smith deve ter ficado ainda mais perturbado quando o jovem irmão Waggoner falou à tarde sobre a lei em Gálatas. Ele ainda fez alguns comentários sobre a divindade de Cristo.³

A irmã White estava nas reuniões. Tudo será discutido. Tomei chuva hoje ao ir para o meu quarto jantar, e novamente no caminho de volta para as reuniões.

Terça-feira, 16 de outubro

O dia foi cheio de atividades. No horário normal, meditação. Às 9 da manhã a Igreja e o Estado por A. T. Jones. As 10:30, E. J. Waggoner sobre a lei e o evangelho. Às 14:30, A. T. Jones voltou a falar sobre os dez chifres, e respondeu a Smith em termos não duvidosos. Ele disse por que veio com “bibliotecas”, e comentou várias cartas que haviam sido trocadas entre ele, e Smith e Waggoner.⁴

Tivemos também uma reunião especial e votamos a circulação de um número especial do *American Sentinel* justamente antes da escolha do dia do mês seguinte, quando Harrison e Cleveland se entenderiam.⁵

Quarta-feira, 17 de outubro

Reunião especial às 7:15 da manhã relacionada com a *Sentinel*. Depois, a Sra. White falou durante algum tempo e de maneira clara para nós. A sessão da Associação Geral se iniciou às 9:00 h nesta manhã. O Pastor Haskell foi escolhido temporariamente como presidente. Com oitenta e quatro delegados e muitos visitantes, foi-nos dito que provavelmente esta seja a maior Conferência Geral já realizada. Eles armaram quinze barracas perto de nossa casa de madeira, fazendo com que esta sessão se pareça mais com uma reunião campal. Sou o único delegado de Virginia. Admitimos a Associação de Arkansas à Associação Geral; também a Associação Australiana. Depois a sessão foi prorrogada a pedido da presidência.⁶

Uriah Smith falou de novo sobre os dez chifres. Ele começou a falar às 10:20 da manhã e não parou antes de quase 1 h da tarde. Foi resolvido que se investigasse o assunto durante o ano vindouro. O irmão Waggoner falou outra vez sobre a lei às 14:30 e às 16 horas.

Quinta-feira, 18 de outubro

Está chovendo hoje. A Sra. White falou de novo no culto matinal. Às 9:00 horas da manhã E. J. Waggoner falou sobre Gálatas, lei, etc. Tivemos em nossa reunião um bom relatório sobre o trabalho nos campos sulinos — Geórgia, Flórida, Carolina do Norte e Tennessee.⁷

Sexta-feira, 19 de outubro

Quando já estávamos quase dormindo na última noite, fomos surpreendidos ao ouvir gargalhadas e voz alta no quarto ao lado. Os tagarelas estavam fazendo pouco caso dos irmãos Jones e Waggoner, imitando sua maneira de pregar de forma ridícula. Willie White veio tomar parte no ridículo também. Eles pareciam crer que a Sra. White e seu filho conspiravam juntamente com os irmãos Jones e Waggoner para tomar posição em favor dos pontos de vista que os dois jovens estavam apresentando.⁸

Hoje fez frio. Nevou. Fui ao curso de colportagem às 5:30 da manhã, então a Sra. White nos falou a respeito de ter fé. Surgiram mais problemas à tarde. O irmão Waggoner falou sobre a lei pela manhã; mais tarde, porém, naquele mesmo dia, o irmão Smith falou contra ele, dizendo que Romanos não tem nenhuma relação com Gálatas. Disse que há perigo na posição de Waggoner.

O irmão Kilgore disse que se opunha a discutir o assunto. Que jamais foi dada uma oportunidade como a que foi dada ao Dr. Waggoner. Que mesmo que fosse Waggoner quem estivesse doente, em lugar do Pastor Butler, ele ainda se oporia.¹⁰

Sábado, 20 de outubro

Estive doente o dia inteiro, mas assisti à maioria das reuniões. A Sra. White falou às 9 horas da manhã e novamente às 14:30 da tarde.

Domingo, 21 de outubro

Estive doente toda a noite e durante a manhã. Não me levantei até quase 9 horas. Desci para a igreja, mas mal podia fazê-lo. Voltei para a cama e permaneci deitado durante todo o dia. Apanhei um forte resfriado e me dói a garganta.

Segunda-feira, 22 de outubro

Doente toda a noite. Não dormi muito bem. Eu ia para a cidade fazer um tratamento hidroterápico, mas o irmão Burdick veio e me fez um tratamento de uma hora hoje de manhã. O irmão Purdham ajudou. Fiquei um pouco fraco. Fui para a cama e me senti bem melhor, mas piorei ao entardecer. Minha cabeça dói muito. Pus um tijolo quente nos pés, o que ajudou. Recebi uma carta de Mollie hoje. Fiquei contente em ter notícias dela, mas espero que ela não saiba que estou doente.

Terça-feira, 23 de outubro

Consegui dormir um pouco na noite passada. Estou muito melhor hoje de manhã, mas ainda me dói a garganta. Tenho alguns limões, que ajudam. Levantei-me às 8:00 horas. Agradeço ao Senhor por Sua bondade para comigo. Fui cedo para o quarto, tomei uma limonada quente e fui deitar cedo.

Quarta-feira, 24 de outubro

Minha garganta ainda dói um pouco. Sinto-me fraco ainda, mas assisti a todas as reuniões. O irmão Morrison suscitou o assunto da lei em Gálatas. Muito eloqüente. Disse que estava contente por defender a verdade, mas triste pela necessidade de investigar o assunto.¹¹

À tarde, o irmão Purdham e eu, juntamente com um bom número de outras pessoas, fomos à cidade visitar as Cascatas de St. Anthony no rio Mississippi. Voltamos para a reunião da noite; o irmão Eldridge falou sobre a obra da colportagem.

Quinta-feira, 25 de outubro

Desci para o culto hoje de manhã às 5:30. A Sra. White estava ali e falou. Às 10:00 h o irmão Morrison falou sobre a lei em Gálatas.

Andei na direção leste, por algum tempo, ao anoitecer. Voltei e estudei um pouco minha lição. À noite, o irmão Prescott falou sobre educação. Foi ótimo! O Dr. Kellogg veio hoje.

Sexta-feira, 26 de outubro

A mesma coisa que ontem. Culto às 5:30 da manhã. A Sra. White estava conosco. Morrison falou sobre Gálatas às 9:00 h da

manhã. Andei um pouco na direção oeste, à tarde. Recebemos o sábado com oração na igreja. Um bom número de novas pessoas veio para iniciar o sábado.

Sábado, 27 de outubro

Culto às 5:30 da manhã. A Sra. White não estava presente. O irmão Morrison falou sobre a lei em Gálatas. A Sociedade de Tratados se reuniu às 2:30 da tarde, outras sociedades — creio que educação e publicação — reuniram-se depois. Trouxe alguns amendoins e os comi hoje à tarde. Tivemos duas reuniões de colportagem hoje; foram tratados alguns pontos de interesse. Falei com o Dr. Kellogg hoje à noite sobre meu resfriado. Ele me passou uma receita.

Domingo, 28 de outubro

Às 5:30 da manhã, culto. A Sra. White leu parte de um testemunho dado em 1878. A lei em Gálatas às 9:00 horas pelo irmão Morrison.

O irmão P., seu irmão, e eu fomos às Cataratas do St. Anthony, de trem. Charles P. comprou uma cesta de uvas e comemos a valer. Estragamos o apetite para o almoço. Chegamos às cataratas às 12:45 e ficamos ali uma hora. As cataratas são lindas. Passamos atrás da água.

Ao voltarmos, fomos a uma reunião da Escola Sabatina. Depois disso, o Dr. Kellogg falou um pouco. Comprei alguns biscoitos e maçãs. Não houve reunião da associação hoje.

Segunda-feira, 29 de outubro

Faz calor. Culto às 5:30 da manhã. A Sra. White está conosco e lê uma carta. Ela disse que não tinha esperança de assistir a outra Conferência Geral. O irmão Morrison falou às 9:00 h sobre a lei.

10:30 da manhã, Conferência. Distribuição de atividade. Fiz relatório parcial hoje. O irmão Humman doou para a Geórgia, e o irmão Purdham para Louisiana. Colportagem hoje de manhã, às 8:00 h.

Terça-feira, 30 de outubro

Está quente. Culto às 5:30 da manhã. A Sra. White estava presente e falou um pouco. Curso de colportagem às 8:00 h, conferência às 9:00 h. Após o jantar, o irmão Purdham e eu fomos ver o grande Moinho de fari-

nha de trigo da Companhia Pillsbury.¹² Nós o percorremos com os irmãos Lane e Wilcox. É o maior moinho do mundo.

Quinta-feira, 1 de novembro

Quente. 5:30 da manhã, culto. A Sra. White presente, lê e fala um pouco. Outros também falam. Um homem disse que era um maníaco na religião. Disse que Cristo já havia vindo.

Ao entardecer o irmão Stevenson e eu fomos à cidade e tomamos um banho. Passeamos e voltamos. Estávamos numa situação tipo borracha. Eu ia para a igreja e, como me senti mal, subi para o meu quarto e fui deitar-me. O irmão P. subiu comigo, mas quando ouviu dizer que o irmão Bourdeau ia falar, voltou.

Sexta-feira, 2 de novembro

Em nosso culto das 5:30, o mesmo homem que disse que Cristo já havia vindo começou a falar e a Sra. White o repreendeu e apresentou algumas de suas primeiras experiências e advertências.

O irmão Matteson falou hoje à noite e apresentou algumas de suas experiências. Foram muito tocantes.

Sábado, 3 de novembro

Não houve culto hoje de manhã. S. S. às 9 horas. Fui à classe do jardim da infância, que estava interessante. O irmão Waggoner falou às 10:30 da manhã. Às 14:30 a Sra. White falou e foi feito um apelo em favor dos apostatados. A reunião continuou até terminar o sábado.

Domingo, 4 de novembro

Culto às 5:30 da manhã. A Sra. White não esteve presente. Nosso maníaco estava presente de novo, bem como uma senhora que procurava falar, mas foram impedidos. Conferência às 9 horas e em seguida foi a Sociedade de Tratados que foi adiada para cerca das 10:30. Encerrou-se com uma oração pelo irmão Haskell. Isto encerrou nossa reunião.

Teríamos o almoço às 12 horas, mas um pouco antes entramos e houve algumas perguntas feitas ao irmão Waggoner. Um bom número desceu e tomou o trem das 14:20 para Chicago. Quase lotamos um vagão.

Quarta-feira, 7 de novembro

Cheguei às 3:40 da tarde. Mollie ainda não me esperava. Estava feliz por ter voltado sem problemas e encontrá-la bem e tudo estar certo. Sinto-me agradecido ao Senhor por Sua bondade. Jantei. Fui deitar às 8 horas, pois estava cansado e com sono.

Bibliografia

1. "Here's A Strange People," *Mineápolis Journal*, 13 de outubro de 1888, pág. 8 (Cópias completas dos artigos do *Journal* podem ser obtidas por meio do White Estate.)

2. Uriah Smith, "The General Conference Institute", *Review and Herald*, vol. 65 (16 de outubro

de 1888), pág. 648.

3. A maioria dos pormenores do registro desse dia foram tirados do *W. C. White Handwritten Notes From Various Meetings Held in 1888*, E. G. White Estate.

4. *Ibidem*.

5. Hottel não menciona o nome dos candidatos.

6. Uriah Smith, "S. D. Adventist General Conference", *Review and Herald*, vol. 65 (22 de outubro de 1888), pág. 664.

7. *Ibidem*.

8. Ellen White, Carta 14, 1889, pág. 4; Carta 85, 1889, pág. 3.

9. *W. C. White Handwritten Notes*

10. *Ibidem*.

11. *Ibidem*.

12. Hottel não menciona o nome do moinho mas a County Historical Society de Mineápolis identifica o Pillsbury como o moinho que mais se enquadra na descrição.

DR. ERIC CLAUDE WEBSTER — Dirige a Escola por Correspondência de A Voz da Profecia na Cidade do Cabo, África do Sul

Perdição ou Salvação?

Como a justificação pela fé se relaciona com as mensagens dos três anjos de Apocalipse 14 — A última advertência de Deus ao mundo, a missão especial da Igreja Adventista.

As mensagens dos três anjos de Apocalipse 14:6-12 tornaram-se parte vital do movimento do advento. Suas mensagens têm sido fundamentais para suas lutas e triunfos. À luz da conferência histórica de Mineápolis de 1888, como devemos entender agora o relato dessa tríplice mensagem?

A palpitante discussão daquela conferên-

cia de Mineápolis foi a questão da lei em Gálatas e sua relação para com a justificação pela fé em Cristo, apenas. Isto se torna evidente quando se atenta para a voz estridente do jovem Waggoner em seu manifesto: "O Evangelho no Livro de Gálatas".¹

Por ocasião do evento de Mineápolis, alguns irmãos ficaram temerosos de que El-

en White, E. J. Waggoner e A. T. Jones es-
vessem dando muito realce à justificação
pela fé. Eles achavam que isto poderia de-
acreditar a proclamação da mensagem do
terceiro anjo. Ellen White relata sua respos-
ta à reação dessas pessoas, como segue:
"Várias pessoas me têm escrito, perguntan-
do se a mensagem de justificação pela fé é
a mensagem do terceiro anjo, e tenho res-
pondido: 'É, em verdade, a mensagem do
terceiro anjo'." ²

Como, então, a justificação se relaciona
com as mensagens dos três anjos?

O evangelho eterno

A mensagem do primeiro anjo está clara-
mente edificada sobre o fundamento do
evangelho que permanece ou o evangelho
eterno (Apoc. 14:6). Estas boas novas são
as mesmas em todas as ocasiões. O evan-
gelho oferecido ao mundo na mensagem do
primeiro anjo é o mesmo que Paulo pregou
aos gálatas no primeiro século. "Mas, ain-
da que nós mesmos ou um anjo do Céu vos
anuncie outro evangelho além do que já vos
tenho anunciado, seja anátema" (Gál. 1:8).

Waggoner percebeu a similaridade entre
o evangelho de Paulo e as mensagens dos
três anjos: "Ora a questão que surge é: Era
esta pregação de Paulo algo semelhante à
mensagem do terceiro anjo, ou à terceira
mensagem que nos é comissionada? Dife-
re sua pregação daquela que estamos pre-
gando? Se difere, estamos nós pregando o
que devíamos? Em outras palavras, deveria
esta pregação abranjer alguma coisa mais
do que aquilo que o apóstolo Paulo pregou?
Se abrange, seja o que for, seria melhor
vibrar-nos dela o quanto antes." ³

Muitos estudiosos crêm que o centro do
evangelho de Paulo está em Romanos
8:24-28. Resumidamente, estes versos con-
tam esta história: A humanidade pecou e ca-
deu da glória de Deus. Jesus veio e, atra-
vés de Sua morte, atraiu sobre Si toda a pe-
nalidade do pecado. Agora Deus é justo
quando declara que o arrependido e crente
pecador é justo, não com base no registro
do próprio pecador, mas baseado no regis-
tro perfeito de Outrem.

A justificação pela fé estabelece que em
qualquer estágio toda a vida do crente é pro-
piciada pela perfeita vida de Outrem e que Deus
olha para o pecador como se este nunca hou-
vesse pecado. Ela revela a graça de Deus no
que esta tem de mais elevado e melhor!

A verdade gloriosa da salvação mediante
a substituição percorre tanto o Antigo como
o Novo Testamento como um fio escarlate.
Ela é realçada no contraste entre a oferta de
Caim, do produto do próprio trabalho, e a
oferta do cordeiro trazido por Abel. É des-
crita no cordeiro que tomou o lugar de Isa-
que no altar do sacrifício. Esta verdade foi
salpicada nos umbrais das portas de Israel,
quando, à meia-noite, os lares que ostenta-
vam o sangue encontraram salvação. De
maneira vívida, a salvação substitutiva foi
traçada nas areias do deserto, quando os
pecadores mordidos pelas serpentes volta-
ram os olhos com fé singela para a serpen-
te de bronze, colocada sobre um madeiro.
Como clímax do Antigo Testamento, Isaías
53 permanece como um pico alpino cober-
to de neve, refletindo seus raios evangélicos
todo o tempo.

O ladrão na cruz apresenta um clássico
exemplo de salvação pela substituição. A
despeito de todo o bem que possa ter exis-
tido na experiência do homem antes da cruz,
e levando-se em consideração seus poucos
minutos de crença sobre a cruz, devemos
entender que espiritualmente ele permane-
ceu desvalido e indigno do Céu. Ser-lhe-á
permitido entrar no Céu, não com base em
seu próprio registro, mas porque confiou im-
plicitamente no perfeito registro de Outrem.

Esse mesmo fio escarlate da salvação por
substituição atravessa o evangelho eterno
de Apocalipse 14:6.⁴ Ele está entretecido
com o juízo e o apelo para adorar e honrar
o Criador.

O princípio babilônico

O segundo anjo de Apocalipse 14 adver-
te contra o princípio babilônico. O que é es-
se princípio? Para descobri-lo, precisamos
voltar à antiga Babel, onde ouvimos o senti-
mento expresso: "Façamo-nos um nome"
(Gên. 11:4). Mais tarde, ouvimos Nabucodo-
nosor dizer: "Não é esta a grande Babilô-
nia que eu edifiquei para a casa real, com
a força do meu poder, e para glória da mi-
nha magnificência?" (Dan. 4:30).

O sentido do princípio babilônico
concentra-se em sua glorificação pessoal e
confiança no mérito humano. O pecado do
orgulho se originou no coração de Lúcifer
(ver Isa. 14:12-14) e se tornou o traço domi-
nante da religião apóstata. "O princípio de
que o homem se pode salvar por suas pró-
prias obras, e que jaz à base de toda reli-

gião pagã, tornara-se também o princípio da religião judaica.”⁵

A justificação pela fé é a resposta de Deus ao princípio babilônico. É a própria antítese da salvação — merecimento, pelos méritos e obras humanos. “O que é justificação pela fé? — É a obra de Deus ao lançar a glória do homem no pó e fazer pelo homem aquilo que ele por si mesmo não pode fazer.”⁶

Sempre que formos tentados a olhar para nossas próprias obras em busca de salvação, a depender dos méritos de nosso programa de reforma de saúde, a orgulhar-nos de manter as normas, ou a confiar em parte em nós mesmos e em parte em Cristo em favor de vida eterna, devemos acautelar-nos contra o princípio babilônico. Nestas ocasiões, necessitamos da ferroada de Mineápolis: “Nenhuma obra que o pecador possa realizar será eficaz na salvação de sua alma. A obediência foi sempre devida ao Criador; pois Ele dotou o homem com atributos para o seu serviço. Deus sempre requer boas obras da parte do homem; mas as boas obras não podem ajudar a obter a salvação. É impossível ao homem salvar-se por si mesmo. Só a justiça de Cristo pode contribuir para a sua salvação, e essa justiça é dom de Deus.”⁷

A lei de Deus certamente tem um lugar nas mensagens dos três anjos, pois está ligada ao juízo e é retratada na descrição dos característicos daqueles que se mostram sensíveis à mensagem: “Aqui estão os que guardam os mandamentos de Deus” (Apoc. 14:12).

Por ocasião da sessão de Mineápolis, a discussão girou em torno da lei e seu papel na salvação. Alguns estavam dando tal realce aos Dez Mandamentos, que Ellen White escreveu: “Como um povo, temos pregado a lei ao ponto de estarmos ressequidos como os montes de Gilboa, que não possuem nem orvalho nem chuva.”⁸

Muitos temiam que a idéia de que a lei moral fazia parte do problema de Gálatas viesse a minar toda a mensagem adventista. Durante anos, após a conferência, eles resistiram a essa interpretação.⁹ Eles criam que os cristãos obtinham a justiça quando cooperavam com Deus, guardando a lei moral.¹⁰

Cem anos aquém de Mineápolis, deveríamos dar à trombeta um somido certo, com respeito à lei e à salvação. A lei moral deve ser defendida como a norma de justiça, não como os meios para atingir a justiça. Obediência perfeita à lei continua sendo a condição da vida eterna — mas pelo fato de não poder o homem pecador preencher essa condição,

Deus providenciou um Homem que pôde. Pela obediência deste Homem muitos são feitos justos; na justificação pela fé, o crente é declarado justo e habilitado a viver uma vida de obediência. Esta obediência se torna perfeita pelos méritos da justiça de Cristo.

Ellen White resumiu de maneira primorosa o processo: “Justiça é obediência à lei. A lei requer justiça, e esta deve o pecador à lei; mas ele é incapaz de prestar-lha. Pela fé, pode ele apresentar a Deus os méritos de Cristo, e o Senhor coloca a obediência de Seu Filho na conta do pecador. A justiça de Cristo é aceita no lugar da falha do homem, e Deus recebe, perdoa e justifica a alma arrependida e crente, trata-a como se fosse justa, e a ama como o faz a Seu Filho. Eis como a fé é considerada como justiça.”¹¹

Justificação pela fé

Se aceitarmos a famosa declaração de Ellen White de que a justificação pela fé é, na verdade, a mensagem do terceiro anjo, então necessitamos olhar um pouco mais de perto as ramificações de justificação pela fé à luz da terceira mensagem angélica. Consideremos os seguintes aspectos da justificação pela fé: a) sua importância; b) seus frutos; c) sua relação com a santificação; e d) sua relação com o juízo.

Importância. — Que dizer da mensagem do terceiro anjo como um todo? Não seria mais lógico limitar a justificação pela fé ao “evangelho eterno” do primeiro anjo e falar de santificação ou do desenvolvimento do caráter ou de perfeição relacionada com a terceira mensagem angélica? Poderíamos nós considerar a justificação como um passo inicial importante e necessário na vida do cristão, mas crer que no momento em que entramos em contato com a mensagem do terceiro anjo, o ponto decisivo da mensagem final de Deus à humanidade, teríamos eclipsado a justificação pela fé e passado para algo superior?

Não parece que a própria natureza da mensagem do terceiro anjo requer algo mais que a justificação? Essa mensagem trata do poder da besta, sua imagem e seu sinal. Salienta a importância da obediência a Deus; o sábado torna-se uma questão decisiva. Não se ajusta bem o sábado com a santificação, o mesmo sinal do Deus que santifica? Em vista do conteúdo dessas mensagens, como pode a justificação ser a ela igualada?

A declaração de Ellen White deve significar que aqueles que aceitam a mensagem do terceiro anjo necessitarão sempre da substituição da justa vida de Cristo para se tornarem aceitáveis a Deus. Não importa quão honrosa tenha sido nossa obediência, jamais atingiremos um ponto nesta vida no qual poderemos estar diante de Deus sem os méritos de um Salvador.

Frutos. — Tem-se dito apropriadamente que o homem é justificado pela fé somente, mas que a fé que justifica nunca está só. Como verdadeiramente a mensagem do terceiro anjo, essa justificação pela fé produz visivelmente os frutos da santificação, e a obediência torna-se evidente por meio da resposta do povo de Deus à besta, sua imagem e seu sinal (ver Apoc. 14:9-12).

Na verdade, a fé opera por amor, e a fé sem as obras correspondentes está morta (ver Gál. 5:6; Tiago 2:20). Onde não há fruto algum de amor e obediência na vida, deve-se questionar a realidade da justificação pela fé. Quando os pecadores compreendem e aceitam o maravilhoso dom da justiça de Deus, experimentam a regeneração e crescem em santificação. A lei de Deus será escrita no coração daqueles que entram na relação do novo concerto, e os frutos da harmonia com Deus são-lhes vistos na vida.

Notai quão belamente expressa Ellen White a relação entre fé e obras: "Em Sua divina providência, mediante Seu imerecido favor, ordenou o Senhor que as boas obras sejam recompensadas. Somos aceitos tão somente por meio dos méritos de Cristo; e os atos de misericórdia, as atitudes de caridade, que praticamos, são os frutos da fé; e eles se tornam uma bênção para nós; pois os homens devem ser recompensados conforme as suas obras. É a fragrância do mérito de Cristo que torna aceitáveis a Deus as nossas boas obras, e é a graça que nos habilita a produzir as obras pelas quais Ele nos recompensa. Em si, e por elas mesmas, nossas obras não possuem mérito algum." ¹²

De que maneira poderia esta relação entre justificação pela fé somente e suas correspondentes obras de obediência ser melhor resumidas do que por estas linhas? "Não obtemos a salvação por nossa obediência; pois a salvação é dom gratuito de Deus, que deve ser recebido pela fé. Nossa obediência, porém, é o fruto da fé." ¹³

Relação com a santificação. — "Sendo pois justificados pela fé, temos paz com Deus

por nosso Senhor Jesus Cristo" (Rom. 5:1). Este estado de bem-aventurança da justificação não dura apenas um curto espaço de tempo, na conversão. A pessoa justificada é aceita no Amado nos méritos de Cristo, e o processo da santificação segue paralelamente à justificação, em lugar de substituí-la.¹⁴ Cristo é nossa justificação e santificação; Ele providencia tanto nosso título para o Céu como nosso preparo para ele.

Devemos cuidar para que não vejamos nossa salvação por meio da justificação como um dom e por meio da santificação, como parcialmente merecida. Nossa salvação é inteiramente de graça. "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie" (Efés. 2:8 e 9).

A parábola bíblica dos trabalhadores da vinha (S. Mat. 20:1-16), ajuda-nos a entender que a recompensa se baseia não nas obras do homem, mas na bondade de Deus. "Ao fazer uso desta parábola Ele (Cristo) lhes ensina que a recompensa não é das obras, para que ninguém se glorie, mas inteiramente pela graça." ¹⁵

A verdade do sábado é parte integrante da mensagem do terceiro anjo. Como sinal de lealdade ao Criador do Céu e da Terra, deve ela ser restaurada ao seu legítimo lugar na derradeira mensagem do Céu dirigida ao homem.

O sábado pode ser um belo símbolo tanto da justificação pela fé como da santificação por meio de Cristo. Como sinal de justificação, o sábado lembra-nos de que ao entrarmos no repouso do Senhor, cessamos de confiar em nossas próprias obras para a salvação (ver Heb. 4:1-10); que estamos repousando com Cristo em Sua obra terminada.¹⁶

Além disso, o sábado é um sinal de santificação e indica que nossa justiça vem do Senhor (ver Ezeq. 20:12 e 20). Cada semana o verdadeiro observador do sábado é lembrado de que Cristo é sua justiça. "Fora de Cristo não possuímos nenhum mérito, nenhuma justiça." ¹⁷

Relação com o juízo. — Mesmo quando seus nomes forem examinados no juízo, o povo de Deus necessitará da justificação pela fé. Após descrever a experiência do sumo sacerdote Josué, Ellen White comenta a obra de Cristo em favor de Seu povo no santuário celestial: "Por meio de Sua justiça *imputada*, são eles aceitos por Deus, como aqueles que estão manifestando ao mundo que reconhecem lealdade a Deus, guar-

dando todos os Seus mandamentos.”¹⁸

Aqui está o povo de Deus guardando os Seus mandamentos em um mundo rebelde, defendendo Seu concerto e, todavia, encontrando sua segurança eterna e a salvação na imputada justiça de Cristo. Que bela ilustração da verdade de que a justificação pela fé é, em verdade, a mensagem do terceiro anjo!

Aplicando ao juízo a ilustração de Josué e do sumo sacerdote, escreve Ellen White: “Em suas vestes maculadas pelo pecado, confessando sua culpa, está ele (o homem) diante de Deus. Jesus, nosso Advogado, porém, apresenta um argumento eficaz em defesa de todos aqueles que, por meio do arrependimento e fé, a Ele confiaram a guarda de sua alma. Ele lhes pleiteia a causa e derrota seu acusador mediante o poderoso argumento do Calvário... Não podemos responder às acusações de Satanás contra nós. Somente Cristo pode fazer uma defesa eficaz em nosso benefício. Ele é capaz de fazer silenciar o acusador com argumentos não em nossos méritos, mas nos Seus próprios.”¹⁹

No juízo, silencia Cristo o acusador ao apontar a bela exibição da vida do povo que guarda os mandamentos de Deus? Não, usa Ele um argumento mais poderoso — o argumento do Calvário, o argumento de uma justiça de fora do homem, os méritos de Sua própria vida imaculada.

Quando nos reunirmos ao redor do grande trono branco, veremos que nossa paciência e obediência à lei de Deus foram inteiramente os frutos do Calvário. Ouçamos alguém que em visão esteve no Céu: “Pareceu-me ter sido levada perante o grande trono branco e ver minha vida como esta irá aparecer ali. Não pude achar nada de que me orgulhar, nenhum mérito que eu pudesse alegar. ‘Indigna, indigna do menor dos Teus favores, ó Deus meu’, é meu clamor. Minha única esperança está em um Salvador crucificado e ressurreto. Apresento os méritos do sangue de Cristo. Jesus salvará totalmente todo aquele que nEle põe sua confiança.”²⁰

A centralização em Cristo

Um dos temas dominantes das preleções feitas a ministros adventistas e igrejas, depois da conferência de Mineápolis, foi Cristo justiça nossa. Aliás, o livro de Waggoner, publicado nessa ocasião (1890) trazia essa frase como título.

Ellen White se uniu neste realce sobre a centralização em Cristo na mensagem do advento. Num artigo escrito na *Review and Herald* de 18 de agosto de 1889, ela falou de membros que viam a “nova beleza na mensagem do terceiro anjo” (pág. 513). Ela liga também a mensagem da justificação pela fé com o novo realce sobre Cristo. Após dizer que “a doutrina da justificação pela fé se perdeu de vista para muitos que professavam crer na mensagem do terceiro anjo” ela fala da tarefa dos ministros: “Sua obra não é apenas proclamar a lei, mas pregar a verdade para este tempo — o Senhor justiça nossa” (pág. 514).

O terceiro anjo desafia um povo que “tem a fé em Jesus Cristo” (Apoc. 14:12). Não deveriam, por isso, ser os adventistas os primeiros a erguer a Cristo perante o mundo em 1988? Se a justificação pela fé é “em verdade a mensagem do terceiro anjo” não dependerá uma correta proclamação desta mensagem de um realce cristocêntrico?

A doutrina da justificação pela fé declara que o homem é justo com base em sua fé na vida perfeita e na morte sacrificial do Senhor Jesus Cristo. Esta é a mais maravilhosa permuta em todo o mundo. Cristo leva sobre Si mesmo os nossos pecados e nos dá a Sua justiça (ver II Cor. 5:21). Todo o realce da justificação pela fé é, assim, cristocêntrico, ao invés de antropocêntrico. Cristo é realçado, em lugar do homem. São defendidos Sua vida perfeita, Sua inigualável beleza, Sua morte expiatória e Seus méritos; a perfeição humana submerge em Sua graça. “Mas longe esteja de mim gloriar-me, a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo” (Gál. 6:14).

Se a mensagem do terceiro anjo, concernente à lei de Deus e ao verdadeiro sábado, tiver que triunfar, ela deve ser banhada na graça de Deus, derramada através de Cristo. Cristo deve ser o próprio centro da mensagem. Ele deve ser visto e sentido no sábado. Quando Cristo e Sua justiça se tornam o grande centro de atração, aqueles que aceitam a mensagem se tornam leais à lei moral de Deus e ao Seu sinal especial, o sábado verdadeiro.

“Se tivermos o espírito e o poder da mensagem do terceiro anjo, apresentaremos ao mesmo tempo a lei e o evangelho, pois eles andam de mãos dadas.”²¹

Cuidemos para não pregar sermões sem Cristo, e imitar assim o sacrifício de Caim. “Elevemos a Jesus diante das pessoas. Tor-

nai atrativas as umbreiras da porta com o sangue do Cordeiro do Calvário, e sereis salvos.”²²

E. J. Waggoner dizia que o evangelho eterno era a soma e o total da mensagem do terceiro anjo. “O primeiro anjo proclama o evangelho eterno; o segundo, proclama a queda de todos aqueles que não obedecem a esse evangelho; e o terceiro proclama a punição que se segue a essa queda... Assim, o terceiro é positivamente o primeiro — o evangelho eterno.”²³

Ellen White realçou o papel que a proclamação da justiça de Cristo desempenhará na terminação da obra: “A luz deve brilhar do povo de Deus em raios claros e distintos, levando a Jesus diante das igrejas e perante o mundo... Um interesse deve prevalecer, um assunto suplantará todos os outros — Cristo justiça nossa”.²⁴

“A lei de Deus deve ser engrandecida... Todavia, a obra será abreviada com a justiça. A mensagem da justiça de Cristo deve soar de uma a outra extremidade da Terra, a fim de preparar o caminho do Senhor. Essa é a glória de Deus, que encerra a obra do terceiro anjo.”²⁵

A convocação de Mineápolis fez soar a mensagem da justificação pela fé somente em Cristo. Ellen White utilizou o refrão, combinando a melodia da justificação pela fé com a da mensagem do terceiro anjo. Ela estava convencida de que sua harmonia produziria excelente teologia.

Cantemos o hino de esperança e glória! Ele é um cântico cujo tema dominante é Cristo. “Quando verificarmos que nossa esperança da glória é Cristo, que somos completos nEle, regozijar-nos-emos com indizível alegria e plenos de glória.”²⁶

Deixemos que a mensagem de Mineápolis ressoe! Permitamos que ecoem as doces melodias da justificação pela fé e da justiça de Cristo. Consintamos que os méritos de Cristo e a cruz do Calvário sejam erguidos. Seja Cristo apresentado como a única esperança do pecador, como Aquele que “foi feito por Deus sabedoria, e justiça, e santificação e redenção” (I Cor. 1:30). E teremos então um povo preparado para a vinda do Senhor.

Questionário

1. Difere essencialmente do evangelho de Paulo do evangelho eterno de Apocalipse 14:6?

2. De que maneira representa a oferta de

Caim o princípio babilônico?

3. É a justiça obtida pela obediência à lei, ou é assegurada como um dom?

4. Dispensa a santificação a justificação pela fé, ou anda junto com esta?

5. Pode o sábado ser um símbolo da justificação pela fé, bem como da santificação?

6. Qual o papel do caráter do homem e do caráter de Cristo no julgamento dos santos?

7. De que maneira a justificação pela fé será necessária no juízo?

8. Há diferença entre a vida sem pecado e a vida vitoriosa do cristão?

9. Como reagis vós à declaração de Waggoner de que o evangelho eterno era a soma e o total das mensagens dos três anjos?

Bibliografia

1. E. J. Waggoner, *The Gospel in the Book of Galatians* (Oakland, Calif.: Pacific Press Pub. Assn., 1888). O livrete é escrito na forma de uma carta dirigida ao presidente da Associação Geral, G. I. Butler, que publicara um opúsculo intitulado *The Law in the Book of Galatians: Is It the Moral Law, or Does It Refer to the System of Laws Peculiarly Jewish?* (Battle Creek, Michigan, 1886). A carta de Waggoner está datada de 10 de fevereiro de 1887, mas foi enviada “cerca de dois dias” depois. Isto estaria próximo de Mineápolis e sem dúvida refletiu seu pensamento naquela ocasião. Ver também Ellen White, *Testemunhos Para Ministros*, págs. 91 e 92, em favor da ênfase na mensagem de Mineápolis como “a justificação pela fé, na verdade”.

2. *Review and Herald*, 1º de abril de 1890, pág. 193.

3. “A Carta aos Romanos — nº 16”, *Review and Herald Extra: Daily Bulletin of the General Conference*, 25 de março de 1891, pág. 239.

4. Para exemplo destas verdades, ver John E. Ford, “Introductory Presentation at Philadelphia”, *The Ministry*, maio 1935, págs. 6-8; e Carlyle B. Haynes, “A Justiça em Cristo”, *Ministry*, maio 1986, págs. 4-7 e 10.

5. White, *O Desejado de todas as Nações*, pág. 32, 14ª edição.

6. White, *Testemunhos Para Ministros*, pág. 456.

7. White, *Review and Herald*, 20 de dezembro de 1892, pág. 786. Para maior aplicação deste conceito, ver Manuscrito 36, de White, 1890.

8. *Review and Herald*, 11 de março de 1890, pág. 146. Ver também seu Manuscrito 10, 1890.

9. Para evidência material do papel de Uriah Smith nessa resistência, ver Eugene F. Durand, *Yours in the Blessed Hope, Uriah Smith* (Washington, D. C.: Review and Herald Pub. Assn., 1980), págs. 247-270.

10. Como evidência, ver Uriah Smith, “Our Righteousness”, *Review and Herald*, 11 de junho de 1889. Escreve ele: “A perfeita obediência a ela (a lei), traz justiça perfeita, e esta é a única maneira de alguém poder alcançar a justiça” (pág. 376).

11. *Review and Herald*, 4 de novembro de 1890, pág. 673. Ver também o sermão que A. T. Jones pregou em Ottawa, Kansas, 11 de maio de 1889. Entre outras coisas, ele disse: “Agora Isaías 61:10, que é o cântico que devemos entoar, pois a justiça é um dom de Deus tão certamente como a vida, e se procurarmos obtê-la de qualquer outra maneira falharemos... É a obediência

de Cristo, e não a nossa, que nos traz justiça." Ellen White diz que é "porque Cristo satisfaz as exigências da lei" que podemos encontrar a aprovação de Deus. (*Review and Herald*, 10 de março de 1891, pág. 145).

12. *Review and Herald*, 29 de janeiro de 1895, pág. 65.

13. *Caminho Para Cristo*, pág. 61.

14. Para ampliar este pensamento, ver o trabalho de Norman H. Young, "Justificação pela Fé e Santificação: Um Ponto de Vista Pessoal".

15. White, *Review and Herald*, 10 de julho de 1894, pág. 433.

16. Ellen White fala de Cristo apresentando com reverência "no trono da graça Sua redenção consumada em favor de Seu povo" (*Review and Herald*, 17 de outubro de 1893, pág. 645). Para outro exemplo do uso que ela faz da expressão "a obra consumada" de Cristo, ver *Review and Herald*, 17 de maio de 1892, pág. 305.

17. White, *Review and Herald*, 20 de dezembro de 1892, pág. 785.

18. *Idem*, 22 de agosto de 1893, pág. 531 (itálicos supridos).

19. *Testimonies*, vol. 5, págs. 471 e 472.

20. White, *Review and Herald*, 1º de novembro de 1881, pág. 273.

21. White, *Review and Herald*, 3 de setembro de 1889, pág. 546.

22. *Ibidem*.

23. "Carta aos Romanos — nº 16", pág. 240.

24. *Review and Herald Extra*, 23 de dezembro de 1890, pág. 2.

25. White, *Testimonies*, vol. 6, pág. 19.

26. White, *Review and Herald*, 4 de abril de 1893, pág. 210.

A Dinâmica da Salvação

Assunto preparado por um grupo composto de 145 membros, em resposta à intenção do Presidente da Associação Geral, Pastor Neal C. Wilson, de que fossem estudados alguns temas teológicos difíceis e apresentados os resultados à igreja. O presente estudo ficou pronto em 1980.

A história de nossa salvação é inextricável. Ela apresenta o mistério do pecado e revela o mistério da cruz, por meio do qual o amor divino vence o mal. Fala da desesperada condição da família humana e do plano e poder de Deus para restaurar em nós Sua imagem. É a incrível boa nova de que Deus fez por nós e faz em nós o que jamais poderíamos fazer por nós mesmos, e que não merecemos.

Essa história será nosso estudo e cântico por toda a eternidade. Nossas mentes continuarão a dilatar-se pela contemplação do "mistério que esteve oculto desde todos os séculos e em todas as gerações, e agora foi manifesto aos Seus santos" (Col. 1:26), e discerniremos os mais ricos tesouros do

amor e da sabedoria divinos.

Contudo, as boas novas são para todos. Embora sua profundidade exija o esforço do mais aguçado intelecto, ela é simples o bastante para até mesmo uma criança poder entendê-la. Deus a tornou clara para que todo membro da família humana pudesse ouvir e maravilhar-se e, em se maravilhando, ser conquistado pela história do amor divino. Ele deseja que cada um de nós compreenda que em Jesus Cristo somos aceitos, redimidos e adotados na família de Deus na Terra e no Céu. Esta certeza transforma o desespero em esperança, a desolação em prazer; pois o poder transformador do amor de Deus torna-nos novos homens e mulheres em Cristo.

Os Adventistas do Sétimo Dia entendem o evangelho numa configuração especial. Nós o vemos à luz das mensagens finais do tempo do fim, dos três anjos de Apocalipse 14:6-12. Nossa responsabilidade é terminar a proclamação do “evangelho eterno” a todo o mundo antes da volta do nosso Senhor. É a mesma história, a história eterna, a única história desde Gênesis até Apocalipse — a mensagem do terceiro anjo que, é-nos dito, centraliza-se na justificação pela fé (*Evangelismo*, pág. 190) — mas é proclamado no contexto dos acontecimentos finais da história da Terra e do ministério de Cristo no Céu (Daniel 7 e 8; Apoc. 3 e 4; Heb. 8-10).

Vemos também uma dimensão cósmica na história da salvação. O plano divino reconcilia todas as coisas no Céu e na Terra através da cruz de Cristo (Col. 1:20). O perene conflito entre o bem e o mal, originou-se no Céu com a rebelião de Lúcifer contra Deus. Ele se estendeu à Terra, quando nossos primeiros pais se renderam ao tentador; assim, o pecado se tornou parte de nós, e nosso mundo se tornou a arena em que Cristo batalhou contra Satanás pela nossa lealdade.

A lei de Deus, que é uma expressão do Seu caráter, desempenha um papel central nesse conflito. Lúcifer negou a justiça e benevolência da lei, rejeitou-lhe a autoridade e alegou que ela não poderia ser obedecida; ele e seus súditos continuam a opor-se a ela. Ao salvar da rebelião e do pecado os homens e as mulheres, portanto, Deus continua fiel a Seu próprio caráter e a Sua lei; Sua graciosa atividade que nos salva, vindica ao mesmo tempo Seu caráter e a lei, e reconcilia o mundo consigo mesmo (II Cor. 5:19; *Patriarcas e Profetas*, págs. 64 e 65).

Esse estudo focaliza a dinâmica da salvação. Ele não procura abranger todos os aspectos do plano da salvação, nem pretende também penetrar todas as profundezas destes mistérios. Ele tem que ver com os homens e as mulheres, aqui e agora; tenta anunciar claramente as boas novas que Deus tem para nós. Estas boas novas, o evangelho, são totalmente diferentes das maneiras humanas de considerar o que é verdadeiro. Elas são facilmente distorcidas ou perdidas e obscurecidas — mesmo pelo debate teológico. Por isso, devem ser ditas e repetidas, provadas cada vez com mais profundidade, e ouvidas mais e mais.

Seção 1. A tremenda necessidade da humanidade

Antes que possamos aceitar as boas novas, devemos reconhecer nossa grande necessidade. Temos que reconhecer que nada podemos fazer para restaurar-nos ao favor divino, ou melhorar nossa natureza má; nossa condição é sem esperança. Para essa pobreza — mental, física e espiritual — vem a salvação de Deus.

1. *Permanecemos condenados diante de Deus* (Rom. 3:19 e 20). Somos rebeldes de coração e rebeldes nos atos, alienados de Deus e uns dos outros. Mesmo nossos “atos justos” são como “trapos de imundície” (K. J. V.) às Suas vistas (Isa. 64:6), pois mesmo nossos motivos na melhor das hipóteses são confusos: gloriamos-nos de nossa reputação; somos orgulhosos de nossas próprias realizações; comparamo-nos com outros. Quando nos vemos como Deus nos vê, verificamos que somos uma mistura do bem e do mal, sempre um aglomerado de desejos, emoções e aspirações conflitantes. No íntimo do nosso ser, somos corruptos: “Toda a cabeça está enferma e todo o coração fraco. Desde a planta do pé até à cabeça não há nele coisa sã, senão feridas, e inchaços, e chagas podres, não espremidas” (Isa. 1:5 e 6).

Não podemos mudar nossa condição diante de Deus. Nenhum sacrifício, nem dom, nem ato de devoção — nem obra de qualquer espécie — podem restaurar o relacionamento interrompido. Nossos primeiros pais foram criados à imagem de Deus, mas essa imagem foi desfigurada (Gên. 1:27; *Testimonies*, vol. 4, pág. 294); após sua queda eles foram expulsos da presença de Deus. “O pecado mareou e quase obliterou a imagem de Deus no homem” (*Patriarcas e Profetas*, pág. 638), e nós ainda estamos fugindo dEle.

2. *Estamos alienados de nossa verdadeira individualidade*. Somos dilacerados pelas dúvidas e conflitos; ficamos amedrontados por causa das profundezas do pecado que vemos em outros, e sentimos em nós mesmos as ondas do mesmo mal. Estamos oprimidos pela culpa, pois fomos destituídos da glória de Deus (Rom. 3:23). Proclamamos nossa liberdade, mas estamos sujeitos ao jugo da servidão (Gál. 5:1) e somos servos da corrupção (II Ped. 2:19).

3. *Estamos alienados também uns dos outros*. Procuramos unir-nos aos ricos e aumentar nossa reputação a expensas de outros; dessa forma, somos invejosos e desconfiados, ciumentos e astutos, insensíveis e cruéis (Jer. 17:9). A teia das relações hu-

manas, estabelecida pelo Criador, jaz em frangalhos (Rom. 1:28-32); procuramos remendá-la aqui e ali, mas todos os nossos esforços são fragmentários e inadequados.

4. *Estamos alienados do mundo criado.* Deus nos designou para termos “domínio” sobre o mundo (Gên. 1:26; Sal. 8:6), mas nos tornamos despenseiros da exploração. Devastamos os recursos da Terra, consumimo-los vorazmente e transformamos tudo o que encontramos para fins egoístas (Apoc. 11:18).

Assim, a humanidade está numa condição desesperadora. Todos os nossos planos, esperanças e esforços estão corrompidos por nossa pecaminosidade. Individual e coletivamente, permanecemos condenados por aquilo que temos feito e por aquilo que somos, pelo espírito de rebeldia contra o Deus que é parte de nós, pois Se compadece de toda a nossa alienação e pecado (Rom. 5:18; *Caminho Para Cristo*, págs. 19-25).

Estamos perdidos, cheios de ansiedade e solidão. E somos incapazes de ajudar a nós mesmos.

Seção 2. A iniciativa divina

As boas novas da Bíblia são que Deus tomou a iniciativa de salvar-nos. Ele vem até nós em nosso extraviado, ofertando abundantemente a salvação. O evangelho modifica todo entendimento e esforço humano. Por natureza, operamos de acordo com os princípios do progresso: a recompensa deve corresponder à realização. Mas as boas novas são que “o dom de Deus é a vida eterna por Jesus Cristo, nosso Senhor” (Rom. 6:23, KJV). Deus é generoso em Seu amor, pródigo além da nossa compreensão.

Através de toda a Bíblia, Deus toma a iniciativa de salvar. Por ocasião do primeiro pecado, Ele apareceu buscando; e Seu chamado “onde estás?” (Gên. 3:9) ecoa através de todas as eras. Ele chamou Abraão e fez dele o pai de todos os fiéis (caps. 12:1-3; 15:6-21; Heb. 11:8-10). No Egito, Ele iniciou o resgate das tribos hebréias da escravidão (Êxo. 3:6-10), e em Babilônia interfeuiu novamente para trazê-los para o lar, procedentes do exílio (II Crôn. 36:22 e 23).

Essa atividade salvífica de Deus é expressa pela palavra justiça. A Bíblia mostra a justiça de Deus por aquilo que Ele é: não constitui apenas uma condição; antes, ela se manifesta unicamente em atividade salvadora. E, nessa atividade, Israel encontrava esperança. Dessa forma, o salmista suplica: “Se-

nhor, guia-me na Tua justiça” (Sal. 5:8) e “livra-me pela Tua justiça” (caps. 31:1; 71:2), enquanto Deus anuncia: “Faço chegar a Minha justiça, e não estará ao longe; e a Minha salvação não tardará: mas estabelecerei em Sião a Salvação, e em Israel a Minha glória” (Isa. 46:13; cf. 51:5; 56:1; etc.) Podemos dizer então que a justiça de Deus traz salvação; pois Deus é chamado “o Senhor justiça nossa” (Jer. 23:6, KJV).

A justiça salvadora de Deus não está em conflito com Sua lei eterna. No Sinai, a lei foi dada em forma escrita, como parte do ato salvador de Deus, para definir os termos do concerto de relação entre Deus e Seus filhos terrenos; não, porém, como um meio de salvação. A lei previne que Deus “não justificará o ímpio” (Êxo. 23:7, KJV); ainda, que diante dEle nenhum homem que vive é justo” (Sal. 143:2, NASB). E uma vez que Deus como “o Juiz de toda a Terra” (Gên. 18:25) não pode agir injustamente, cada pessoa deve esperar uma sentença de condenação baseada em seus atos. Compreendendo isto, o salmista implora: “Não entres em juízo com o Teu servo” (Sal. 143:2). Pois a lei, dada por iniciativa de Deus, diz aos homens e às mulheres o que fazerem, mas não como obterem a salvação; só Deus pode criar um coração puro (cap. 51:10), e o profeta anuncia que Alguém escolhido por Deus “justificará a muitos, porque as iniquidades deles levará sobre Si. ... Ele levou sobre Si o pecado de muitos, e pelos transgressores intercede” (Isa. 53:11 e 12).

Em Jesus Cristo a iniciativa divina atinge um clímax sem precedente. Deus vinha sempre intervindo para trazer a salvação; agora, num supremo ato de desprendimento, Deus o Filho Se torna o Cristo encarnado. “A palavra foi feita carne, e habitou entre nós” (S. João 1:14, KJV). Ele Se tornou um conosco. Participando de nossa sorte, mostrando-nos a que se assemelha a verdadeira humanidade — a humanidade feita à imagem de Deus. Ele sofreu e foi provado, lutando com o tentador (Heb. 2:14 e 17; 5:7-9). “Foi tentado como nós, em todos os pontos, mas sem pecado” (cap. 4:15, KJV). Pela palavra e pela vida, pela morte e a ressurreição, trouxe-nos o Deus-Homem, Jesus Cristo, as boas novas do amor de Deus e a salvação que Ele proporciona. (S. João 3:16).

Repetidas vezes, a vida e os ensinamentos de Jesus revelam o caráter de Deus (cap. 1:18). Em lugar de nos encolhermos com medo ou

dEle nos afastarmos em rebeldia, devemos chamá-Lo "nosso Pai" (S. Mat. 6:9). Tudo o que vemos em termos de bondade, cuidado e provisão amorosa na paternidade humana é, quando muito, um pálido reflexo do Pai celestial. Ele é o divino Amigo, que considera a todos sobre a Terra como Seus filhos, embora Sua paternidade não seja reconhecida (cap. 5:43-48); Ele é o Doador divino, que Se deleita em derramar Suas bênçãos sobre Seus filhos (cap. 7:7-12).

Sua generosidade nos causa espanto. Ele é pródigo em salvação; nada fazemos para obtê-la. Ele não é um soberano irado, nem um juiz exigente. Antes, derrama liberalmente, sem levar em conta se merecemos. Nossa única condição é nossa necessidade; não temos nenhum direito sobre Ele, absolutamente (cf. S. Mat. 18:23-25; 20:1-16; S. Luc. 18:9-14).

A graça de Deus sempre surpreende os que desejam a justiça-própria. São os chamados "justos" que desafiam os ensinamentos de Jesus; eles não podem aceitar a idéia de que a salvação é, de fato, inteiramente de graça. Apegam-se a algum vestígio de meritória atividade humana, algum remanescente de sua própria realização, no qual possam encontrar satisfação íntima (S. Mat. 21:31; S. Luc. 14:11).

A missão de Jesus se ajusta a esta revelação de Deus. Ele veio como Aquele que foi enviado de Deus. (S. João 5:36 e 37), a viva personificação do amor divino a um mundo perdido. Ele veio não para condenar-nos, senão para salvar-nos (cap. 3:16-21; S. Mat. 1:21).

E esta missão exemplifica libertação (S. Luc. 4:16-21). Ele nos torna livres do cativeiro do diabo. Torna-nos livres da morte eterna (Heb. 2:14 e 15). Ele nos liberta da culpa. Proclama-nos "o ano aceitável do Senhor" (S. Luc. 4:19), oferecendo perdão a todo aquele que crer. Vamos a Ele abatidos, sobrecarregados, escravizados; voltamos exultantes, renovados para viver como filhos e filhas do Deus que perdoa.

A missão de libertação de Jesus leva inevitavelmente à cruz. Ele predisse-a, quis evitá-la, mas a aceitou de conformidade com a vontade divina. Toda a Sua vida apontou para ela; por mais importante que Lhe tenha sido viver entre nós e por nós, foi tão-somente por Sua morte que Deus pôde salvar-nos (Rom. 3:21-26; *Fundamentos da Educação Cristã*, pág. 382).

Ele era "o cordeiro morto desde a fundação do mundo" (Apoc. 13:8). Antes que o mundo fosse criado, Deus Se compromete-

ra a enfrentar a crise do pecado e da morte (*O Desejado de Todas as Nações*, pág. 22; *The SDA Bible Commentary*, Comentários de E. G. White, vol. 5; pág. 1149). O pecado não é coisa simples e Deus não o passa por alto; a iniciativa divina satisfaz as exigências da lei infringida. Deus é justo, e justificador daqueles que crêem em Jesus (Rom. 3:26) — através da cruz. Deus não somente Se tornaria carne e lutaria contra a tentação sem sucumbir a ela (Heb. 4:15); no ato culminante da espantosa série de iniciativas divinas, Ele morreria numa detestada cruz, vicariamente, por todos nós. "Achado na forma de homem, humilhou-Se a Si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz" (Filip. 2:8).

Jesus morreu por todas as pessoas em todos os lugares e em todas as épocas. Este era o acontecimento para o qual os sacrifícios do Antigo Testamento apontavam. Ele reconciliou o mundo com Deus (II Cor. 5:19); libertou a humanidade do poder de Satanás; abriu a porta para uma vida em união com Deus. Por isso, como cristãos não nos envergonhamos da cruz; ela é a garantia de nosso perdão, a base de nossa segurança e o penhor de nossa vida eterna em Deus. "Mas longe esteja de mim gloriar-me, a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo" (Gál. 6:14; *Testemunhos Para Ministros*, págs. 161 e 162).

Enquanto a cruz e a ressurreição de Cristo são o ponto focal de todos os tempos (cf. Heb. 9:26), a iniciativa divina não termina com elas. O Cristo ressurgido, elevado à direita do Pai, pede o Espírito Santo para O enviar ao mundo (S. João 14:16 e 26). O Espírito sempre preparou homens e mulheres para seguirem a Deus; agora Ele vem de uma maneira diferente. Sem Ele, nossa vontade é fraca, tão inclinada para o mal que não podemos por nós mesmos escolher o bem. Ele, porém, fortalece a vontade de maneira que podemos atender às boas novas e aceitar o dom da salvação (cap. 3:5-8; 7:17; Filip. 2:13). Dessa forma, o ministério de Jesus é perpetuado: o Espírito convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo (S. João 16:8).

A história da salvação é assim a história da graça e do amor. O Deus que Se deleita em perdoar, redimiu o mundo por meio de Cristo Jesus. Em cada ponto da história, Deus toma a iniciativa.

Seção 3. A resposta humana à graça

Enquanto Cristo, por Sua morte redimiu o mundo e pagou a penalidade de todo o pecado, nem todas as pessoas experimentarão realmente a salvação. Por que isto? Porque Deus não coage, nem mesmo para o nosso maior proveito. Ele proveu a salvação como um dom, mas não nos força esse dom. Ele fez a reconciliação, mas devemos concordar em ser reconciliados.

A resposta humana à graça centraliza-se na fé, e a essência da fé é confiança — tomar a Deus em Sua palavra (Rom. 14:23; Heb. 11:1). Na Bíblia, o maior exemplo de fé é Abraão, a quem Paulo se refere, citando o Antigo Testamento, que “creu a Deus, e isso lhe foi imputado como justiça” (Rom. 4:3; cf. Gên. 15:6). Aqui, no contexto de um concerto feito por Deus, a fé de Abraão não é apenas um assentimento intelectual, mas uma total resposta de confiança na promissora palavra de Deus. É a prontidão em submeter-se inteiramente a Deus e aceitar-Lhe a palavra. Nesse ato de fé, Abraão está em correto relacionamento com Deus, e o resultado é a obediência (Heb. 11:8). Dessa forma, ele obedece a Deus e é circuncidado (Gên. 17:22-27). Em sentido bíblico, a fé jamais é simplesmente um ato mental, mas sempre um relacionamento de “a fé que opera por amor” (Gál. 5:6; cf. *The SDA Bible Commentary*, Comentários de E. G. White, vol. 6, pág. 1111; *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, pág. 398).

Não há mérito algum na própria fé. Não somos salvos pela fé, mas pela graça: “Pois pela graça sois salvos, por meio da fé” (Efés. 2:8); “Nada há na fé que a torne nosso salvador.” — *The SDA Bible Commentary*, Comentários de E. G. White, vol. 6, pág. 1071. Por outro lado, a fé é o meio, o instrumento, pelo qual reclamamos o dom da salvação de Deus (*Mensagens Escolhidas*, Livro 1, pág. 363). A cruz, somente, é nossa salvação; a fé é nossa aceitação pessoal da cruz como ato decisivo de Deus em nosso benefício.

Sem a atração de Deus, pessoa alguma virá a Ele (S. João 6:44; Idem, pág. 390). Nossas faces se desviam dEle e nos falta sequer o desejo de voltar-nos. Nossa vontade é tão fraca que preferimos constantemente apenas o mal (Jer. 13:23). O Espírito Santo, porém, nos fortalece a vontade, despertando em nós um intenso desejo em favor de Deus. Ele nos leva a arrependê-nos; sentimos tristeza pelo pecado e nos afastamos dele quando pela fé estendemos a mão pa-

ra receber o dom de Deus (*The SDA Bible Commentary*, Comentários de Ellen G. White, vol. 6, pág. 1073; *O Desejado de Todas as Nações*, pág. 178). Assim, a própria fé é um dom de Deus oferecido a todos nós (Efés. 2:8; *Mensagens Escolhidas*, Livro 2, pág. 375) através das Escrituras.

Não podemos compreender plenamente a maneira em que o Espírito Santo nos fortalece a vontade para ocasionar a fé. Podemos dizer que recebemos a salvação de Deus porque escolhemos assim fazer; devemos, porém, afirmar também que, tudo o que é humano na fé só é possível por causa da iniciativa divina na obra do Espírito Santo. Assim não pode haver nenhuma “jactância” em nossa fé (Rom. 3:27).

A possibilidade da fé é também a possibilidade de sua rejeição. Podemos resistir ao apelo do Espírito e repelir o dom oferecido por Deus. Em assim fazendo, condenamos a nós mesmos, pois repelimos a graça e desprezamos o amor (S. João 3:18 e 19).

Os resultados da salvação adequada pela fé são todo-abarcantes; somos radicalmente reorientados; temos tanto uma nova condição como uma nova vida. Na seção seguinte deste estudo trataremos dessa nova condição e da nova vida em Cristo. Precisamos entender, contudo, que, enquanto estes aspectos podem ser distinguidos em benefício da clareza da discussão, eles nunca estão separados na experiência. A atividade salvadora de Deus, que nos declara Seus filhos e filhas, é ao mesmo tempo um relacionamento transformador (Rom. 5:1-5; Tito 3:5; Heb. 10:16 e 17; *O Maior Discurso de Cristo*, pág. 114).

Seção 4. A nova condição em Cristo

A nova condição em Cristo é por demais significativa para ser abrangida por qualquer palavra. Entre as muitas expressões usadas na Bíblia para descrever esta realidade, as principais são justificação, reconciliação, perdão, adoção e santificação. Cada uma destas palavras, ao ser comumente usada pelos cristãos, tem um uso e significado bíblico distinto.

1. *Justificação*. Esta palavra provém do ambiente de uma corte legal. Somos considerados criminosos, citados na barra da justiça de Deus. Ao ser-nos lida a lei, ficamos sabendo que somos culpados. Ainda que pudéssemos alegar inocência em termos de transigência externa, a lei prova nossos mo-

tivos e desejos, e destrói nossas defesas: "A lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado" (Rom. 7:14). Agora, porém, há uma agitação na corte. Nosso Advogado Se ergue para falar em nosso favor. Em lugar de concordar com a nossa morte, Ele apresenta Sua própria morte; embora conheça nossa desobediência, aponta para Sua própria obediência. Em lugar de reclamar nossa justiça, cobre-nos com Sua própria justiça (*Parábolas de Jesus*, pág. 311). Assim Ele assume o nosso lugar como nosso Representante (*O Desejado de Todas as Nações*, pág. 340; *The SDA Bible Commentary*, Comentários de Ellen G. White, vol. 7, pág. 925) e Substituto (*Mensagens Escolhidas*, Livro 1, págs. 256 e 258). Por causa dEle, é pronunciado o veredicto: "Absolvido!" Saímos livres das acusações da lei, que nos haviam condenado antecipadamente. Este é o significado da justificação pela graça mediante a fé (Rom. 3:21-26).

2. *Reconciliação*. O quadro aqui é tirado das relações humanas. Os amigos se foram; instalaram-se os piores sentimentos de separação. Um grupo, contudo, já agiu para restabelecer o relacionamento; Ele foi até, e além da expectativa, imaginação ou atividade humana, a fim de endireitar a situação. De novo, Deus tomou a iniciativa; Ele nos "reconciliou consigo mesmo através de Cristo" (II Cor. 5:18, N.A.S.B.). Até onde Lhe diz respeito, toda a causa de hostilidade foi afastada. O segundo grupo, porém, continua alienado. Ele abriga sentimentos de culpa pelas atividades que levaram à ruptura do relacionamento; ele ruma suas hostilidades. Um dia, contudo, a inutilidade da situação e a magnanimidade do primeiro grupo lhe toca o coração. Ele dá meia-volta e se reconcilia (II Cor. 5:20; cf. Rom. 5:10; *O Maior Discurso de Cristo*, págs. 115 e 116).

3. *Perdão*. Esta palavra se relaciona com o mundo das transações financeiras. De acordo com a parábola de Jesus sobre os dois devedores, defrontamo-nos com uma dívida que jamais poderíamos pagar. Tão imensa é essa dívida que jamais podemos enfrentá-la (S. Mat. 18:25-35). Essa dívida representa nosso pecado. Nessa condição sem esperança, contudo, Deus cancela gratuitamente a dívida por meio de Jesus Cristo. "Cristo morreu por nossos pecados" (I Cor. 15:3). Todas as nossas contas são totalmente pagas; sentimo-nos alegres com a situação daqueles que não mais têm dívidas de pecado, e que, por isso, perdoam seus

devedores (S. Mat. 18:32 e 33).

4. *Adoção*. Temos aqui um exemplo de relacionamento de família. Estamos numa condição miserável, órfãos em um mundo hostil. Buscamos um lar, um lugar que nos acolha, um lugar para morar. Estamos "separados da comunidade de Israel, e estranhos aos concertos da promessa, não tendo esperança, e sem Deus no mundo" (Efés. 2:12). Então um dia somos adotados. Nosso Pai preenche todas as formalidades, pagando o preço total da adoção e tornando-nos assim filhos Seus. Ele nos dá as boas-vindas a Seu lar e nos concede todos os direitos e privilégios a Ele pertencentes. Recebemos a plena condição de Seus filhos e filhas. "Vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou Seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos" (Gál. 4:4 e 5; cf. Rom. 8:15; *Parábolas de Jesus*, pág. 250).

5. *Santificação*. Esta palavra é geralmente empregada pelos cristãos para indicar crescimento no sentido do ideal divino. Na Bíblia, contudo, ela tem um significado de maior alcance, que muitas vezes indica nova situação. Assim, freqüentemente ela significa "dedicação" ou "consagração", como acontece na ocasião em que Paulo dirige suas cartas aos "que são santificados" ou "santos" (e. g. Rom. 1:7; I Cor. 1:2; II Cor. 1:1; Efés. 1:1). Ele escreve também aos coríntios: "Mas haveis sido lavados, mas haveis sido santificados, mas haveis sido justificados" (I Cor. 6:11). O significado é tirado do cenário do santuário. Em Israel, tudo e todos que se associavam com o santuário, deviam ser separados de uso profano e "consagrado" ao serviço de Deus. Assim, em um mundo em revolta, tem Deus aqueles que pertencem a Ele, que são separados do mundo e separados para Ele. Pelo fato de terem eles aceito Sua graça mediante a fé, já não pertencem ao príncipe do mal. São selados com o selo de identificação do próprio Deus; são Sua propriedade particular, que Ele tem em alto preço no meio da agitação deste mundo (Filip. 2:15; *Testemunhos Para Ministros*, págs. 49 e 50).

Estas palavras sugerem também responsabilidade. Visto sermos filhos e filhas do Rei dos Céus, importa que vivamos de maneira que honremos nossa condição real. Tendo sido absolvidos no tribunal pelo fato de Jesus ter tomado o nosso lugar, cumpre-nos revelar gratidão pela maneira em que vive-

mos. Uma vez cientes das providências divinas, até a morte de Cristo na cruz, que nos levou à reconciliação, já não podemos tomar levemente o conhecimento de Deus. Removido o esmagador fardo de nossa culpa, devemos cuidar para não cair de novo sob a servidão da dívida. Agora que já não somos sós nem estranhos, regozijemo-nos em nossa nova família e procuremos honrar-lhe o nome. Desde que Deus nos chamou para sair do mundo, não podemos conservar seu estilo de vida e perseguir seus alvos e ambições. (II Cor. 6:16-18).

Temos, portanto, uma nova atitude para com o pecado e o cometer pecado. O domínio do pecado foi interrompido em nossas vidas; somos servos de Cristo, apresentamos nossos membros “como instrumentos de justiça” (Rom. 6:12-19). Podemos fazer todas as coisas por meio de Cristo que nos fortalece (Filip. 4:13). Deus deseja que obtenhamos a vitória sobre todo pecado: “Filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequeis” (I S. João 2:1). Mesmo, porém, que deslizemos e caímos, nossos pecados não são inteiramente semelhantes aos dos não redimidos. Vistos pelo lado exterior, os atos podem parecer idênticos; a atitude interior para com eles, porém, é radicalmente diferente. O descrente está familiarizado com o pecado, é indiferente a suas conseqüências e a Deus, e muitas vezes está em deliberada rebelião contra Sua lei. Quando o crente peca, ele aborrece seu pecado e o pecar, pois ele foi a causa da morte do Salvador, e ele não deseja crucificar de novo o Filho de Deus (cap. 3:4-10; Heb. 6:6; *O Grande Conflito*, pág. 512, 28ª edição).

Quanto mais tempo permanecermos em um relacionamento de fé com Deus, tanto mais manteremos nossa condição como Seus filhos e filhas. Embora sejamos às vezes vencidos pela tentação, não seremos lançados fora, pois ainda temos um Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo o justo (I S. João 2:1), que é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça (cap. 1:9). Continuamos membros da família divina. Não é a boa ou a má ação ocasional, mas a inclinação geral da vida, que indica a direção em que estamos indo — se nos tornamos rebeldes de coração, novamente, e se ainda permanecemos no relacionamento de fé (*Caminho Para Cristo*, págs. 57 e 58; *A Ciência do Bom Viver*, pág. 249).

A nova condição envolve o novo relacionamento. Não se pode separar um do ou-

tro. Uma vez recebendo de Deus o dom da salvação, vivemos agora pela fé. Precisamos buscar a Deus cada dia com terna confiança, deixar nosso orgulho e confiar inteiramente nEle. O relacionamento crescerá e se fortalecerá; do contrário, ele definhará e morrerá. Deus deseja que aconteça a primeira destas coisas, mas quer evitar a última. Ele não violará o elemento da liberdade humana na fé. Se permitirmos que pereça o novo relacionamento, já não podemos reclamar os benefícios da nova condição da salvação (Heb. 6:4-8; S. João 15:4-8; *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, pág. 366).

Seção 5. A nova vida em Cristo

A nova condição em Cristo está inseparavelmente relacionada com a nova vida. Recebido mediante a fé, o dom da salvação torna-nos novas pessoas. O amor divino, que tem início, desperta em nós um amor correspondente, e somos progressivamente transformados na bondade de Deus. Essa mudança está relacionada com várias dimensões.

1. *Novo nascimento*. Ninguém pode desvendar o mistério do novo nascimento. O Espírito Santo opera em nós e “nascemos de novo” ou somos “regenerados” (S. João 3:4-8). Há uma mudança fundamental na direção de nossa vida, nossas atitudes, nossos valores. Conservamos nossa individualidade, mas agora já não somos egocêntricos; deixamos de alimentar nosso ego e nos dedicamos a servir a Deus e ao homem. “O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito” (verso 6).

2. *Restauração*. No poder do Espírito, a quase obliterada imagem de Deus em nós acha-se em processo de contínua restauração.

Há uma restauração da pessoa física, mental e espiritual (I Tess. 5:23). Em lugar de ansiedade e conflito interior, temos “a paz de Deus, que excede todo o entendimento” (Filip. 4:7). Temos a inabalável alegria do Senhor, prontidão e boa vontade para fazer o Seu querer (cap. 2:13), e viver para Sua glória. Honramo-Lo em nosso corpo, o templo do Espírito Santo, apresentando-o como um “sacrifício vivo” para o serviço (I Cor. 6:19 e 20; Rom. 12:1 e 2).

Há uma restauração do relacionamento interpessoal. Vemos todas as pessoas como Deus as vê, sem distinção de raça, posição social, sexo ou religião: Todos são um em Cristo Jesus (Gál. 3:28). Amamos aos ou-

tros; apreciamos-os pelo que eles são; procuramos entender as circunstâncias que lhes modelaram a vida; deles cuidamos com interesse semelhante ao de Cristo.

Há uma restauração do relacionamento com o mundo físico. No pecado, o domínio sobre a terra, concedido aos nossos primeiros pais (Gên. 1:26), é explorado; agora, em Cristo é restaurada a administração responsável. Consideramos os recursos do mundo como dons de Deus a nós.

3. *Crescimento*. A nova vida é um dos crescimentos em Cristo. A imagem divina em nós é progressivamente restaurada quando, ao contemplarmos nosso Senhor, somos transformados pelo Seu Espírito (II Cor. 3:18). Esse processo é geralmente chamado de *santificação*, embora a Bíblia a ele se refira de várias maneiras. "Purifiquemo-nos de toda a imundícia da carne e do espírito aperfeiçoando a santidade no temor de Deus" (II Cor. 7:1, KJV). Podemos assim "crescer nEle em todas as coisas" (Efés. 4:15, KJV; cf. *Profetas e Reis*, pág. 233; *Testimonies*, vol. 6, pág. 350; *The SDA Bible Commentary*, Comentários de E. G. White, vol. 5, págs. 1146 e 1147).

O crescimento espiritual é refletido em nossas palavras e atos. Essas "obras", contudo, são o resultado de nossa salvação, e não os meios dela. Por meio do Espírito que habita em nós produzimos o fruto do "amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio-próprio" (Gál. 5:22 e 23). Este fruto é a evidência de que nos tornamos filhos e filhas de Deus (*The SDA Bible Commentary*, Comentários de Ellen G. White, vol. 6, pág. 1111).

A vida cristã envolve novo relacionamento com a lei de Deus. Em lugar de nos ofendemos com a instrução divina e procurar evitá-la, deleitamo-nos agora em conhecer a vontade de Deus e segui-la (Sal. 40:8). Podemos nossa vontade ao lado da vontade de Deus e evitamos todo pecado conhecido; assim Sua lei se cumpre em nossa vida (Rom. 8:1-4; 13:8-10; Gál. 5:14).

O caminho da obediência leva-nos a compreensão sempre crescente da vontade de Deus para nós (Prov. 4:18). Por sua magnificação na vida e ensinamentos de Jesus, notamos que ela é mais do que o estabelecimento de regras que demandam submissão exterior. Vemos que ela esquadrinha até nossos pensamentos e motivos, e os desejos e intentos do nosso coração. Demais, obediência não é apenas a ausência de transgressão;

é uma vida de virtudes positivas. Consiste em atividades de benevolência não estudadas em relação com cada pessoa cuja vida alcançamos. É uma vida que, em sua própria esfera, reflete a vida de Deus "quando o impulso de auxiliar e abençoar a outros brota constantemente do íntimo" (*Parábolas de Jesus*, pág. 384; S. Mat. 5:20-48; *O Maior Discurso de Cristo*, págs. 76-78).

Com esta compreensão, não podemos querer enumerar nossa obediência à lei de Deus. Ainda que fôssemos capazes de relacionar os atos pecaminosos que evitamos e os atos de bondade que praticamos, não poderíamos contar os segredos de nosso coração. Não poderíamos dizer que amamos, como devíamos ter amado, como Deus ama.

A vida de obediência é medida de maneira adequada pelo grau em que nos temos confiado inteiramente a Cristo. Quando tivermos posto de lado a confiança em nós mesmos. Quanto mais semelhantes a Cristo nos tornarmos, tanto menos confiaremos em nós mesmos e veremos quão distantes do modelo divino estamos ainda. Pela fé, porém, somos vestidos com a perfeita justiça de Cristo, que satisfaz todos os reclamos da lei. "Nossa confiança não está no que o homem pode fazer; e, sim, naquilo que Deus pode fazer pelo homem por meio de Cristo. Quando nos entregamos inteiramente a Deus, e cremos plenamente, o sangue de Cristo purifica de todo pecado. A consciência pode ser libertada da condenação. Pela fé em Seu sangue, todos podem ser aperfeiçoados em Cristo Jesus. Graças a Deus por não estarmos lidando com impossibilidades. Podemos pretender santificação" *Mensagens Escolhidas*, livro 2, pág. 32.

4. *Graça e fé*. Não vivemos a vida cristã de maneira diferente daquela em que a princípio aceitamos a salvação. Tendo aceito a salvação mediante a fé, não confiamos agora em realizações humanas (Gál. 3:1-5). Em cada fase de nossa vida, desde o começo desta até a sua definitiva glorificação, dependemos inteiramente da graça recebida por meio da fé. "Como, pois, recebestes o Senhor Jesus Cristo, assim também andai nEle" (Col. 2:6; *Caminho Para Cristo*, pág. 69). Por meio do Espírito Santo, Deus opera em nós "tanto o querer como o efetuar, segundo a Sua boa vontade" (Filip. 2:13). É a iniciativa divina que mantém nossa vida em Cristo, da mesma forma que a trouxe à existência (*The SDA Bible Commentary*, Comentários de Ellen G. White, vol. 6, pág. 1071).

Cumpra-nos alimentar a fé. O crescimento não é automático; a obediência não é mecânica. Deus deseja recriar-nos à Sua imagem, mas precisamos nutrir nossa relação com Ele (S. João 15:1-8). Devemos alimentar-nos de Sua Palavra, comungar com Ele em oração e anunciar o que Ele fez por nós (II Tim. 3:16 e 17; I Tess. 5:17; S. Mar. 5:19). Diariamente, cumpra entendermos de maneira mais completa a Sua vontade e experimentar as novas dimensões da entrega.

5. *Certeza*. A vida nova envolve certeza (Heb. 10:19-22). Nossa salvação foi assegurada pelo ato divino mais decisivo da História: a morte e a ressurreição de Cristo. Sabemos que Aquele que em nós começou a boa obra não nos deixará lutar sozinhos. Estamos certos de que, quanto mais tempo mantivermos nossa confiança nEle, mais Ele nos segurará com mão que jamais nos soltará (*A Ciência do Bom Viver*, pág. 182). Ele está capacitado a cumprir em nós os Seus designios, apresentando-nos sem mácula em Sua presença com inexcusável alegria (Filip. 1:6; I Cor. 1:8; I Tess. 5:23). Já passamos da morte para a vida; o Espírito já testifica com o nosso espírito que somos filhos e filhas de Deus (I S. João 3:14; 5:18-20; Rom. 8:16). Ele nos dá Sua paz no meio da luta, e força suficiente para todas as nossas necessidades (S. João 14:27; II Cor. 12:9). Em Cristo, Deus não somente fez o sacrifício uma vez por todas, pelos nossos pecados, mas temos agora um grande Sumo Sacerdote no santuário celestial, onde Ele vive sempre para interceder por nós e enviarnos, do trono da graça, ajuda em tempo oportuno (Heb. 7:25; 4:16; *Mensagens Escolhidas*, livro 2, págs. 32 e 33).

6. *Louvor*. De maneira que nos alegamos no Senhor (Sal. 20:5; Filip. 4:4). Em todas as experiências da vida; nas trevas, bem como na luz, Ele está conosco (Heb. 13:5). Seu jugo é suave; Ele nos dá descanso (S. Mat. 11:28-30). "Arraigados e sobreedificados nEle, e confirmados na fé, abundamos em ação de graças" (Col 2:7). Em tudo Ele está operando para o nosso bem; "somos mais do que vencedores por aquele que nos amou" (Rom. 8:28 e 37). O sábado é a comemoração de Sua criação, Sua salvação e Sua presença libertadora. Na verdade, cada dever da vida é consagrado ao Deus de amor que nos tornou livres. Mediante a execução fiel mesmo da mais humilde tarefa e por meio da comunicação amorosa das boas

novas da salvação, procuramos trazer glória ao nosso Pai celestial (S. Mat. 5:13-16; *O Colportor-Evangelista*, pág. 77).

Seção 6. A Comunicação

"Vede. ... Agora somos filhos de Deus, e ainda não é manifestado o que havemos de ser. Mas sabemos que, quando Ele Se manifestar, seremos semelhantes a Ele; porque assim como é O veremos. E qualquer que nEle tem esta esperança, purifica-se a si mesmo, como também Ele é puro" (I S. João 3:1-3). Este é o alvo de uma vida santificada em Cristo.

Agora nossa devoção é falha, confusos os nossos desejos. Agora conhecemos em parte. Agora somos perseguidos por dúvidas em meio da paz, desapontamentos em meio da alegria. Agora nossa obediência é dificultada por nossa fragilidade. Um dia, porém, seremos como Ele. "Mas a nossa cidade está nos Céus, donde também esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo, que transformará o nosso corpo abatido, para ser conforme o Seu corpo glorioso, segundo o Seu eficaz poder de sujeitar também a Si todas as coisas" (Filip. 3:20 e 21).

Aproxima-se o tempo para este fim culminante. Vivemos no tempo do fim. O relógio do tempo profético indicou que em 1844 a fase final do grande conflito entre o bem e mal começou com o juízo pré-advento de Deus. O povo de Deus de todas as épocas tem aguardado o juízo de Deus (Apocalipse 5). Eles o têm esperado com expectativa como o tempo em que o povo de Deus será vindicado e o Universo restaurado a uma condição perfeita e sem pecado. Assim, nessa hora do juízo (cap. 14:6-12) agradecemos a Deus por Cristo, nosso Advogado, mediante quem somente podemos permanecer de pé no juízo, cujo amor nos motiva para vida santa e que em breve entregará todas as coisas ao Pai (I Cor. 15:14-24).

A consumação está perto. E a iniciativa final de Deus em Sua atividade salvadora.

Dessa maneira, a dinâmica da salvação centraliza-se eternamente na justiça de Deus e Seu Filho. A justiça de Deus abrange a extensão de nossas necessidades; ela nos leva da culpa à justificação, da alienação à restauração e à glorificação. Ela ocasiona a mudança da escravidão do pecado para a nova vida em Cristo, da servidão em temor para a alegria no Espírito. A salvação vem do Senhor; O Senhor é nossa justiça! (Jonas 2:9; Jer. 23:6).

LISTA DE LIVROS

From 1888 to Apostasy: The Case of A. T. Jones

*George R. Knight, Review and Herald
Publishing Association, Washington D. C.,
1987, 288 páginas. Revisado por Lyndon
McDowell, pastor na área de
Washington, D. C.*

Fazia muito tempo que não me deleitava com a leitura de um livro sobre história denominacional, o que equivale a dizer que me deleitei com este. O livro faz parte da série centenária de 1888, publicada pela Review and Herald. Parece original.

Na igreja adventista do sétimo dia, o nome de Waggoner e o de Jones têm estado inseparavelmente ligados com a doutrina da justificação pela fé. Grupos diversos fazem uso dos escritos desses homens, a fim de defender uma grande variedade de destaques. George Knight trouxe Jones da obscuridade da história e o levou para a luz. Ele o descreve acertadamente como "uma das personalidades mais fascinantes que já ornamentaram o púlpito adventista." Jones foi também um dos pregadores mais controversos que a Igreja já teve.

George Knight, porém, fez mais do que trazer Jones à evidência da história. Ele focalizou as questões da teologia adventista que ainda defendemos hoje. Ele as menciona no prefácio para o livro: o significado da sessão da Associação Geral de 1888; o problema de 1893 e a demora do retorno de Cristo; a natureza da santificação; o movimento adventista da carne-santa; os dons carismáticos; o papel de Ellen White; a natureza humana de Cristo; a Igreja e as relações com o Estado, e a organização da Igreja. Como salienta o autor, "a biografia de A. T. Jones não é apenas uma história fascinante, mas está pejada de significado contemporâneo".

Todo ministro que deseja unir-se nas dis-

cussões contemporâneas, deveria ler este livro para entender a montagem dessas questões. A leitura cuidadosa, deve tornar mais tolerante o dogmático, e despertar o indiferente para as causas fundamentais dos assuntos hoje discutidos. Pode também persuadir aqueles que têm inclinação para independência, de que o que eles consideram como zelo vindo de Deus para reformar, na verdade pode ser apenas uma aberração de personalidade!

The Lord's Day

*Compilado por James P. Westberry,
Broadman Press, Nashville, Tennessee,
287 páginas. Revisado por Clifford Glodst-
ein, editor do Shabbat Shalom.*

O ano de 1888 é importante para o Adventismo, mas há outro grupo que também está comemorando este centenário. A Aliança do Dia do Senhor, dos Estados Unidos, a "única organização nacional cujo solene propósito é a manutenção e cultivo do primeiro dia da semana como tempo para descanso, adoração, Educação Cristã e Reavivamento Espiritual", publicou, na comemoração do seu aniversário de cem anos, *The Lord's Day*. Compilado pelo diretor executivo da Aliança do Dia do Senhor, o Dr. James P. Westberry, o livro é composto de trinta artigos, sermões e palestras apresentados pelos pastores e leigos através dos anos, sobre o sábado "cristão".

É leitura fascinante para os adventistas do sétimo dia. A despeito da pouca tecnicidade de ter escolhido o dia errado, o livro tem pontos interessantes sobre a observância do sábado. Falando sobre uma pessoa que capinou milho no “sábado”, Fredrick Harris escreveu: “Há uma penalidade ao plantar e capinar milho no domingo, mas essa não se verifica no milho; ocorre na pessoa.”

Infelizmente, o livro está cheio das costureiras polêmicas em favor da guarda do domingo — os mesmos surrados textos, raciocínios e argumentos sobre a ressurreição, o partir do pão no primeiro dia da semana, etc. Em um dos menores capítulos, “Evidência em Favor do Culto no Domingo: Richard W. DeHaan afirma a seus leitores que uma pequena minoria da cristandade insiste “em guardar o sábado como o descanso semanal”. De todos estes argumentos, o mais sem sentido foi o de que “na conclusão do Concílio da Igreja (Atos 15), os cristãos gentios foram admoestados a abster-se de certas coisas — mas nenhuma palavra foi dita com respeito à guarda do sábado”. Obviamente, poder-se-ia dizer a mesma coisa de qualquer dos outros mandamentos.

Mais de uma vez, prevalece a idéia de que o domingo é o dia do Senhor e de que os Estados Unidos necessitam de leis para protegê-lo. Disse um contribuinte: “Posso ter ‘leis azuis’ implantadas em minhas veias, mas posso não guardá-las.”

The Lord’s Day pode ser engraçado em algumas partes, mas desalentador em outras.

The Unknown Prophet (O Profeta Desconhecido)

Delbert W. Baker, Review and Herald Publishing Association, Hagerstown, Maryland, 1987, 160 páginas. Revisado por Ella M. Rydzewski, secretária editorial da revista MINISTRY.

Este livro merece atenção especial da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Cinco anos de cuidadosa pesquisa foram gastos nesta biografia de um notável pioneiro do movimento do Advento. A vida de William Foy, um jovem ministro negro de Nova Inglaterra, tem sido pouco conhecida dos membros da Igreja. Frequentemente, tem sido confundido com Hazen Foss, que rejeitou o chamado de Deus para ser profeta. William Foy não rejeitou seu chamado, mas entre os

anos de 1842 e 1844, cumpriu fielmente sua função especial como mensageiro do povo de Deus durante os anos que antecederam o Desapontamento. Foy era homem humilde, mas um pregador poderoso e inteligente ao falar nas várias igrejas sobre sua experiência. Teve sua primeira visão numa reunião de oração em Boston, em 18 de janeiro de 1842. O que se sabe disto e de suas visões subseqüentes, é descrito de forma comovente. (De acordo com Ellen White, Foy teve quatro visões, mas nada se sabe da última delas.) Parece que se as pessoas tivessem entendido as implicações das visões, poderiam ter evitado o desapontamento de 1844, ou pelo menos se preparado para ele.

Após o desapontamento, Foy ouviu Ellen White falar, e os dois compartilharam suas experiências. Logo depois, Foy desapareceu do cenário, como se temesse diminuir a obra que passara a Ellen White. Seus anos posteriores foram passados no silêncio da obra pastoral em áreas rurais.

Eis uma história que deve ser lida pelos adventistas, e sobre a qual se deve meditar. Como nos dias de Foy, ela representa a certeza do cuidado pessoal de Deus por Seu povo, e pode motivá-lo para a necessidade de reavivamento e preparo para a terrível prova que está adiante.

1888 Re-examined: 1888-1988, the story of a century of confrontation between God and His people.

Revisado pelos autores originais, Robert J. Wieland e Donald K. Short, The 1888 Message Study Committee, 2067 Combie road, Meadow Vista, Califórnia, 95722, 1987, 213 páginas. Revisado por C. Mervyn Maxwell, Andrews University.

Não se pode concordar com tudo o que está nele, mas este livro trata de um assunto importante. É um livro cruzadista. A edição original era quase que forte demais para ser lida. A nova edição, porém, fala brandamente de irmãos errantes, esperançosos, de uma igreja errante, e gratos pelos convites de Deus ao arrependimento.

De maneira compreensiva, não se faz menção alguma a “arrependimento corporativo”, e muito pouco à “natureza pecadora de Cristo”, expressões que serviram de pedra de tropeço, antigamente, para muitos

admiradores de Wieland e Short.

A fim de entendermos o que as pessoas dizem, precisamos saber onde elas estão querendo chegar. Isto é verdade especialmente quando as pessoas dizem coisas cruzadistas.

Assim, aonde estão querendo chegar os autores deste livro cruzadista? Robert Wieland e Donald Short prepararam o manuscrito que se tornou a edição original de *1888 Re-Examined* para revisão pela Comissão de Estudos da Associação Geral. O resultado foi o desalento que eles sentiram quanto a certos aspectos da sessão da Associação Geral de 1950, a que eles assistiram como missionários de carreira licenciados da África. O que os deixou incomodados na sessão de 1950 foi o contraste que eles perceberam entre o que aconteceu em 1888 e a similaridade com o que ocorreu em 1893.

Principalmente Wieland, esteve absorvido com os escritos de E. J. Waggoner e os sermões de A. T. Jones e interessado no que disse Ellen White sobre as mensagens de Waggoner de 1888 e sobre Waggoner e Jones como pessoas.

Na sessão da Associação Geral de 1950, Wieland e Short ouviram um oficial recentemente eleito apelar para que os delegados "duplicassem o número de membros" durante o quadriênio que se iniciava — e para que recebessem o poder da chuva serôdia a fim de alcançarem aquele honroso alvo apenas pelo fato de *creerem* que receberiam a chuva serôdia. Isso se assemelhava muito ao que os jovens missionários sabiam que W. W. Prescott havia feito com os delegados, na sessão de 1893, instando com eles para que cressem.

Todavia, crer apenas que haviam recebido a chuva serôdia não conferiu aos adventistas de 1893 o poder para pregar o "alto clamor" que devia iluminar a Terra com a glória de Deus, e os autores não viam nenhuma razão para esperar qualquer mudança em 1950. Em lugar disso, Wieland e Short apelaram aos líderes para que voltassem à sessão de 1888.

Na Conferência Geral de Mineápolis de 1888, disseram eles, foi apresentada uma mensagem à qual Ellen White se referiu como sendo o *começo do alto clamor* de Apocalipse 18:1-4 — precisamente aquilo que o presidente da Associação Geral estava aguardando. Ela a chamou de "a mensagem do terceiro anjo" e indicou que ela apresentava "a justificação por meio da fé no Pe-

nhor" de maneira que levava "à obediência a todos os mandamentos de Deus". Era uma mensagem grandemente centralizada em Cristo, que exaltava a cruz e levava a sincero arrependimento do pecado, ajudando assim as pessoas a atingirem uma *condição* básica para receber a chuva serôdia.

Wieland e Short mimeografaram apenas 17 cópias de seu estudo de 204 páginas, destinando-as apenas à apreciação da liderança. Alguns, entretanto, conseguiram uma cópia com alguns deles, e logo as pessoas aqui, ali e acolá foram datilografando cópias inteiras para si mesmas e para seus amigos. Com o passar do tempo, primeiro um tipógrafo, depois outro, distribuíram cópias aos milhares.

A circulação da primeira edição de *1888 Re-Examined*, além da circulação dos livros escritos para refutá-lo e das notícias sobre as comissões que de tempos em tempos se reuniam para discutir a situação, ao lado da existência de Robert Brinsmead, que fez uso particular de *1888 Re-Examined*, contribuíram tanto para o interesse atual por 1888, que parece correto dizer que Wieland e Short são responsáveis mais do que qualquer outra pessoa que agora vive pelo interesse atual por 1888.

Wieland e Short afirmam categoricamente que a Mensagem de 1888 não é a mesma mensagem de justificação pela fé ensinada por Lutero, Wesley ou os colegas Keswick, ou Hannah Whiteall Smith, ou os seguidores de Vida Vitoriosa, todas pregadas pelos adventistas do sétimo dia, dizem eles. Assim não pode ser, insistem eles, se ela é a mensagem do terceiro anjo e combina a fé de Jesus com a obediência a todos os mandamentos de Deus.

Outra preocupação dos autores é que muitos líderes e escritores adventistas têm procurado provar que 1888 foi um grande triunfo, que apenas alguns líderes se opuseram à mensagem e que mesmo estes logo a aceitaram.

Em resposta, *1888 Re-Examined* enfileira documentação para mostrar que em 1902 Ellen White relatou que fora "informada de que a terrível experiência (não a gloriosa mensagem!) da Conferência de Mineápolis é um dos mais tristes capítulos da história dos crentes na verdade presente". Em outro lugar, ela disse que o espírito que "prevaleceu" entre a liderança da Igreja na reunião de 1888 foi o de rejeição à mensagem; que a liderança denominacional revelou ali o espírito daqueles que expulsaram Jesus

da cidade de Nazaré, na verdade, o espírito do próprio Satanás. Ela observou com pesar que algumas das principais confissões feitas pelos líderes depois de Mineápolis não foram profundas o suficiente para extirpar-lhes as raízes de amargura.

No início dos anos 1970 Emmet K. Vande Vere, Richard W. Schwarz e eu, fomos indicados pela Comissão da Associação Geral para examinar os aspectos históricos da posição de Wieland e Short. Concluímos unanimemente que embora não apreciássemos a maneira em que aqueles homens diziam às vezes as coisas, sua análise da história foi muito precisa. Sua percepção, porém, do conteúdo da Mensagem de 1888 não foi muito acertada.

O livro contém suas imperfeições. Ele é menos sombrio do que a primeira edição, mas raramente é desanuviado. *Testemunhos Para Ministros* parece mais alegre, embora seja igualmente sério. Wieland e Short defenderam demais a Waggoner e Jones, creio eu. Estou certo de que, comparados com alguns irmãos, eles foram gentis, mas duvido que me sentisse à vontade discutindo assuntos com o astuto debatedor (Waggoner) que escreveu *The Law in the Book of Galatians*.

Uma inexactidão aparece quando Wieland e Short se referem repetidamente à Mensagem de 1888 como o começo da "chuva serôdia e do alto clamor". O alto clamor é compreensivelmente uma mensagem, e há a autoridade de Ellen White em favor da aplicação da expressão à Mensagem de 1888. Não entendo, porém, como a chuva serôdia possa ser uma mensagem. Em defesa deste conceito eles têm apenas as palavras de A. T. Jones.

Em uma carta lida na sessão da Associação Geral de 1893, Ellen White prometeu que a experiência de 1888 "algum dia" "será vista em sua verdadeira relação com todo fardo de pesar que dela resultou." Wieland e Short confiam em que esse "dia" está muito próximo. Eles esperam que no devido tempo o *1888 Re-Examined* revisado se tornará uma contribuição.

Diversity in Faith — Unity in Christ: Orthodoxy, Liberalism, Pietism and Beyond

Shirley C. Guthrie, Jr., Westminster Press, Filadélfia, Pensilvânia, 1986, 144 páginas. Revisado por Wayne Willey, pastor em Amesbury, Massachusetts.

Este livro bem escrito é uma introdução concisa e, contudo, precisa à "ortodoxia", ao "liberalismo" e ao "pietismo". E se este fosse o único benefício obtido da leitura, já se teria empregado bem o tempo.

Guthrie faz mais do que descrever ou definir estas "correntes" dentro do cristianismo. Ele as analisa pelo exame de seu vigor e fraquezas. Como resultado, o livro deve levar a uma nova compreensão de cada ponto de vista que pode servir de base para diálogo e apreciação onde antes havia discussão. Embora a contribuição mais significativa do livro possa não ser a análise, o desafio aos leitores vai "além" dessas percepções limitadas de ser cristão. Ele nos conclama a um "testemunho para Jesus Cristo" que resulte na mesma dedicação à verdade encontrada na "ortodoxia", à mesma espiritualidade profunda encontrada no "pietismo" e à consciência e interesse sociais pelas pessoas encontrados no "liberalismo".

Isto levará a exame pessoal. Nunca, porém, dirigirá a atenção para a pessoa de Cristo, para definir o que significa ser um cristão.

Be My Witnesses

Darrell L. Guder, William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, 1985, 285 páginas. Revisado pelo Dr. DeWitt S. Williams, diretor associado, Departamento de Saúde e Temperança da Associação Geral.

O autor de *Be My Witnesses* foi diretor de colégio, pastor e professor nos Estados Unidos e Europa. De sua vasta experiência ele nos traz uma imagem da Igreja como um movimento defeituoso e desapontador, mas um movimento que Deus ainda não concluiu. Pode ainda revelar quem é Cristo e o que Ele faz. As Escrituras são o testemunho escrito e os seres humanos Suas testemunhas visíveis.

Os santos que compõem a Igreja no grande movimento da história da salvação são agentes pelos quais a mensagem das ações de reconciliação de Deus devem tornar-se conhecidas ao mundo. No Pentecostes, Sua Igreja foi revestida de poder e ainda o está, para desempenhar a missão que lhe foi designada. Isto, a despeito das grandes instituições de hoje, caracterizadas por suas inconveniências conhecidas: complexidade, burocracia, falência de poder, políticas, resistência a mudança, apego ao *status quo*, etc.

Guder afirma que a Igreja seria mais semelhante ao tabernáculo do que ao templo

do antigo concerto. O templo é imóvel, um centro de atividades religiosas. Ela tende a ter um fim em si mesma, um complexo massivo e dispendioso, cuja prática é para sua própria continuação. Os tabernáculos, contudo, são notáveis como uma expressão de fé. A tenda do antigo concerto não era fixa, mas andava com o povo, sempre que eles seguissem a direção de Deus no novo território. O tabernáculo chamava constantemente a atenção do povo para as ações de Deus, sua presença entre eles, Sua vontade e direção.

Sublinhando a necessidade de a Igreja estar envolvida no mundo, mas não do mundo, Guder olha para aquela pausa estratégica (Efés. 4:11 e 12). A pausa indica que o mapa da organização da igreja devia ser uma pirâmide invertida, com a parte mais larga no topo, representando os membros, enquanto os ministros especializados deviam ser servos dos servos de Deus. A esperança, também, é que os membros venham a entender-se, não como consumidores dos serviços religiosos, mas como participantes no ministério.

FLOYD BRESEE — Secretário da Associação Ministerial da Associação Geral

Lições de 1888 Para os Líderes de 1988

Muitas vezes se tem acusado os líderes da Igreja de 100 anos atrás, de não terem dirigido a Igreja como esta deveria ter sido dirigida em 1888. Há, contudo, uma questão muito mais importante. Aprenderão os líderes da Igreja as lições de um século atrás e dirigirão a Igreja como Deus desejava que ela fosse dirigida naquela ocasião?

E quando falamos de líderes, a quem desejamos referir-nos? Devemos ir além dos administradores, e incluir pastores, anciãos e o quadro de membros da Igreja. Se a congregação local é o coração da igreja, então certamente o pastor e os líderes locais são os principais líderes na igreja. Há algumas lições sugestivas de 1888 para os líderes da Igreja de 1988. A maioria delas se baseia em artigos deste número de *O Ministério*.

Lições sobre teologia

A justificação pela fé é básica ao adventismo. Qualquer líder adventista moderno que tenha dispensado à justificação pela fé atenção apenas passageira, imaginando que ela se relaciona somente com o nosso passado ou era tão-somente algo para os in-

telectuais pensarem, entendem mal o adventismo. Ellen White já dissera que “justificação pela fé é, em verdade, a mensagem do terceiro anjo” (*R&H*, 1º de Abril de 1890). Ela não a considerava superficial.

Quando as águas teológicas se tornam muito profundas ou muito tempestuosas, fazemos bem em ir à definição sucinta daquilo que é a justificação pela fé: “Justificação é obediência à lei. A lei requer justiça, e esta a deve o pecador à lei; ele, porém, é incapaz de prestar-lhe. A única maneira em que pode ele alcançar a justiça é mediante a fé. Pela fé pode ele apresentar a Deus os méritos de Cristo, e o Senhor coloca a obediência de Seu Filho na conta do pecador. A justiça de Cristo é aceita em lugar da deficiência do homem, e Deus recebe, perdoa, justifica a alma arrependida e crente, trata-o como se ele fosse justo e o ama como Seu filho. Eis como a fé é imputada como justiça.”¹

O verdadeiro adventismo equilibra o cognitivo com o afetivo, o conhecimento e o sentimento, a teoria e a experiência. Antes de 1888, a *Review* dedicou-se quase que exclusivamente a provar a doutrina. Muitos líderes da Igreja consideravam o estudo da Bí-

blia apenas como o meio de tornar claro que eles possuíam as doutrinas certas e podiam prová-las de maneira convincente.

Nós nos tornamos uma denominação de debatedores. Ninguém podia provar melhor suas doutrinas do que os Adventistas! Não obstante, nossos debatedores estavam ganhando seus debates e perdendo sua experiência cristã. Para eles, o provar havia substituído a oração. O argumento eclipsara a experiência.

Alguns hoje parecem ensinar que a compreensão da justificação pela fé assegurará o reavivamento na Igreja. Não necessariamente. É preciso mais do que um simples argumento para reavivar uma igreja. O verdadeiro problema de 1888 era se a Igreja devia ou não passar do argumento para a experiência. A Igreja de 1988 deve obter sucesso onde a Igreja de 1888 fracassou — em procurar o equilíbrio entre as duas coisas.

O verdadeiro adventismo equilibra o relacionamento com a obediência. Em 1888, o adventismo fazia parte de uma sociedade na qual, de um modo geral, respeitava-se a lei e se esperava a obediência. Não admira que a lei e a obediência fossem ressaltadas na Igreja. Em 1988, o adventismo faz parte de uma sociedade que salienta o relacionamento afetuoso e a liberdade individual, uma sociedade que se inclina a fechar os olhos para um comportamento permissivo. Não é de estranhar que os relacionamentos se tornaram mais importantes e mais aceitável a permissividade na Igreja.

É por demais perigoso concentrar-se na obediência a Cristo e negligenciar o relacionamento com Ele. É igualmente perigoso concentrar-se no relacionamento e negligenciar a obediência. O demônio não se preocupa nem um pouco se o movimento do advento se dirige para o precipício que está do lado direito ou do lado esquerdo da estrada. Mas está disposto e determinado a manter-nos distantes do centro. Ellen White atrai-nos para esse centro ao insistir: "Não *ganhamos* a salvação por nossa obediência; pois a salvação é dom gratuito de Deus, e que obtemos pela fé. Mas a obediência é fruto da fé." ²

Será sempre difícil ensinar a justificação pela fé, porque a sociedade influencia as pessoas contra ela. A justificação pela fé ensina que, ao aceitarmos a Cristo, Ele nos salva antes que tenhamos feito qualquer coisa para merecê-lo — *a recompensa vem das obras.* Os adventistas não são os únicos que

acham difícil de compreender esta seqüência.

Toda a sociedade opera segundo a presunção totalmente correspondente de que o *trabalho antecede a recompensa.* Em casa, nossa mãe nos dá o pedaço de bolo *após* termos sido bons. Na escola, recebemos o diploma *depois* que terminamos o curso. No trabalho, somos pagos *após* termos feito a obra.

Assemelhe-se ou não a ela, nossa teologia parece vir de nossa sociologia. A maioria dos cristãos tem a tendência de voltar à crença de que o trabalho antecede a recompensa. Outros, reagindo contra a vida e a prática de "obras" ou refletindo sua educação permissiva, sempre desejarão presumir que a justificação pela fé ensina que a *recompensa elimina a obra.*

Lições sobre relacionamentos do grupo

Nossa eficiência como líderes depende menos do que dizemos, do que de como dizemos. Ensinar a mensagem certa com métodos errados, produz resultados errados. Os dois jovens proponentes da justificação pela fé em 1888, ilustram esta verdade.

E. J. Waggoner foi um médico que se tornou pregador. Ele era de baixa estatura, culto e refinado. Raramente, porém, foi considerado humilde. A. T. Jones era um ex-sargento do Exército. Era alto e de estrutura parecida com a de Lincoln, autodidata e muito teimoso. Ele tinha tendência para ser um pouco brusco e mesmo indelicado com as pessoas.

Alguns que se opuseram a suas mensagens mais tarde, admitiam que estavam sendo agredidos, especialmente por Jones. Quão diferente poderia ter sido a história de 1888, não tivessem os métodos e a personalidade de Jones e Waggoner interferido em suas exposições — ou se seus ouvintes tivessem sido mais bem-sucedidos em olhar para além dos mensageiros à sua mensagem.

A soma de verdades que um grupo descobre, depende menos dos argumentos apresentados do que do clima em que é apresentada. O clima de 1888 era de desunião e de debate. A reunião foi aberta com um argumento sobre se os Alemanni ou os Hunos eram representados pela décima ponta do livro de Daniel. A doutrina da justificação pela fé surgiu de estudos feitos no livro de Gálatas, mas havia forte discordância quanto à lei a que se referia Gálatas 3

ser a lei cerimonial, como a chamava a "velha-guarda", ou a lei moral, como queria Waggoner. Além disso, Waggoner insistia em que Cristo era "a plenitude da Divindade", enquanto muitos dos pioneiros criam que a vida de Cristo era, na realidade, uma "vida derivada".

Como um nevoeiro, um espírito polêmico se abateu sobre a bela doutrina da justificação pela fé, obscurecendo-a a tal ponto que muitos simplesmente não puderam entendê-la. Um grupo deve aprender a gostar do outro, antes que possa aprender muito de algo vindo do outro.

Os obreiros jovens e os idosos necessitam uns dos outros. Na conferência de 1888, a oposição mais forte a Jones e Waggoner partiu de Uriah Smith, editor da *Review*, e de G. I. Butler, presidente da Associação Geral, que estava ausente, mas fez com que sua posição fosse conhecida pelo telégrafo. Não seria fácil para Smith e Butler, que contavam 56 e 53 anos de idade, respectivamente, receberem instrução de Jones e Waggoner, de 38 e 33 anos cada um. Permanece, porém, o fato de que os orgulhosos e obstinados homens mais jovens estavam basicamente certos.

Ainda é difícil os obreiros mais idosos receberem instrução dos mais moços. Mas isto é importante. Os ministros jovens ocupam, em geral, funções pastorais. Os líderes mais idosos podem não ter estado tão ligados à igreja local e suas necessidades por muitos anos, e os mais judiciosos sabem que vale a pena dar atenção aos homens mais jovens.

A juventude necessita da sabedoria dos idosos; estes, porém, necessitam da vitalidade e do idealismo da juventude. O jovem pode apegar-se com excitação e entusiasmo a uma nova verdade. Se um homem mais idoso tiver que aceitar nova verdade, deve primeiro rejeitar o erro antigo que esteve ensinando durante anos — e é difícil fazer isto! Butler e Smith testificam disto.

O. A. Olsen, que foi eleito na conferência de 1888 para substituir Butler como presidente da Associação Geral, citou depois Ellen White como tendo dito que são os obreiros mais jovens quem deveria "planejar, idear e executar" enquanto olham para os obreiros mais idosos como "conselheiros e guias".

Quanto mais alto atingimos e quanto mais avançamos em idade, tanto mais nos tornamos defensores do Status Quo. Naturalmente, nem todos os líderes são culpados. A tentação e a tendência, contudo, são muito

reais. Aqueles que resistem com sucesso, devem ser admirados e respeitados de maneira especial.

G. I. Butler, como presidente da Associação Geral, e Uriah Smith, como editor da *Review* por aproximadamente 25 anos, defenderam insistentemente e instintivamente o *status quo*. Eram ambos homens honestos e astutos, dedicados à igreja. Ambos aceitaram depois a justificação pela fé. A princípio, contudo, tanto um como o outro estiveram tão ocupados na defesa da ortodoxia, que deixaram de entender a nova verdade.

Esta é a tentação para todos os líderes — quer em 1888, quer em 1988; estejam no escritório de uma associação/missão, ou na igreja local. O presente estado de coisas trouxe-nos à nossa posição e a certo grau de poder. A mudança os ameaça. Dessa maneira, conquanto tenhamos a tendência de negar estes argumentos, os que entre nós são líderes, acham às vezes mais difícil aceitar novas idéias. Há uma ocasião para defenderem-se. Nossa igreja, porém, toma uma posição firme em favor da verdade progressiva. Os líderes de agora, como os de 1888, prejudicarão a Igreja se dedicarem muito esforço defendendo o que *podem* e o que *não deveriam* ouvir.

Lições sobre a natureza da reforma

Raras vezes os reformadores estão inteiramente certos — ou errados. Os reformadores precisam lembrar-se de que poucas vezes estão completamente certos. É erro insistir em que os ensinamentos de Jones e Waggoner de 1888, sobre justificação pela fé, contenham todas as necessidades da Igreja de 1988 sobre o assunto. Ao passo que eles deram uma contribuição distinta, esta era apenas um começo, e não sem problemas. Ellen White concordou com seu realce global; não, porém, com toda a sua teologia ou toda interpretação escriturística. Eles se inclinavam a realçar a justificação como subjetiva e introduzida no indivíduo. Isto pavimentou o caminho para sua aceitação posterior do panteísmo.

Os líderes precisam lembrar-se, porém, de que raras vezes os reformadores estão completamente errados. Qualquer pessoa capaz de conquistar a atenção e o apoio de grupos de tamanho considerável, durante um determinado período de tempo, tenha ela a verdade ou não, dispõe de algo que as pessoas desejam. Os líderes que consideram

errado o reformador, devem encontrar uma maneira certa de satisfazer a necessidade que o reformador está satisfazendo.

Os reformadores têm a tendência de afunilar a visão. Fundamental e toda-abrangente como é a justificação pela fé, os que a consideram como a última palavra deveriam estar alerta para a subseqüente apostasia de Waggoner e Jones. É possível concentrar-se até mesmo sobre a mais bela doutrina e realçá-la de maneira tão exclusiva que nosso cristianismo se torne desequilibrado. Essa espécie de realce singular levou Martinho Lutero a rejeitar o livro de Tiago.

Waggoner criou finalmente uma teologia permissiva que justificava seu relacionamento romântico com outra mulher que não sua esposa, a dissolução do seu casamento e sua união matrimonial com outra mulher. Tanto Jones como Waggoner se posicionaram ao lado de Kellogg no cisma de Battle Creek de 1903.

É grandemente perigoso ser reformador. A tendência natural é dedicar-se à única área que estais reformando, em prejuízo de tudo o mais. O realce descomedido, ainda que sobre o melhor, pode ser muito ruim. É como a corça cega de um olho que, em virtude de seu defeito físico, estava muito temerosa de que um inimigo a surpreendesse. Dirigiu-se então a um matagal, protegido por um rio e dois altos penhascos. Estava certa de que se mantivesse o olho bom voltado para a abertura entre os dois rochedos, estaria vigiando o único lugar de onde poderia vir o perigo. Um dia um caçador andou rio abaixo em sua canoa e atirou nela. Tão certa estivera ela de que sabia de onde vinha o perigo, e se havia concentrado de tal maneira naquela única área, que o inimigo se aproximou facilmente pelo seu lado cego.

A confiança em Ellen White. O decorrer do tempo e as incontáveis pesquisas têm provado que seu equilíbrio entre o argumento e a experiência, entre a defesa dos antigos marcos divisórios e o andar na direção de nova luz, foi o mais perfeito. Apenas ela parece ter tido uma compreensão plena do que estava acontecendo em 1888.

Onde conseguiu ela perspectiva tão excepcional? Não foi no aconselhamento com outros líderes, pois a princípio a maioria estava errada. Nem da leitura de algum livro, pois o livro não havia sido escrito. Deus estava na obra.

A Igreja não fracassou completamente. Es-

tão certos os críticos da Igreja ao dizerem que ela não fez tudo o que devia, nem foi tudo o que deveria ter sido desde 1888. Mas que vergonha para eles ao sugerirem que ela conheceu apenas fracassos desde então!

A Igreja certamente cresceu em número. Havia apenas 84 delegados naquela sessão da Associação Geral. Hoje, as delegações são tão grandes que já não podemos reunir-nos em uma igreja pequena, mas procuramos os maiores ambientes para as sessões da Associação Geral. Em 1890 havia menos de 30.000 Adventistas do Sétimo Dia em todo o mundo. Hoje, há mais de cinco milhões. A Igreja está orando para que Deus nos leve ao batismo de dois milhões de almas preciosas entre 1985 e 1990 e convida aqueles que dizem que a Igreja está fracassando a tomarem parte nesse sucesso.

Ora, o número não é tudo, mas certamente ninguém deveria dizer que Deus não esteve abençoando Sua Igreja. E não deveríamos concordar em que a teologia e a pregação adventista são muito mais cristocêntricas hoje do que antes de 1888? A Igreja não foi bem-sucedida como devia em despertar de seu laodiceanismo, e isto não deve ser considerado de maneira leviana. A Igreja não foi totalmente bem-sucedida, mas não falhou completamente.

Lições sobre reforma pessoal

O de que a Igreja mais necessita não é de maiores provas ou planos, mas de mais poder. Com toda a sua organização e instituições, a Igreja é hoje tentada a confiar em seus próprios planos para tratar dos assuntos pertinentes a Deus. Necessita de planos, programas e uma ampla compreensão da verdade. O Espírito Santo não substitui os planos. Jamais devemos permitir, porém, que a confiança nos planos substitua nossa confiança no Espírito Santo. Dependem mais de nossos próprios planos do que do poder do Espírito Santo para o cumprimento da missão do evangelho, viola o princípio básico sobre o qual se baseia a salvação pela fé. Deixa a Igreja absorvida nas obras.

Os líderes não devem apenas entender a justificação pela fé. Devem experimentá-la. Os que dizem que a Igreja rejeitou a justificação pela fé cem anos atrás, e que aquilo de que a Igreja agora necessita é aceitar que está só parcialmente certa. Alguns líderes da Igreja a aceitaram em 1888. E entre os que continuaram como líderes, quase todos a

aceitaram nos anos seguintes. A maioria dos que não o fizeram, desapareceram gradualmente do quadro da liderança.

O movimento em favor da defesa começou com líderes como S. N. Haskell, G. B. Starr, A. T. Robinson, M. C. Wilcox, W. W. Prescott e W. C. White. Por fim, ele se ampliou para incluir os que a princípio eram muito veementes na oposição — J. H. Morrison, e Smith e Butler.

Jones, Waggoner e Ellen White foram convidados pela Igreja a viajar e ampliar a divulgação da mensagem, especialmente entre 1888 e 1891. A ambos os homens foi confiada considerável responsabilidade na Igreja. Jones, finalmente, tornou-se editor da *Review*, tendo a Uriah Smith como assistente. A. V. Olsen, eleito presidente da Associação Geral em 1888, serviu até 1897 e, com entusiasmo, formou comissões ministeriais que davam realce à justificação pela fé.

O problema que se seguiu à reunião de 1888, não foi tanto os que se recusaram a aceitar a justificação pela fé; mas os que a aceitaram sem experimentá-la, ou a experimentaram mas deixaram de prosseguir nessa experiência. Para os líderes de agora, a questão não é se aceitamos ou deixamos de aceitar a justificação pela fé, mas se a estamos experimentando. Ela deve tornar-se, para cada um de nós, não uma teoria para ser estudada, mas uma intimidade com Cristo a fim de experimentar.

Os ministros devem liderar o caminho para o reavivamento. Como acontece com você, meu caro ministro? Está você puxando a fila na comemoração de 1888, em 1988, está você experimentando aquilo que está ensinando? Está praticando o que está ensinando? Está mais próximo de Cristo?

Nosso relacionamento com Ele cresce da mesma forma que o relacionamento com qualquer outra pessoa — por meio do tempo passado juntos. Devemos deixar de pensar que não temos tempo. Claro que somos ocupados. Jamais um ministro fica sem fazer nada. Lembremo-nos, porém, de que quase sempre achamos tempo para as coisas mais importantes para nós, e quase nunca para as coisas menos importantes. Nossa principal prioridade deve ser um mais estreito relacionamento de amor com Cristo; e amar exige tempo.

Questionário

Medita nas lições ressaltadas neste artigo. Como está você se relacionando com aquelas que se aplicam mais diretamente a seu caso?

Bibliografia

1. *Review and Herald*, 4 de novembro de 1890.
2. *Caminho Para Cristo*, pág. 61.

Delegados Presentes em Mineápolis

(Compilado do *Daily Bulletin* e da
Review and Herald)

DELEGADO

J. W. Bagby
J. B. Beckner
F. E. Belden
D. T. Bourdeau
W. C. Boynton
J. N. Brant
A. J. Breed
M. H. Brown
P. H. Cady
L. C. Chadwick
L. R. Conradi
William Covert
R. B. Craig
A. Craw
H. W. Decker
N. P. Dixon
W. H. Edwards
C. Eldridge
J. Fargo
E. W. Farnsworth
C. V. Flaiz
J. P. Gardner
E. H. Gates
T. H. Gibbs
O. C. Godsmark
J. B. Goodrich
J. E. Graham

H. Grant
C. A. Hall
W. H. Hall
J. F. Hanson
C. P. Haskell
S. N. Haskell
J. P. Henderson

REPRESENTANDO

Kansas
Missouri
Associação Geral
Associação Geral
Nebraska
Michigan
Wisconsin
Nova Iorque
Wisconsin
Pensilvânia
Europa Central
Indiana
Indiana
Illinois (presente em 28 de outubro)
Columbia Superior
Kansas
Associação Geral
Michigan
Michigan
Associação Geral
Kentucky
Nebraska
Colorado
Amér. Central e Campos Gerais do Sul
Associação Geral
Maine
Assoc. do Pacífico Norte (presente em
25 de outubro)
Minnesota
Kansas
Michigan (presente em 25 de outubro)
Associação Geral
Colorado
Califórnia e Campo britânico
Arkansas

A. R. Henry	Associação Geral
R. D. Hottell	Virgínia
W. N. Hyatt	Nebraska
W. S. Hyatt	Wisconsin
H. R. Johnson	Iowa
L. Johnson	Minnesota
A. T. Jones	Califórnia e Associação Geral
C. H. Jones	Califórnia
D. T. Jones	Missouri
R. M. Kilgore	Associação Geral
S. H. Lane	Associação Geral
H. S. Lay	Michigan
Valentine Leer	Dakota
C. C. Lewis	Minnesota
Harmon Lindsay	Michigan
D. E. Lindsey	Associação Geral
J. G. Matteson	Dinamarca, Noruega e Suécia
C. McReynolds	Kansas
F. L. Mead	Minnesota
E. E. Miles	Nova Inglaterra
H. W. Miller	Michigan
M. B. Miller	Michigan
H. M. Mitchell	Ohio
Allen Moon	Minnesota
J. H. Morrison	Iowa
N. P. Neslon	Dakota
H. Nicila	Iowa
C. V. Olds	Associação Geral
A. D. Olsen	Minnesota
Wm Ostrander	Michigan
C. H. Parsons	Kansas (presente em 25 de outubro)
W. W. Prescott	Michigan (presente em 25 de outubro)
B. F. Purdham	Indiana
T. H. Purdon	Vermont
J. W. Raymond	Pensilvânia
J. M. Rees	Tennessee
A. T. Robinson	Nova Inglaterra
L. J. Rousseau	Kansas
G. G. Rupert	Michigan e América do Sul
W. W. Sharp	Wisconsin
S. S. Shrock	Kansas
B. M. Shull	Wisconsin
Uriah Smith	Associação Geral
W. R. Smith	Iowa
W. H. Starbuck	Associação do Pacífico Norte
F. D. Starr	Michigan
G. B. Starr	Illinois
T. T. Stevenson	Texas
W. J. Stone	Virgínia Ocidental
J. E. Swift	Ohio
A. O. Tait	Illinois
Victor Thompson	Indiana
R. A. Underwood	Ohio
I. D. Van Horn	Michigan
E. J. Waggoner	Califórnia

W. H. Wakeham
C. A. Washburn
J. W. Watt
F. H. Westphal
W. B. White
W. C. White
M. C. Wilcox

Iowa
Iowa
Missouri
Wisconsin (presente em 25 de outubro)
Dakota
Califórnia
Nova Iorque

Total 96 delegados

ELLEN G. WHITE

Cristo, o Caminho da Vida

“A fé é a condição sob a qual Deus houve por bem prometer perdão aos pecadores; não que exista na fé qualquer virtude pela qual se mereça a salvação, mas porque a fé pode prevalecer-se dos méritos de Cristo, o remédio provido para o pecado.”

“**V**eu Jesus para a Galiléia, pregando o Evangelho do reino de Deus, e dizendo: O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho.” S. Mar. 1:14 e 15.

O arrependimento associa-se à fé, e o evangelho insta em que é necessário para a salvação. Paulo pregou o arrependimento. Diz ele: “Nada que útil seja, deixei de vos anunciar, e ensinar publicamente e pelas casas, testificando, tanto aos judeus como aos gregos, a conversão a Deus e a fé em nosso Senhor Jesus Cristo.” Atos 20:20 e 21. Sem arrependimento não há salvação. Nenhum pecador impenitente pode crer com o coração para a justiça. [Rom. 10:10.] O arrependimento é por Paulo descrito como uma piedosa tristeza pelo pecado, o qual “opera arrependimento pa-

ra a salvação, da qual ninguém se arrepende”. II Cor. 7:10. Este arrependimento não tem em si coisa alguma da natureza do mérito, mas prepara o coração para a aceitação de Cristo como único Salvador, única esperança do pecador perdido.

Ao considerar o pecador a lei, sua culpa se lhe torna clara, e lhe impressiona a consciência, e ele é condenado. Seu único conforto e esperança encontra-os em olhar à cruz do Calvário. Ao aventurar-se a crer nas promessas, tomando a Deus em Sua palavra, vêm-lhe à alma alívio e paz. Clama: “Senhor, Tu prometeste salvar a todos que se achegam a Ti em nome de Teu Filho. Sou uma alma perdida, desajudada e sem esperança. Senhor, salva-me, ou pereço!” Sua fé se apodera de Cristo, e ele é justificado diante de

Deus.

Mas, embora Deus possa ser justo e ao mesmo tempo justificar o pecador, pelos méritos de Cristo, homem algum pode cobrir sua alma com as vestes da justiça de Cristo, enquanto comete pecados conhecidos, ou negligencia conhecidos deveres. Deus requer a completa entrega do coração, antes que possa ter lugar a justificação; e para que o homem conserve essa justiça, tem de haver obediência contínua, mediante ativa e viva fé que opera por amor e purifica a alma.

Tiago escreve acerca de Abraão e diz: "Porventura o nosso pai Abraão não foi justificado pelas obras, quando ofereceu sobre o altar o seu filho Isaque? Bem vêes que a fé cooperou com as suas obras, e que pelas obras a fé foi aperfeiçoada. E cumpriu-se a Escritura, que diz: E creu Abraão em Deus, e foi-lhe isso imputado como justiça, e foi chamado o amigo de Deus. Vedes então que o homem é justificado pelas obras, e não somente pela fé." S. Tiago 2:21-24. A fim de que o homem seja justificado pela fé, esta tem de chegar ao ponto em que controle as afeições e impulsos do coração; e é pela obediência que a própria fé se aperfeiçoa.

Fé, Condição da Promessa

Sem a graça de Cristo, acha-se o pecador em estado desesperador; coisa alguma pode ser feita em seu favor; mas pela graça divina é comunicado ao homem poder sobrenatural, que opera em seu espírito, coração e caráter. É pela comunicação da graça de Cristo que se discerne o pecado em sua natureza odioso, sendo afinal expulso do templo da alma. É pela graça que somos levados em comunhão com Cristo, para com Ele sermos associados na obra da salvação. A fé é a condição sob a qual Deus houve por bem prometer perdão aos pecadores; não que exista na fé qualquer virtude pela qual se mereça a salvação, mas porque a fé pode prevalecer-se dos méritos de Cristo, o remédio provido para o pecado. A fé pode apresentar a perfeita obediência de Cristo em lugar da transgressão e rebeldia do pecador. Quando o pecador crê que Cristo é seu Salvador, então, de acordo com as Suas promessas infalíveis, Deus lhe perdoa o pecado e o justifica livremente. A alma arrependida reconhece que sua justificação vem porque Cristo, como seu substituto e penhor, morreu por ele, e é sua expiação e justiça.

"Creu Abraão a Deus, e isso lhe foi impu-

tado como justiça. Ora àquele que faz qualquer obra não lhe é imputado o galardão segundo a graça, mas segundo a dívida. Mas àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça." Rom. 4:3-5. Justiça é obediência à lei. A lei requer justiça, e esta o pecador deve à lei; mas é ele incapaz de a apresentar. A única maneira em que pode alcançar a justiça é pela fé. Pela fé pode ele apresentar a Deus os méritos de Cristo, e o Senhor lança a obediência de Seu Filho a crédito do pecador. A justiça de Cristo é aceita em lugar do fracasso do homem, e Deus recebe, perdoa, justifica a alma arrependida e cren-te, trata-a como se fosse justa, e ama-a tal qual ama Seu Filho. Assim é que a fé é imputada como justiça; e a alma perdoada avança de graça em graça, de uma luz para luz maior. Pode dizer, alegremente: "Não pelas obras de justiça que houvésemos feito, mas segundo a Sua misericórdia, nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo, que abundantemente Ele derramou sobre nós por Jesus Cristo nosso Salvador; para que, sendo justificados pela Sua Graça, sejamos feitos herdeiros segundo a esperança da vida eterna." Tito 3:5-7.

Mais: Está escrito: "Mas, a todos quantos O receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus; aos que crêem no Seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus." S. João 1:12 e 13. Disse Jesus: "Aquele que não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus." S. João 3:5. Não é baixa a norma que nos é posta em frente, pois devemos tornar-nos filhos de Deus. Devemos ser salvos como indivíduos; e no dia da prova seremos capazes de discernir entre aquele que serve a Deus e o que O não serve. Somos salvos como cren-tes individuais no Senhor Jesus Cristo.

Muitos estão a perder o caminho certo, por pensarem que têm de alçar-se ao Céu; que têm de fazer algo para merecer o favor de Deus. Procuram tornar-se melhores por seus próprios esforços, desajudados. Isso jamais conseguirão realizar. Cristo abriu caminho morrendo como nosso sacrifício, vivendo como nosso exemplo, tornando-Se nosso grande sumo sacerdote. Diz Ele: "Eu sou o caminho, e a verdade e a vida." S. João 14:6. Se por qualquer esforço nosso pudéssemos subir um único degrau na escada, as palavras de Cristo não seriam verdadeiras. Mas quando aceitamos a Cristo, as boas obras apare-

cerão, como frutífera prova de que nos achamos no caminho da vida, que Cristo é nosso caminho, e que estamos palmilhando a verdadeira certa, que conduz ao Céu.

Ele Se Torna Nossa Justiça

Cristo olha ao espírito com que fazemos as coisas, e quando nos vê levando nossa carga com fé, Sua santidade perfeita faz expiação por nossas faltas. Quando fazemos o melhor possível, Ele Se torna nossa justiça. Requer todo raio de luz que Deus nos envia, o tornar-nos a luz do mundo.



ARNOLD V. WALLENKAMPF — Ex-diretor associado do Instituto de Pesquisa Bíblica da Associação Geral

Perdão Para Martinho Lutero

**Após mais de 400 anos de
consignação ao inferno, Martinho
Lutero foi readmitido ao corpo de
Cristo pelos líderes católicos romanos.**

A Igreja Católica Romana deu meia-volta em sua atitude para com Martinho Lutero. Existem hoje, entre eruditos católicos, os maiores apologistas de Lutero, que o elogiam como um reformador devoto que procurou melhorar a igreja numa época de corrupção e avaréza. Historiadores católicos o estão chamando de "um dos maiores testemunhos para a fé cristã" e "nosso irmão em Cristo". "Castelo Forte é Nosso Deus" é cantado em igrejas católicas. Mesmo o Papa João Paulo II reconheceu "a profunda religiosidade de Lutero."

Tudo isto em favor de um homem que havia sido banido, condenado, escarnekido e aviltado pela Igreja Católica durante quatro séculos!

Não é preciso conhecer muito da história da Reforma para saber por que a Igreja Católica, em especial a hierarquia do tempo de Lutero, o odiava. O princípio básico de sua Reforma da justificação pela fé minava o sistema lucrativo das indulgências, que por séculos estivera financiando projetos da igreja, tais como a construção da Catedral de São Pedro em Roma.

Lutero ensinava também que tanto o papa como os concílios da igreja erravam, a despeito da crença popular em contrário. Lutero ensinava que a Escritura apenas é a norma e a autoridade divina em todas as questões pertinentes à fé cristã — que nem o papa nem os concílios da igreja podiam produzir artigos de fé separados da Bíblia. Ele defendeu "a erradicação e substituição dos cânones e de-

cretos papais, e da teologia, filosofia e lógica escolástica como são agora ensinadas".¹ Quando recebeu a bula papal *Exsurge Domine* ("Ergue-Te, Ó Senhor"), que o ameaçava de excomunhão, ele a queimou junto com a parte da lei canônica que dava ao papa poderes extraordinários. Ele desafiou a autoridade da igreja a traduzir a Bíblia para a linguagem comum, abolir o celibato para o clero e introduzir o conceito do sacerdócio de todos os crentes. Ele afirmou ainda que "o papa é o anticristo".²

Não obstante, a princípio ele não tinha nenhuma intenção de abandonar a igreja. "Sucumbe o pensamento! Sucumbe o pensamento! Estai certos: nós censuramos, denunciemos, argumentamos, advertimos; mas nada fazemos que divida a unidade do espírito",³ escreveu ele em 1519.

A censura, denúncia e a acusação de Lutero, contudo, causou divisão, e trouxe sobre ele uma barragem de indignação por parte da Igreja Católica que durou séculos.

Semente de Satanás

O mais virulento oponente de Lutero durante sua vida foi Johannes Cochlaeus, um alemão que entrou no conflito com Lutero em 1520. Na Dieta de Worms, ele visitou Lutero várias vezes e lhe implorou com lágrimas que se alinhasse com a igreja. Não obtendo sucesso, tornou-se inimigo confesso de Lutero, e escreveu uma extensa diábride chamada *Commentaries on Luther's Actions and Writings* (Comentários sobre os Atos e Escritos de Lutero (1549)).

No *Commentaries*, Cochlaeus não só atacou a teologia de Lutero, mas falou contra ele e sua própria família. Ele escreveu que Lutero era o filho de Satanás, o resultado da intimidade de sua mãe Margareth com o diabo antes de ela se casar com o pai de Martinho. Esse ensinamento se harmonizava com o edito imperial da Dieta de Worms, que punha Lutero sob a condenação do império. O edito declarava que Lutero não era humano, mas o diabo vestido de monge.

Cochlaeus deu o tom para os historiadores que vieram depois. Variações de suas difamações contra Lutero apareciam na maioria das obras católicas até a II Guerra Mundial. Nos últimos anos, os historiadores católicos abandonaram a opinião de Cochlaeus a respeito da origem sobrenatural de Lutero, preferindo atribuir seus pontos de vista e suas atividades à psicologia anormal.

Numa biografia de Lutero, escrita em 1904,

o historiador e sacerdote austríaco Seuse Denifle, O.P., descreveu Lutero como um ignorante, glutão, beberrão e mentiroso. Ele acusou Lutero de ser um falsário, sífilítico e suicida. De acordo com Denifle, a personalidade indisciplinada de Lutero e sua recusa em pedir a ajuda de Deus, levou-o a quebrar seu voto monástico de castidade e a induzir outros a desprezarem a igreja.

Numa biografia alemã de três volumes (publicada em inglês em seis volumes entre 1913 e 1917), H. Grisar, historiador jesuíta, baseou-se na obra de Denifle, embora eliminasse a maioria das acusações ultrajantes. Ele cria que Lutero era um psicopata que sofria de uma extraordinária capacidade de enganar a si próprio. Ele discordava de Denifle, não obstante, dizendo que Lutero não seria capaz de realizar tanto trabalho e produzir quantidade tão assombrosa de escritos, se fosse um beberrão. Ele enalteceu também Lutero por sua tradução da Bíblia para o alemão.

Antes da II Guerra Mundial, o historiador católico Adolfe Herte achou os *Commentaries* de Cochlaeus, referentes a Lutero, grandemente injustos. Herte escreveu que embora exagerados, distorcidos, apaixonados e incorretos, os *Commentaries* refletiam corretamente o espírito contemporâneo do rancor católico para com Lutero. Apesar disso, de acordo com Herte, Cochlaeus "pintou um quadro de Lutero no qual sua mão foi movida pelo ódio e a contenda, nas cores mais escuras, e repetidamente ele recorreu à mais baixa suspeita e calúnia, que contribuiu para repetidos julgamentos prejudiciais contra Lutero.... Por esse motivo, não deveríamos surpreender-nos de que em sua descrição da morte de Lutero, ele se atrevesse a dizer que no juízo final Lutero será condenado para sempre. Tais julgamentos fizeram sua cegueira e paixão exacerbada arrebatá-lo, o que levou seu quadro de Lutero a semelhante caricatura obscura do ódio".⁴

Ao mesmo tempo, o psiquiatra católico dinamarquês Paul Reiter, analisava psicologicamente Lutero. Ele cria que era necessária a análise, porque a simples menção do nome de Lutero havia evocado tradicionalmente apenas respostas emocionais. "Jamais encontrei, quer entre os biógrafos antigos de Lutero, quer entre os modernos, uma imagem objetiva, não emocional ou real dele — sempre ataques ou defesas apenas, mas sempre uma apresentação colorida." Ele concluiu que Lutero não foi nem um esquizofrênico nem um epilético, como fora sugerido, mas

um maníaco-depressivo. Ao mesmo tempo, ele chamou Lutero de "um gênio com uma personalidade singularmente especial, formada tanto por seus caracteres definitivamente pessoais como pelos tempos peculiares em que ele viveu."⁵

Mudança de Atitude

Em 1939 a interrupção definitiva da atitude tão condenatória para com Lutero, veio quando Joseph Lortz, que naquela época ocupava a cadeira de história da igreja na faculdade de teologia católica em Munster, publicou sua obra *History of the Reformation in Germany*. Ao contrário de seus antecessores, Lortz não culpou só Lutero pela Reforma, mas disse que a igreja tinha grande parte da culpa. Num livro posterior, ele foi muito mais longe, ao admitir que "a revolta contra a igreja dificilmente poderia ter sido evitada por mais tempo. Uma 'reforma' tornara-se uma necessidade histórica", e essa "dissidência estava latente. As instituições ainda permaneciam de pé, mas, em grande parte, a vida se havia ido delas. E precisamente porque a dissidência estava latente, o golpe de Lutero foi sentido com força tão devastadora".⁶

Segundo Lortz, Lutero não foi a causa da Reforma, mas, sim, o alfinete que furou o balão que estava para estourar. "No fim do século quinze o mundo estava literalmente repleto de crises — crises de impaciência, ira, desgosto, revolucionárias, desafiadoras contra a dominação por Roma e o clero, contra a opressão e extorsões, contra seu despotismo e contra toda a sua tão hedonística maneira de viver."⁷

Embora não fosse um não-crítico arrojado de Lutero, Lortz escreveu que mesmo o Papa Adriano VI (1522-1523) estava convencido de que em grande parte a revolta de Lutero era atribuível aos pecados da igreja. Lortz citou Adriano como a dizer: "Deus permite esta perseguição a Sua igreja por causa dos pecados dos homens, especialmente dos prelados e do clero.... A Sagrada Escritura declara em voz alta que os pecados do povo são as conseqüências dos pecados do sacerdote.... Sabemos todos muito bem que, por muitos anos, coisas que merecem repúdio ocorreram em volta desta Santa Sé. As coisas sagradas têm sido usadas mal, os mandamentos transgredidos; tem havido em tudo uma mudança para pior."⁸

Lortz achava que se a Igreja Católica não aceitasse sua parte da responsabilidade pe-

la brecha, então seria impossível um ajuste entre a cristandade. Ele cria que a igreja devia confessar abertamente suas faltas, como o fez o Papa Adriano VI, e ajudaria dessa maneira a pavimentar o caminho para a reconciliação.

Interesse Contínuo

O interesse da erudição católica por Lutero e a Reforma continuaram desde a II Guerra Mundial. No Vaticano II, essa nova atitude produziu fruto. Por meio de suas quatro constituições, três declarações e nove decretos, o Vaticano II removeu e apagou muitas das divergências que haviam afastado anteriormente o Catolicismo do Protestantismo. De acordo com Francine Cardman, professor católico de teologia na Universidade de Toronto, "o concílio evocou os pontos de vista de Martinho Lutero e dos reformadores". Algumas das mudanças instituídas no Vaticano II — a redescoberta dos leigos"; a Missa dirigida no vernáculo, deixando o Latim para ocasiões especiais, e a maior ênfase sobre a importância da Bíblia — imitam as reformas que Lutero defendia séculos atrás.⁹

O Vaticano II revelou aos católicos os assuntos apresentados pelos reformadores no século dezesseis. Por meio dessas discussões, a denegrição de Lutero chegou a um final oficial. O Papa João XXII, que dirigiu o Vaticano II, chamou Lutero e seus seguidores das diversas igrejas protestantes de "irmãos separados" em lugar de inimigos e filhos do diabo.

Animados pelo clima religioso amistoso, criado pelo Vaticano II, os historiadores católicos continuaram a estudar Lutero e seus escritos. No final da década de 1960, Herte e Lortz se haviam juntado a numerosos eruditos católicos de projeção que elogiavam Lutero e sua obra. Eles chamavam Lutero de um homem grandemente religioso que derivara para a crítica destrutiva pelo fato de o papa e as autoridades eclesiásticas deixarem de beneficiar-se do seu apelo em favor de reforma.

Hans Kung acredita que o cisma jamais teria ocorrido, caso Roma preferisse corrigir os abusos, e cedesse em três pontos: o uso do vernáculo nos serviços da igreja, a comunhão em ambas as espécies e o casamento do clero.¹⁰ Um especialista do Vaticano em luteranismo, Monsenhor Aloys Klein, diz que "os atos de Martinho Lutero foram benéficos para a Igreja Católica".¹¹ Como muitos outros católicos, Klein acha que se Lutero estivesse

vivo hoje não haveria nenhuma cisão.

Os eruditos católicos contemporâneos têm estado interessados especialmente nos primeiros ensinamentos de Lutero. O Dr. Otto Pesch, O. P., da Alemanha, comparou o conceito de justificação de Lutero com o de Tomás de Aquino. Ele concluiu que Lutero era um católico e "um dos maiores testemunhos para a fé cristã, e uma dádiva para toda a cristandade".¹² Esses eruditos modernos concordam em que os ensinamentos de Lutero a respeito da graça e da salvação estavam ancorados nos escritos de Paulo, e que Lutero descobrira esse tesouro perdido pela Igreja Católica. Eles começaram a considerar Lutero não como um inovador, mas como um restaurador da verdadeira religião católica.

Em 1970, Harry J. McSorly, C.S.P., do Canadá, escreveu que "a Reforma Protestante incluía muitos aspectos positivos da reforma da igreja, alguns dos quais vieram a ser apreciados e assimilados pelo catolicismo romano tão recentemente quanto o Concílio Vaticano Segundo. A trágica dimensão da Reforma reside no fato de que os reformadores foram incapazes de realizar seu programa de reforma em união com a Igreja Romana, mas 'se separaram de toda comunhão' com a igreja."¹³

Na opinião de McSorly, a negligência dos papas e bispos em alimentar o rebanho com a Palavra de Deus havia produzido a falta de clareza teológica, bem como um estigma de semipelagianismo. Ele reconhece "que no seu protesto central e original de reforma, Lutero foi um reformador católico, um defensor da fé tradicional católica contra um erro não católico que estava sendo disseminado na igreja alemã de seus dias".¹⁴ Antes Lortz dissera que Lutero havia salvo a igreja de uma néscia teologia humanística: "E na verdade, ninguém mais a não ser o próprio Lutero, foi quem removeu o perigo do humanismo que ameaçava. Com a tremenda força de seu unilateralismo ele levou o rumo da religiosidade da cultura posterior a Erasmo para a religião de fé de Paulo."¹⁵

Retirado do Inferno

Numa carta de 1983, dirigida a Johannes Cardinal Villebrands, da Holanda, com o cargo de Secretário Católico da União Cristã, o Papa João Paulo II salientava "a profunda religiosidade de Lutero" e que ele não deveria levar sozinho a culpa pelo cisma da igreja. "É tempo de nos distanciarmos dos acontecimentos históricos", disse ele, "e nos cer-

tificarmos de que eles são muitas vezes melhor entendidos e evocados." Ele mencionou que na "procura de restabelecer a unidade", o estudo de Lutero e da Reforma devem continuar.¹⁶

Poucos tempo depois, numa conferência ecumênica em Leipzig, o Cardeal Villebrands disse que "Lutero foi acrescentado, como todos os batizados — para usar uma frase tirada do livro de Atos — ao Senhor Jesus Cristo, numa forma tangível de Sua igreja. Por esse intermédio, ele se tornou nosso irmão em Cristo. Embora ele não continuasse depois em plena comunhão com a igreja, a comunhão em Cristo, todavia, não foi interrompida... Martinho Lutero não está presente só na vida da cristandade evangélica; ele está presente também na da cristandade ecumênica. Devemos, portanto, renovar sua herança teológica."¹⁷

O atual reconhecimento católico de Lutero é também evidente no volume intitulado *Martinho Lutero*, de autoria de Peter Manns pela passagem dos 500 anos de aniversário do reformador. Esse livro, escrito pelo atual sucessor de Lortz na Universidade de Mainz, foi traduzido para o inglês numa forma abreviada e popular para o quinto centenário de Lutero. O erudito luterano Jaroslav Pelikan escreveu na introdução que "o Lutero que emerge destas páginas aparece como profundamente católico em sua devoção para com a igreja, seus credos e seus sacramentos. Ainda que ele tenha denunciado a igreja por trair a verdade a ele confiada por Cristo, ele estava falando em nome daquilo que a igreja professava e lhe havia ensinado a professar." Pelikan acha que esse livro "ajudará a novamente reunir católicos e luteranos, se isto for possível."

Muitos crêem que é possível. Numa tentativa de chegar a um comum acordo sobre a doutrina da justificação pela fé, a doutrina que trouxe o rompimento inicial, o diálogo luterano-católico sobre a justificação deu origem a um relatório de 24 mil palavras em 1983, o qual diz no preâmbulo que "os cristãos, sejam protestantes ou católicos, não podem desprezar a pessoa e a mensagem deste homem", Lutero. Esses eruditos luteranos e católicos declararam "que haviam chegado a um acordo necessário sobre o significado da 'justificação'", e que "os pontos de divergência a respeito da doutrina já não constituíam razão para manter separadas suas igrejas".¹⁹

O Dr. Carl Braaten, da Escola de Teologia Luterana de Chicago, insiste em que a união protestante com Roma é precisamente o que Lutero desejava. "A Reforma sempre significou um movimento temporário", argumenta ele. "Uma vez que a Igreja Católica Romana está reformada, já não existe justificativa para uma igreja protestante separada."²⁰

Em 11 de dezembro de 1983, o Papa João Paulo II pregou na igreja luterana que atende os interesses da comunidade alemã em Roma. Ele estava saldando um compromisso assumido em 1982, quando visitou uma paróquia muito próxima. O pastor da igreja luterana local, Christoph Meyer, iniciou o serviço de culto com uma invocação escrita por Martinho Lutero: "Nós Vos pedimos, Senhor, e Vos suplicamos que com a ajuda do Vosso Espírito, façais retornar à unidade aquilo que se fragmentou...."

O papa respondeu em sua homilia: "Nós desejamos ardentemente e fazemos todo esforço para alcançá-la sem sermos desanimados pelas dificuldades que encontramos em nosso caminho."²¹

Embora ninguém espere logo uma união total das igrejas, fizeram-se mais progressos nos últimos anos passados do que nos quatro séculos precedentes.

Para a maioria dos católicos, os protestantes já não são filhos do diabo e sentenciados a tormento eterno no inferno; e para muitos protestantes, o papado já não é o trono do anticristo. Talvez o aspecto mais espantoso da corrida para a unidade seja o papel central que Martinho Lutero desempenha depois de tantos anos. Os eruditos católicos reconhecem que o reexame dos escritos de Lutero seja de "especial importância" na questão da unidade.²² Pois é em torno de Martinho Lutero, o homem que causou o primeiro grande cisma, que as igrejas estão agora encontrando terreno comum para a reconciliação.

Para os Adventistas do Sétimo Dia, este mo-

vimento em favor da reconciliação é mais interessante. Somos incentivados pelas novas aberturas ao estudo da Bíblia nos dois campos. Mas acreditamos também que Apocalipse 13 ensina que o papado, após ser curado de uma "ferida mortal", unir-se-á à América protestante na perseguição àqueles que se recusam a "adorar a besta e a sua imagem". A nova atitude católica para com Martinho Lutero e a disposição dos luteranos para aceitarem a mudança, propiciará um clima no qual será possível a unificação necessária para o cumprimento desta profecia apocalíptica.

Referências:

1. Em Jared Wicks, S. J., *Luther and His Spiritual Legacy* (Washington, Del.: Michael Glazier, Inc., 1984), págs. 61 e 62.
2. "Against Latomus", 1521, em *Luther's Works* (Filadélfia: Muhlenberg Press, 1958), vol. 32, págs. 141, 147 e 151.
3. "Lectures on Galatians", 1519, em *Luther's Works* (St. Louis: Concordia Publishing House, 1964), vol. 27, pág. 392.
4. Adolf Herte, *Die Lutherkommentare des Johannes Cochlaeus* (Munster: Verlag der Aschendorffschen Verlagsbuchhandlung, 1935), págs. 326 e 327, cf. Wicks, pág. 15.
5. Paul J. Reiter, M. D. *Martin Luther's Umwelt Charakter und Psychose* (Kopenhagen: Levin und Munksgaard, 1937-1941), vol. 1, págs. 10-12; vol. II, págs. 554-560, 573.
6. Joseph Lortz, *How the Reformation Came*, trans. Otto M. Knab (Nova Iorque: Herder and Herder, 1964), págs. 110 e 111.
7. *Idem*, pág. 50.
8. *Idem*, pág. 95.
9. Francine Cardman, "The Church Would Look Foolish Without Them: Women and Laity Since Vatican II", em Gerald M. Fagin, S. J., ed., *Vatican II* (Wilmington, Del.: Michael Glazier, Inc., 1984), pág. 109.
10. Merle Severy, "The World of Luther", *National Geographic*, 164, nº 4 (outubro de 1983): 448. É interessante notar que hoje a Igreja Católica Romana permite que alguns clérigos se casem a fim de admitir que ministros de outras igrejas se tornem sacerdotes quando eles se convertem ao catolicismo. De acordo com uma pesquisa da Gallup, os católicos dos Estados Unidos são a favor de sacerdócio casado por uma margem de dois a um.
11. Citado por Richard Ostling, em *Time* de 31 de outubro de 1983.
12. Desde sua apresentação na Celebração do Jubileu de Lutero, Washington, D.C., 7 de novembro de 1983.
13. Em Jared Wicks, S. J., ed., *Catholic Scholars Dialogue With Luther* (Chicago: Loyola University Press, 1970), pág. 107.
14. *Idem*, 108.
15. Lortz, pág. 108.
16. *New York Times*, 6 de novembro de 1983, págs. 11, 1 e 10.
17. Sermão: "Martin Luther" em ökumenische Begegnungstage, 11 de novembro de 1983, em Eisleben-Leipzig.
18. Jaroslav Pelikan, "Introdução", em Peter Manns, *Martin Luther: An Illustrated Biography* (Nova Iorque: Crossroads, 1982), pág. 6.
19. "Justificação Pela Fé", *Origins*, (6 de out. de 1983; o preâmbulo, "Legado de Martinho Lutero", foi preparado pela Comissão da Junta Católica Romana-Luterana e apareceu em *Origins*, 9 de junho de 1983.
20. Citado em *Time*, 24 de março de 1967.
21. Citado em *Time*, 26 de dezembro de 1983; cf. *New York Times*, 6 de novembro de 1983.
22. Wicks, *Spiritual Legacy*, pág. 15.